





(DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÒRIOS)

MENSAGEM Nº 1/91

ASSUNTO:		
Altera a Lei nº 8.185, de 14 de maio de 1991, que dispõ	e sobre	a Org <u>a</u>
nização Judiciária do Distrito Federal e dos Território	s, e cr	ia a Au
ditoria Militar do Distrito Federal.		
	1.0	
DESPACHO: TRABALHO, DE ADM. E SERV. PÚBLICO = FINANÇAS E CONST. E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO	TRIB: (ART. 54)
COMISSÃO DE CONST. E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO em 13 de NO	VEMBRO d	e 19 91
DISTRIBUIÇÃO	D	
	em10	42/991
O Presidente da Comissão de Lustica e de Producção		7
	, em	19
O Presidente da Comissão de		
Ao Sr	, em	19
O Presidente da Comissão de		
Ao Sr	, em	19
O Presidente da Comissão de		
Ao Sr	, em	19
O Presidente da Comissão de		
Ao Sr	, em	19
O Presidente da Comissão de		
Ao Sr	, em	19
O Presidente da Comissão de		
Ao Sr		19
O Presidente da Comissão de		
Ao Sr		19

DE 19

160 ON OTHER

GER 20.01.0011.4 - (JUN/91)

O Presidente da Comissão de_

ENTRADA NA CD: 12.11.91





CÂMARA DOS DEPUTADOS

(DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS)

MENSAGEM Nº 1/91

TO N.º 99/

GER 20.01.0011.4 - (JUN/91)

ASSUNTO:		
Altera a Lei nº 8.185, de 14 de maio de 1991, que dispô	e sobre	e a Orga
nização Judiciária do Distrito Federal e dos Território	s, e c	ria a Au
ditoria Militar do Distrito Federal.		
DESPACHO: TRABALHO, DE ADM. E SERV. PÚBLICO = FINANÇAS E CONST. E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO	TRIB.	(ART. 54)
À COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO em 13 de NOVEM	rppA de	a 19 01
	DKO	
DISTRIBUIÇÃO		
Ao Sr. Deputado Jackron Pereira O Presidente da Comissão de Finanços e Tributas	_, em <u>10</u>	121991
O Presidente da Comissão de Financios e Tributas	1000	
Ao Sr		
O Presidente da Comissão de		
Ao Sr	_, em	19
O Presidente da Comissão de		
Ao Sr	_, em	19
O Presidente da Comissão de		
Ao Sr	_, em	19
O Presidente da Comissão de		
Ao Sr	_, em	19
O Presidente da Comissão de		
Ao Sr	_, em	19
O Presidente da Comissão de		
Ao Sr	_, em	19
O Presidente da Comissão de		
Ao Sr	_, em	19
O Presidente da Comissão de		



PROJETO DE LET Nº 2.211, DF 1981

(DO TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTINO FLORAL E DOS TERRITÓRIOS) MINSAGEM Nº 1/01

Altera a Lei r? 8.185, de 14 de maio de 1991, que dispõe sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios, e oria a Auditoria Militar do Distrito Federal.

(AS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚ BLICO: DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ART. 54); E DE CONSTI-TUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO)

PROJETO DE LEI Nº 2.211, DE 1991

(DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS)
MENSAGEM Nº 1/91

Altera a Lei nº 8.185, de 14 de maio de 1991, que dispõe sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios, e cria a Auditoria Militar do Distrito Federal.

(ÀS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ART. 54); E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO)

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional

ART. 1º - OS ARTIGOS 2º; 4º E PARÁGRAFO 1º; 9º; 18, COM O ACRÉSCIMO DOS INCISOS IX E X E SEU PARÁGRAFO 2º; 25, INCISOS V E VI; 34, PARÁGRAFOS 2º, 4º E 5º; 35, INCISO II E PARÁGRAFO 4º; 44, PARÁGRAFO 1º; 45 E PARÁGRAFOS 1º E 2º; 49, COM O ACRÉS CIMO DE UM PARÁGRAFO 1º E RENUMERAÇÃO DE SEU PARÁGRAFO ÚNICO; 61, CAPUT; 67; 71; 75 E 78, INCISO I, DA LEI Nº 8.185, DE 14 DE MAIO DE 1991, PASSAM A VIGORAR COM A SE GUINTE REDAÇÃO:

"ART. 2º - COMPÕEM A JUSTIÇA DO DISTRI TO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS:

I - O TRIBUNAL DE JUSTIÇA;

II - O CONSELHO ESPECIAL;

III - O CONSELHO DE MAGISTRATURA;

IV - Os TRIBUNAIS DO JURI;

V - Os Juízes de Direito do Distrito Federal;

VI - Os Juízes de Direito Substitutos do Distrito Federal;

VII - Os Juízes de Direito dos Territorios;

VIII - Os Juízes de Paz do Distrito Federal;

IX - Os Juízes de Paz dos Territórios;

X - AUDITORIA E CONSELHO DE JUSTIÇA M<u>I</u> LITAR.



Art. 4° - O Tribunal de Justiça, com se de no Distrito Federal, compõe-se de trinta e um $D_{\underline{e}}$ sembargadores e exerce sua jurisdição no Distrito Fe deral e nos Territórios.

§ 1º - O TRIBUNAL DIVIDE-SE EM DUAS CÂMA RAS CÍVEIS E UMA CRIMINAL E EM SETE TURMAS, SENDO CIN CO CÍVEIS E DUAS CRIMINAIS.

SEÇÃO II

DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO ESPECIAL, DAS CÂMARAS E DAS TURMAS

ART. 9º - O REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL DISPORA SOBRE A ORGANIZAÇÃO, COMPETÊNCIA E FUNCIO NAMENTO DO TRIBUNAL PLENO, DO CONSELHO ESPECIAL, DAS CÂMARAS E DAS TURMAS, OBSERVADAS AS RESPECTIVAS ESPECIALIZAÇÕES E O DISPOSTO NA LEI ORGÂNICA DA MAGISTRA TURA NACIONAL.

ART. 18 - A JUSTIÇA DE PRIMEIRO GRAU DO DISTRITO FEDERAL COMPREENDE:

- IX CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE SAMAM BAIA:
- A) TRÊS VARAS CIVEIS;
- B) TRÊS VARAS DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCES SÕES;
- C) TRÊS VARAS CRIMINAIS E DOS DELITOS DE TRÂNSITO;
- D) UM TRIBUNAL DO JURI;
- X CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE PARANOA:
- A) UMA VARA CÍVEL;
- B) UMA VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES;
- c) uma Vara Criminal, do Tribunal do J<u>ú</u> ri e dos Delitos de Trânsito.
- § 2º AS ÁREAS DE JURISDIÇÃO DAS CIRCUNS CRIÇÕES DE BRASÍLIA, TAGUATINGA, GAMA, SOBRADINHO, PLA NALTINA, BRAZLÂNDIA, CEILÂNDIA, SAMAMBAIA E PARANOÁ





CORRESPONDEM ÀS DAS RESPECTIVAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DISTRITO FEDERAL, COMPREENDENDO-SE AS DO NÚCLEO BANDEIRANTE, GUARÁ E CRUZEIRO NA CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA.

ART. 25 - AO JUIZ DA VARA DE EXECUÇÕES CRIMINAIS COMPETE:

V - EXPEDIR AS NORMAS DE QUE TRATA O § 2º DO ARTIGO 698 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.

VI - PROSSEGUIR A EXECUÇÃO DE MEDIDAS DE TRATAMENTO IMPOSTAS PELO JUIZ DA VARA DA ÎNFÂNCIA E DA JUVENTUDE, DESDE QUE O INFRATOR TENHA COMPLETADO DEZOITO ANOS.

ART. 34 - O JUIZ DE DIREITO, EM SUAS FAL TAS E IMPEDIMENTOS OCASIONAIS, É SUBSTITUÍDO PELO DA VARA DA MESMA COMPETÊNCIA E DE NUMERAÇÃO IMEDIATAMEN TE SUPERIOR.

§ 2° - O Juiz da Vara de Órfãos e Suces sões será substituído pelo da 1º Vara de Família; o da Vara de Execuções Criminais, pelo da 1º Vara Criminal de Brasília; o da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília; o da Vara de Registros Públicos e Precatórias e o da de Falências e Concordatas da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília substituem-se mutuamen te; o da Vara de Acidentes do Trabalho, pelo da 1º Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília e o Juiz da Vara da Infância e da Juventude, pelo Juiz de Direito Substituto designado.

§ 4º - Os Juízes do Tribunal do Júri e Delitos de Trânsito do Gama e de Samambaia serão sub<u>s</u> Tituídos pelos das 1ºs Varas Criminais do Gama e S<u>a</u> MAMBAIA, RESPECTIVAMENTE;

§ 5º - O Juiz da Vara Criminal de Sobra dinho será substituído pelo da 1º Vara Cível; os Juíz zes das Varas Cível e de Família de Paranoá substituem-se mutuamente; o Juiz da Vara Criminal, do Trí bunal do Juri e dos Delitos de Trânsito de Paranoá será substituído pelo Juiz da Vara Cível da mesma Cír cunscrição Judiciária;



ART. 35 - COMPETE AOS JUÍZES DE DIREITO SUBS
_
TITUTOS:
II - EFETUAR A DISTRIBUIÇÃO DOS FEITOS ÀS VARAS DE COMPETÊNCIA EM TODO O DISTRITO FEDERAL E NA CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA E AO TRIBUNAL
DO JURI NESTA SEDIADO.
§ 4º - A DISTRIBUIÇÃO DOS FEITOS ÀS VARAS DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE TAGUATINGA, GAMA, SOBRADINHO,
PLANALTINA, CEILÂNDIA, SAMAMBAIA E PARANOA SERÁ EFETUADA PELO RESPECTIVO DIRETOR DO FORO.
PELO RESPECTIVO DIRETOR DO FORO,
Art. 44
§ 1º - OS CARGOS DE JUIZ DE DIREITO DA CIRCUNS CRIÇÃO ESPECIAL JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA SERÃO PROVIDOS POR REMOÇÃO DOS JUÍZES DE DIREITO DAS DEMAIS CIRCUNSCRIÇÕES DO DISTRITO FEDERAL OU PROMOÇÃO DE JUIZ SUBSTITUTO, CASO RE MANESÇA VAGA NÃO PROVIDA POR REMOÇÃO.
ART. 45 - O PROVIMENTO DOS CARGOS DE DESEMBAR
GADORES FAR-SE-A POR PROMOÇÃO DE JUÍZES DE DIREITO DO DIS TRITO FEDERAL POR ANTIGÜIDADE E MERECIMENTO, ALTERNADAMEN TE, RESERVADO UM QUINTO DE LUGARES QUE SERÁ PREENCHIDO POR MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITORIOS E ADVOGADOS EM EFETIVO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO.
§ 1º - TRATANDO-SE DE PROMOÇÃO POR ANTIGÜIDA
DE, A ELA CONCORRERÃO OS JUÍZES DE DIREITO DA CIRCUNSCRI ÇÃO ESPECIAL JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA. NO CASO DE MERECIMEN TO, A LISTA TRÍPLICE COMPOR-SE-Á DE NOMES ESCOLHIDOS DEN TRE TODOS OS JUÍZES, OBSERVADO O DISPOSTO NAS ALÍNEAS "B" E "C", DO INCISO II, DO ARTIGO 93, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.
§ 2° - Os lugares reservados a membros do Mi
NISTERIO PUBLICO OU DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SE RÃO PREENCHIDOS DENTRE AQUELES DE NOTÓRIO SABER JURÍDICO E DE REPUTAÇÃO ILIBADA, COM MAIS DE DEZ ANOS DE EFETIVA ATIVIDADE PROFISSIONAL, INDICADOS EM LISTA SEXTUPLA PELOS ORGÃOS DE REPRESENTAÇÃO DAS RESPECTIVAS CLASSES.

Art. 61 - Na Circunscrição Especial Judici<u>á</u> Ria de Brasilia haverá um serviço de Distribuição de Ma<u>n</u> Dados, ao Qual compete:

ART. 67 - O PESSOAL DOS SERVIÇOS AUXILIARES DA JUSTIÇA É CLASSIFICADO EM:

- I Funcionários do Quadro da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios;
- II SERVENTUÁRIOS SOB REGIME ESPECIAL, NÃO REMUNERADOS PELOS COFRES PÚBLICOS, A SA BER:
 - A) OFICIAIS DE NOTAS;
 - B) OFICIAIS DE PROTESTO;
 - c) OFICIAIS DE REGISTROS PUBLICOS;
 - D) EMPREGADOS DE OFÍCIOS EXTRAJUDICIAIS DO DISTRITO FEDERAL;
 - E) EMPREGADOS DE OFÍCIOS EXTRAJUDICIAIS DOS TERRRITÓRIOS.

ART. 71 - OS CARGOS DE DIRETOR DE SECRETARIA DOS OFÍCIOS JUDICIAIS SERÃO PREENCHIDOS POR BACHARÉIS EM DIREITO, DENTRE OS TÉCNICOS JUDICIÁRIOS COM EXERCÍCIO NA QUELES OFÍCIOS, RESSALVADAS AS SITUAÇÕES EXISTENTES ATÉ 01.03.1980.

Art. 75 - Será considerada especial a Circuns crição Judiciária de Brasilia.

ART. 78 -

I - CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL JUDICIÁRIA DE BRA SÍLIA:

ART. 2º - A JUSTIÇA MILITAR DO DISTRITO FE DERAL E DOS TERRITÓRIOS SERÁ EXERCIDA:

- I PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA EM SEGUNDO GRAU;
- II PELO JUIZ AUDITOR E PELOS CONSELHOS DE JUSTIÇA;
- § 1º COMPETEM À JUSTIÇA MILITAR O PROCESSO E O JULGAMENTO DOS CRIMES MILITARES, DEFINIDOS EM LEI, PRA TICADOS POR OFICIAIS E PRAÇAS DA POLÍCIA MILITAR DO DIS TRITO FEDERAL E DO CORPO DE BOMBEIROS MILITARES DO DISTRI TO FEDERAL.
- § 2° OS FEITOS DE COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR SERÃO PROCESSADOS E JULGADOS DE ACORDO COM O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR (DECRETO-LEI N° 1.002, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969) E, NO QUE COUBER, RESPEITADA A COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, PELA LEI DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA MILITAR (DECRETO-LEI N° 1.003, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969).
- ART. 3º A JUSTIÇA MILITAR SERÁ COMPOSTA DE UMA AUDITORIA E DOS CONSELHOS DE JUSTIÇA, COM SEDE EM BRASÍLIA E JURISDIÇÃO EM TODO O DISTRITO FEDERAL.

PARÁGRAFO ÚNICO - O CARGO DE JUIZ AUDITOR SE RÁ PREENCHIDO POR JUIZ DE DIREITO DA CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA, AO QUAL CABERÁ PRESIDIR OS CONSELHOS DE JUSTIÇA E RELATAR TODOS OS PROCESSOS PERANTE OS MESMOS.

- ART. 4° OS CONSELHOS DE JUSTIÇA SERÃO DE DUAS ESPÉCIES:
- A) CONSELHO ESPECIAL DE JUSTIÇA, PARA PROCES SAR E JULGAR OS OFICIAIS;
- B) Conselho Permanente de Justiça, para processar e julgar os Praças.
- ART. 5° O CONSELHO ESPECIAL DE JUSTIÇA SERA COMPOSTO POR QUATRO JUÍZES MILITARES, DE PATENTE IGUAL OU SUPERIOR À DO ACUSADO, E DO JUIZ AUDITOR. NA FALTA DE OFICIAL DA ATIVA COM A PATENTE EXIGIDA, RECORRER-SE-Á AOS OFICIAIS EM INATIVIDADE. O CONSELHO PERMANENTE DE JUSTIÇA COMPOR-SE-Á DE QUATRO JUÍZES MILITARES, ESCOLHIDOS DEN TRE OFICIAIS DA ATIVA, E DO JUIZ AUDITOR.

PARAGRAFO ÚNICO - OS JUÍZES MILITARES DO CON SELHO PERMANENTE DE JUSTIÇA SERVIRÃO PELO PERÍODO DE QUA TRO MESES SEGUIDOS, E SO PODERÃO SER DE NOVO SORTEADOS APÓS O DECURSO DO PRAZO DE SEIS MESES, CONTADOS DA DISSO LUÇÃO DO CONSELHO EM QUE HAJAM FIGURADO.



- ART. 6º CADA JUIZ MILITAR DO CONSELHO ESPECIAL OU PERMANENTE DE JUSTIÇA TERÁ UM SUPLENTE E SERÁ ESCOLHIDO, JUNTAMENTE COM SEU SUPLENTE, POR SORTEIO PRESIDIDO PELO JUIZ AUDITOR EM SESSÃO PÚBLICA.
- § 1º OS JUÍZES MILITARES DOS CONSELHOS ESPECIAL E PERMANENTE DE JUSTIÇA SERÃO SORTEADOS DENTRE OS OFICIAIS CONSTANTES DA RELAÇÃO QUE DEVERÁ SER REMETIDA AO JUIZ AUDITOR PELO COMANDO-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL.
- § 2º Não SERÃO INCLUÍDOS NA RELAÇÃO OS COMAN DANTES-GERAIS, OS OFICIAIS EM SERVIÇO FORA DA RESPECTIVA CORPORAÇÃO, INCLUSIVE OS ASSISTENTES MILITARES E OS AJUDAN TES DE ORDEM.
- ART. 7° AO JUIZ AUDITOR, ALÉM DA COMPETÊNCIA DE QUE TRATA O ART. 21 DA LEI N° 8.185, DE 14 DE MAIO DE 1991, COMPETE:
- A) INSTALAR, JUNTAMENTE COM OS COMANDANTES-GERAIS DA POLÍCIA MILITAR E DO CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL A AUDITORIA DA JUSTIÇA MILITAR;
- B) EXPEDIR ALVARÁS, MANDADOS E OUTROS ATOS, EM CUMPRIMENTO ÀS DECISÕES DOS CONSELHOS, OU NO EXERCÍCIO DE SUAS PROPRIAS FUNÇÕES;
- C) CONCEDER "HABEAS CORPUS", QUANDO A COAÇÃO PARTIR DE AUTORIDADE ADMINISTRATIVA OU JUDICIÁRIA MILITAR, RESSALVADA A COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA;
- D) EXERCER SUPERVISÃO ADMINISTRATIVA DOS SERVI ÇOS DA AUDITORIA E O PODER DISCIPLINAR SOBRE SERVIDORES QUE NELA ESTIVEREM LOTADOS, RESPEITADA A COMPETÊNCIA DA CORRE GEDORIA DE JUSTIÇA.

PARÁGRAFO ÚNICO - O JUIZ AUDITOR E O PRESIDE<u>N</u> TE DO TRIBUNAL DO JÚRI DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE BR<u>A</u> SÍLIA SUBSTITUEM-SE MUTUAMENTE.

- ART. 8º A JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E SER VIÇOS AUXILIARES COMPÕEM-SE DOS CARGOS DISCRIMINADOS NOS ANEXOS DESTA LEI.
- ART. 9° AS DESPESAS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DESTA LEI CORRERÃO À CONTA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS CON SIGNADAS EM FAVOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, OU DE OUTRAS PARA ESSE FIM DESTINADAS.



FLS. 08

ART. 10 - ESTA LEI ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO.

ART. 11 - REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTR<u>Á</u>

BRASILIA-DF., EM DE

DE 1991.





ANEXO I QUADRO DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL

SITUAÇÃO PROPOSTA				
DENOMINAÇÃO	N° DE CARGOS			
DESEMBARGADOR	31			
JUIZ DE DIREITO	118			
JUIZ SUBSTITUTO	95			
JUIZ DE PAZ	15			

SITUAÇÃO PROPOSTA					
DENOMINAÇÃO	Nº DE CARGOS				
DIRETOR DE SECRETARIA	132				
CONTADOR-PARTIDOR-DISTRIBUIDOR	R-PARTIDOR-DISTRIBUIDOR 13				
ASSESSOR DE DESEMBARGADOR 62					
DEPOSITÁRIO-PÚBLICO	17				

SERVIÇOS AUXILIARES DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TIRRITOROS

SITUAÇÃO PROPOSTA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

CATEGORIAS FUNCIONAIS	código	Nº DE CARGOS
Técnico Judiciário	TJDF-AJ-021	473
Of. de Justiça Avaliador	TJDF-AJ-025	350
Taquígrafo Judiciário	TJDF-AJ-023	27
Insp. Segurança Judiciária	TJDF-AJ-027	30
Auxiliar Judiciário	TJDF-AJ-022	958
Assist. Taq. Judiciário	TJDF-AJ-028	40
Atendente Judiciário	TJDF-AJ-024	455
Ag. Segurança Judiciária	TJDF-AJ-026	190
Médico	TJDF-NS-901	07
Odontólogo	TJDF-NS-909	04
Assistente Social	TJDF-NS-930	15
Psicólogo	TJDF-NS-907	05
Bibliotecário .	TJDF-NS-932	02
Contador	TJDF-NS-924	08
Administrador	TJDF-NS-923	15
Engenheiro	TJDF-NS-916	01
Arquiteto	TJDF-NS-917	02
Técnico de Contabilidade	TJDF-NI-1042	
Desenhista	TJDF-NI-1014	02
Telefonista	TJDF-NA-1044	52
Ag. Tel. e Eletricidade	TJDF-NA-1027	44
Ag. Cinef. Microfilmagem	TJDF-NI-1033	06
Aux. Op. Serv. Diversos	TJDF-NA-1006	42
Auxiliar de Enfermagem	TJDF-NI-1001	06
Analista de Sistema	TJDF-PRO-1601	01
Programador	TJDF-PRO-1602	02
Operador de Computação	TJDF-PRO-1603	04
Perfurador Digitador	TJDF-PRO-1604	06
Art. de Mecânica	TJDF-ART-702	05
Art. de Elet/Comunicação	TJDF-ART-703	09
Art. de Carp. Marcenaria	TJDF-ART-704	07
270	TJDF-ART-706	15

ANEXO IV

SERVIÇOS AUXILIARES DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS					
CATEGORIAS FUNCIONAIS	c 6 D I G O	Nº DE CARGOS			
MÉDICO	T J D F - N S - 901	0 4			
ANALISTA DE SISTEMA	TJDF-PR0-1601	03			
OPERADOR DE COMPUTAÇÃO	TJDF-PR0-1603	0 4			
PROGRAMADOR	TJDF-PR0-1602	0.8			
DIGITADOR-PERFURADOR	TJDF-PR0-1604	2 1			
AG. CINEF. E MICROFILMAGEM	T J D F - N M - 1033	03			
ODONTÓLOGO	TJDF-NS-909	01			
TÉCNICO JUDICIÁRIO	T JDF - A J - 021	16			
OFICIAL DE JUSTIÇA-AVALIADOR	TJDF-AJ-025	10			
AUXILIAR JUDICIÁRIO	T J D F - A J - 0 2 2	137			
ATENDENTE JUDICIÁRIO	T J D F - A J - 024	5 7			
AGENTE DE SEGURANÇA	T J D F - A J - 026	11			
PSICÓLOGO	T J D F - N S - 9 0 7	19			
ASSISTENTE SOCIAL	T J D F - N S - 930	15			
TÉC. EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	T J D F - N S - 927	11			

OBSERVAÇÃO:

SERVIDORES DO QUADRO/TABELA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL (EX-CELE-TISTAS), DOS QUAIS 144 SÃO ESTÁVEIS E 176 NÃO-ESTÁVEIS, NOS TERMOS DO ART. 19, § 1º do ADCT. A PARTIR DE 12.12.90. SÃO REGIDOS PELA LEI Nº 8.112/90.







LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

LEI nº 8.185 , de 14 de maio

Dispõe sobre a organização judiciária do Distrito Federal e dos Territórios.

LIVROI

DA ESTRUTURA DA JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

TITULOI

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º - Compõem a Justiça do Distrito Federal e dos Territórios:

I - o Tribunal de Justiça;
II - o Conselho da magistratura;
III - os Tribunais do Júri;
IV - os Juízes de Direito do Distrito Federal;
V - os Juízes de Direito Substitutos do Distrito Federal;
VI - os Juízes de Direito dos Territórios;
VII - os Juízes de Paz do Distrito Federal;
VIII - os Juízes de Paz dos Territórios; VIII - os Juízes de Paz dos Territórios.

TITULO II

DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

CAPÍTULOI

DA COMPOSIÇÃO

Art. 4º - O Tribunal de Justiça, com sede no Distrito Federal, compõe-se de vinte e três desembargadores e exerce sua jurisdição no Distrito Federal e nos Territórios.

§ 1º - O Tribunal divide-se em uma Seção Cível e uma Criminal e em cinco Turmas, sendo três Cíveis e duas Criminais. As Seções compõem-se dos integrantes das Turmas, observadas as respectivas áreas de especialização e serão presididas pelo Vice-Presidente, que não exercera as funções de Relator e Revisor.





DA COMPETÊNCIA

SEÇÃO II DA COMPETÊNCIA DAS TURMAS

Art. 9º - O Regimento Interno do Tribunal disporá sobre a competência do Plenário, das Seções e das Turmas, observadas as respectivas especializações e o disposto na Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

DO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO NO DISTRITO FEDERAL

CAPÍTULO I DA COMPOSIÇÃO E DA COMPETÊNCIA

Art. 18 - A Justiça de Primeiro Grau do Distrito Federal compreende:

- I Varas com competência em todo o território do Distrito Federal:
- a) oito Varas de Fazenda Pública;
- b) uma Vara da Infância e da Juventude;
- c) uma Vara de Execuções Criminais;
- d) uma Vara de Falências e Concordatas;
- e) uma Vara de Registros Públicos e Precatórias;
- f) uma Vara de Acidentes do Trabalho;
- g) quatro Varas de Entorpecentes e Contravenções Penais;
- II Circunscrição Especial Judiciária de Brasília:
- a) vinte e cinco Varas Cíveis;
- b) sete Varas de Família;
- c) uma Vara de Órfãos e Sucessões;
- d) um Tribunal do Júri;
- e) dez Varas Criminais;
- f) três Varas de Delitos de Trânsito;
- III Circunscrição Judiciária de Taguatinga:
- a) cinco Varas Cíveis;
- b) quatro Varas de Família, Órfãos e Sucessões;
- c) um Tribunal do Júri;
- d) cinco Varas Criminais.
- IV Circunscrição Judiciária do Gama:
- a) duas Varas Cíveis;
- b) uma Vara de Família, Órfãos e Sucessões;
- c) duas Varas Criminais;
- d) uma Vara do Tribunal do Júri e dos Delitos de Trânsito;





- V Circunscrição Judiciária de Sobradinho:
- a) duas Varas Civeis;
- b) uma Vara Criminal, do Tribunal do Júri e dos Delitos de Trânsito;
- VI Circunscrição Judiciária de Planaltina:
- a) uma Vara Cível;
- b) uma Vara Criminal, do Tribunal do Júri e dos Delitos de Trânsito;
- VII Circunscrição Judiciária de Brazlándia:
 - a) uma Vara de Competência Geral;
- VIII Circunscrição Judiciária de Ceilândia:
 - a) três Varas Civeis;
 - b) quatro Varas de Família, Órfãos e Sucessões;
 - e) cinco Varas Criminais;
 - d) um Tribunal do Júri.
 - § 1º As Varas da mesma especialidade obedecerão a numeração ordinal.
- § 2º As áreas de jurisdição das Circunscrições de Brasília, Taguatinga, Gama, Sobradinho, Planaltina, Brazlândia e Ceilândia correspondem às das respectivas Regiões Administrativas do Distrito Federal, compeendendo-se as do Núcleo Bandeirante, Paranoá, Guará e Cruzeiro na Circunscrição de Brasília e a de Samamhaia na de Taguatinga.

CAPÍTULO III DO TRIBUNAL DO JÚRI

Art. 21 - Ao Juiz Presidente do Tribunal do Júri compete:

I - processar os feitos da competência do Tribunal do Júri, ainda que anteriores à propositura da ação penal, até julgamento final;

II - processar e julgar habeas corpus, quando o crime atribuído ao paciente for da competência do Tribunal do Júri;

III - exercer as demais atribuições previstas nas leis processuals.

Páragrafo único - Junto a cada Tribunal do Júri oficiará, sempre que possível, um Juiz de Direito Substituto, que terá competência para instrução dos processos sem prejuízo de outras atribuições que lhe sejam cometidas pelo Titular da Vara.

SEÇÃO II DA VARA DE EXECUÇÕES CRIMINAIS

Art. 25 - Ao Juiz da Vara de Execuções Criminais compete:

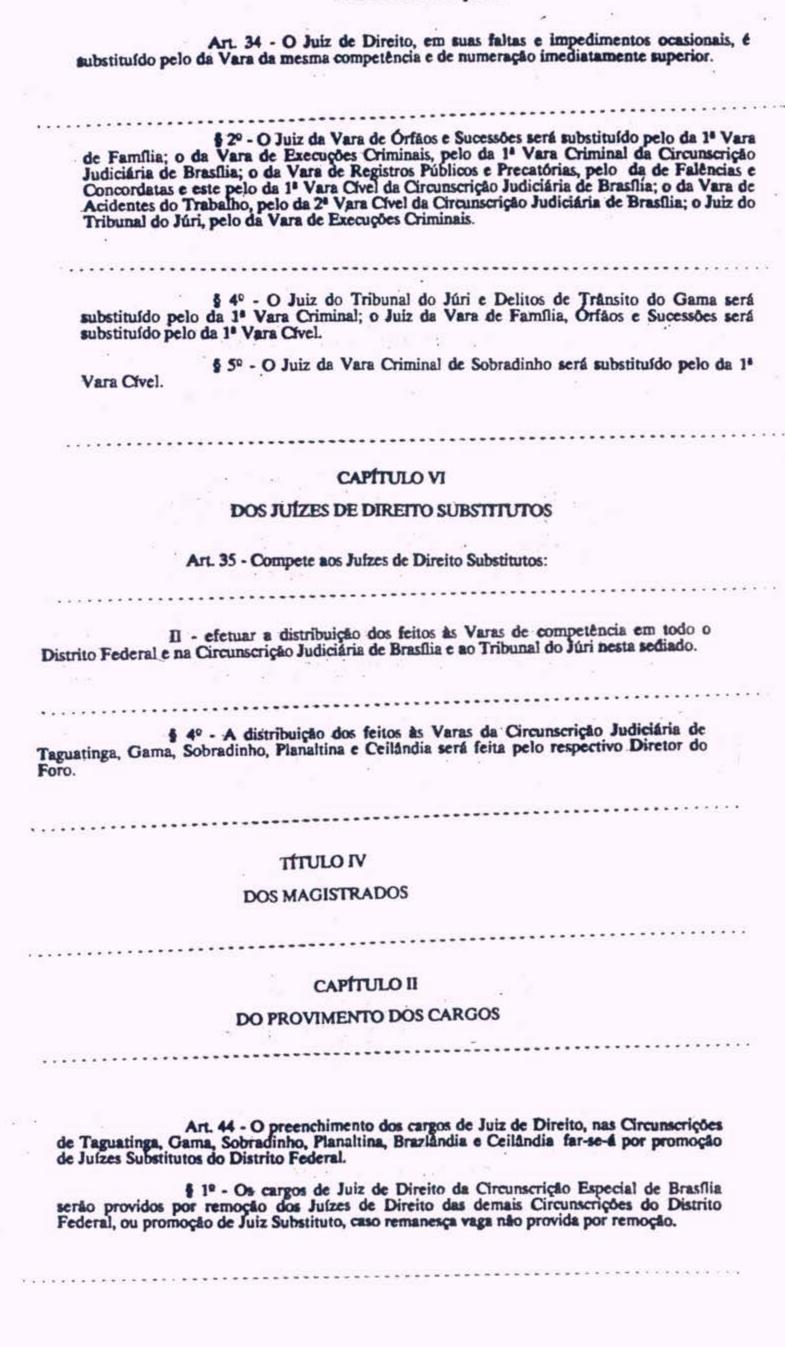
V - expedir as normas de que trata o § 2º do art. 689 do Código Penal;

VI - prosseguir a execução de medidas de tratamento impostas pelo Juiz de Menores, desde que o infrator tenha completado dezoito anos.





CAPÍTULO V DAS SUBSTITUIÇÕES







Art. 45 - O provimento dos cargos de Desembargadores far-se-á por promoção de Juízes de Direito do Distrito Federal por antigüidade e merecimento, alternadamente, reservado um quinto de lugares que serão preenchidos por advogados em efetivo exercício da profissão e membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, todos de notório merecimento e idoneidade moral, com dez anos, pelo menos, de prática forense.

§ 1º - Tratando-se de promoção por antigüidade, a ela concorrerão os Juízes de Direito da Circunscrição Judiciária de Brasília. No caso de merecimento, a lista tríplice compor-se-á de nomes escolhidos dentre todos os Juízes, observado o disposto nas alíneas b e e do inciso II do art. 93 da Constituição Federal.

dos Advogados do Brasil serão preenchidos dentre aqueles com mais de dez anos de carreira e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibida, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sextupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

CAPÍTULO IV

DAS FÉRIAS, LICENÇA E APOSENTADORIA

Art. 49 - Os Juízes de Direito do Distrito Federal e os Juízes de Direito dos Territórios gozarão férias coletivas nos períodos de 2 a 31 de janeiro e de 2 a 31 de julho.

Parágrafo único - Durante o período de 20 de dezembro a 31 de janeiro, bem como nas férias coletivas e nos dias em que não houver expediente forense, a Corregedoria regulará o plantão judiciário, designando Juízes para conhecer de medidas urgentes em geral.

LIVROII

DOS SERVIÇOS AUXILIARES

TÍTULO II DA COMPETÊNCIA

CAPITULOII

DOS OFÍCIOS JUDICIAIS

Art. 60 - Ao Cartório de Distribuição incumbe o processamento e o registro da distribuição dos feitos aos diversos juízos e o registro geral dos protestos de títulos, mediante comunicação dos titulares dos respectivos oficios, cabendo-lhe o fornecimento de certidões.

Parágrafo único - A distribuição na Circunscrição de Brasslia será presidida por Juiz de Direito Substituto designado por ato do Presidente do Tribunal; nas Circunscrições do Distrito Federal e nos Territórios, quando houver mais de uma Vara, incumbirá ao Diretor do Foro.

Art. 61 - Na Circunscrição Judiciária de Brasslia haverá um Serviço de Distribuição de Mandados, ao qual compete:





TTTULO III DO PESSOAL

CAPITULO I

	DA CLASSIFICAÇÃO
	Art. 67 - O pessoal dos serviços auxiliares da Justiça é classificado em:
	I - funcionários do quadro da Secretaria e Subsecretarias do Tribunal de
	Justiça; II - funcionários do quadro dos ofícios judiciais do Distrito Federal;
	III - funcionários do quadro dos ofícios judiciais dos Territórios;
	IV - serventuários sob regime especial, não remunerados pelos cofres
	públicos, a saber:
	a) Oficiais de Notas;
	b) Oficiais de Protesto;
	c) Oficiais de Registros Públicos;
	d) Empregados de Ofícios Extrajudiciais do Distrito Federal;
	e) Empregados de Ofícios Extrajudiciais dos Territórios.
	CAPÍTULO II
	DO REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA
	SEÇÃO ÚNICA
	DO PROVIMENTO DOS CARGOS
	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
	Art. 71 - Os cargos de titulares de serventias judiciais serão obrigatoriamente preenchidos por Bacharéis em Direito, ressalvada a situação dos atuais titulares.
	•
	LIVRO III
	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS TRANSITÓRIAS
	Art. 75 - Será considerada especial a Circunscrição de Brasília.
	Art. 78 - Ficam criados no Distrito Federal os seguintes Cartórios
	1 - Circunscrição Judiciária de Brasília:
	a) um de Registro de Imóveis, abrangendo a área territorial das Cidades Satélites do Guará (1 e II) e Núcleo Bandeirante;
	b) um de Protesto de Títulos; c) um de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas; d) um de Notas, com sede na Asa Norte.
	JUL/89)
GEH 20.01.0050.5 - (JUL/931





LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

LEI nº 8.185 , de 14 de maio

Dispõe sobre a organização judiciária do Distrito Federal e dos Territórios.

LIVROI

DA ESTRUTURA DA JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

TITULOI

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º - Compõem a Justiça do Distrito Federal e dos Territórios:

I - o Tribunal de Justiça;
II - o Conselho da magistratura;
III - os Tribunais do Júri;
IV - os Juízes de Direito do Distrito Federal;
V - os Juízes de Direito Substitutos do Distrito Federal;
VI - os Juízes de Direito dos Territórios;
VII - os Juízes de Paz do Distrito Federal;
VIII - os Juízes de Paz dos Territórios.

TÍTULO II

DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

CAPÍTULOI

DA COMPOSIÇÃO

Art. 4º - O Tribunal de Justiça, com sede no Distrito Federal, compõe-se de vinte e três desembargadores e exerce sua jurisdição no Distrito Federal e nos Territórios.

§ 1º - O Tribunal divide-se em uma Seção Cível e uma Criminal e em cinco Turmas, sendo três Cíveis e duas Criminais. As Seções compõem-se dos integrantes das Turmas, observadas as respectivas áreas de especialização e serão presididas pelo Vice-Presidente, que não exercerá as funções de Relator e Revisor.





DA COMPETÊNCIA

SEÇÃO II DA COMPETÊNCIA DAS TURMAS

Art. 9º - O Regimento Interno do Tribunal disporá sobre a competência do Plenário, das Seções e das Turmas, observadas as respectivas especializações e o disposto na Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

TÍTULO III DO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO NO DISTRITO FEDERAL

CAPÍTULO I DA COMPOSIÇÃO E DA COMPETÊNCIA

Art. 18 - A Justiça de Primeiro Grau do Distrito Federal compreende:

- I Varas com competência em todo o território do Distrito Federal:
- a) oito Varas de Fazenda Pública;
- b) uma Vara da Infância e da Juventude;
- c) uma Vara de Execuções Criminais;
- d) uma Vara de Falências e Concordatas;
- e) uma Vara de Registros Públicos e Precatórias;
- f) uma Vara de Acidentes do Trabalho;
- g) quatro Varas de Entorpecentes e Contravenções Penais;
- II Circunscrição Especial Judiciária de Brasília:
- a) vinte e cinco Varas Cíveis;
- b) sete Varas de Família;
- c) uma Vara de Órfãos e Sucessões;
- d) um Tribunal do Júri;
- e) dez Varas Criminais;
- f) três Varas de Delitos de Trânsito;
- III Circunscrição Judiciária de Taguatinga:
- a) cinco Varas Cíveis;
- b) quatro Varas de Família, Órfãos e Sucessões;
- c) um Tribunal do Júri;
- d) cinco Varas Criminais.
- IV Circunscrição Judiciária do Gama:
- a) duas Varas Cíveis;
- b) uma Vara de Família, Órfãos e Sucessões;
- c) duas Varas Criminais;
- d) uma Vara do Tribunal do Júri e dos Delitos de Trânsito;





- V Circunscrição Judiciária de Sobradinho:
- a) duas Varas Civeis;
- b) uma Vara Criminal, do Tribunal do Júri e dos Delitos de Trânsito;
- VI Circunscrição Judiciária de Planaltina:
- a) uma Vara Civel;
- b) uma Vara Criminal, do Tribunal do Júri e dos Delitos de Trânsito;
- VII Circunscrição Judiciária de Brazlándia:
 - a) uma Vara de Competência Geral;
- VIII Circunscrição Judiciária de Ceilândia:
 - a) três Varas Civeis;
 - b) quatro Varas de Família, Órfãos e Sucessões;
 - c) cinco Varas Criminais;
 - d) um Tribunal do Júri.
 - § 1º As Varas da mesma especialidade obedecerão a numeração ordinal.
- Gama, Sobradinho, Planaltina, Brazlándia e Ceilándia correspondem às das respectivas Regiões Administrativas do Distrito Federal, compeendendo-se as do Núcleo Bandeirante, Paranoá, Guará e Cruzeiro na Circunscrição de Brasília e a de Samamhaia na de Taguatinga.

CAPÍTULO III DO TRIBUNAL DO JÚRI

Art. 21 - Ao Juiz Presidente do Tribunal do Júri compete:

I - processar os feitos da competência do Tribunal do Júri, ainda que anteriores à propositura da ação penal, até julgamento final;

II - processar e julgar habeas corpus, quando o crime atribuído ao paciente for da competência do Tribunal do Júri;

III - exercer as demais atribuições previstas nas leis processuais.

Páragrafo único - Junto a cada Tribunal do Júri oficiará, sempre que possível, um Juiz de Direito Substituto, que terá competência para instrução dos processos sem prejuízo de outras atribuições que lhe sejam cometidas pelo Titular da Vara.

SEÇÃO II

DA VARA DE EXECUÇÕES CRIMINAIS

Art. 25 - Ao Juiz da Vara de Execuções Criminais compete:

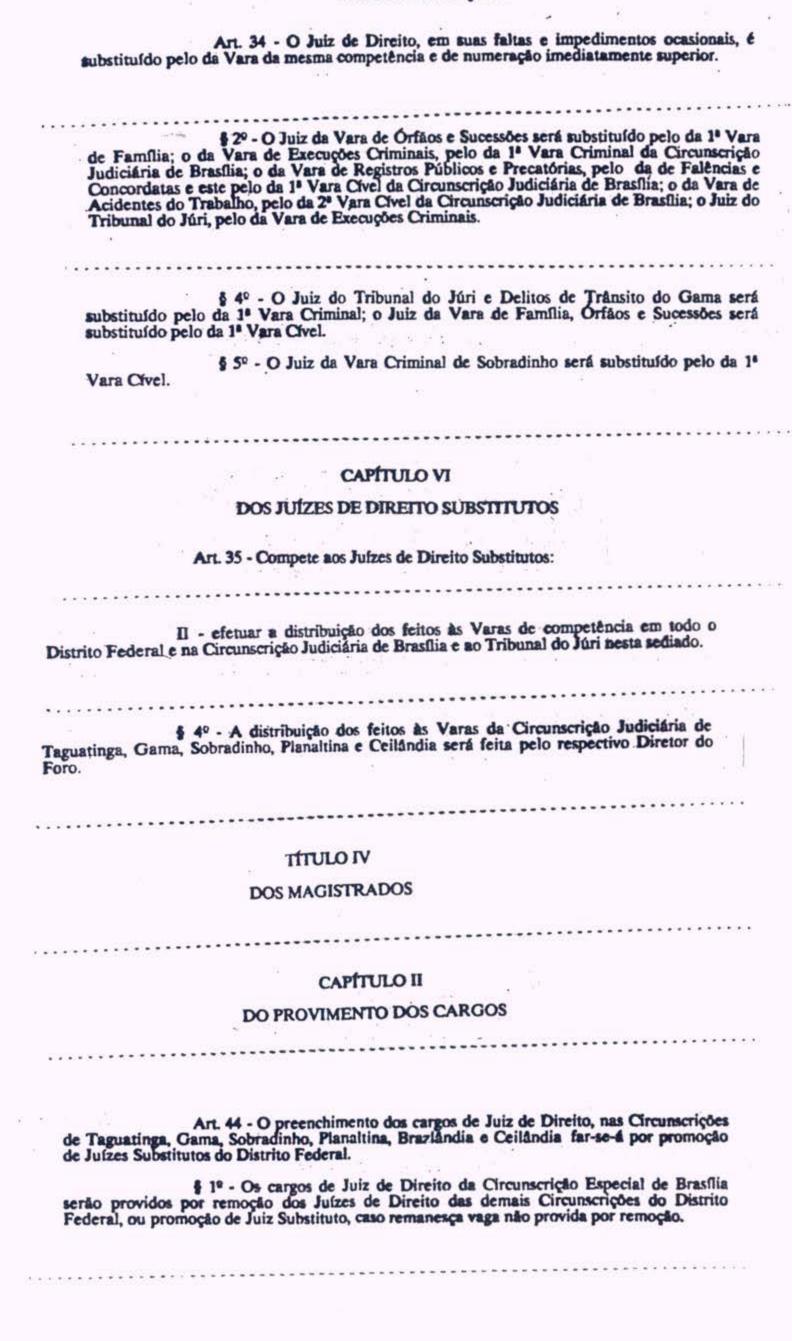
V - expedir as normas de que trata o § 2º do art. 689 do Código Penal;

VI - prosseguir a execução de medidas de tratamento impostas pelo Juiz de Menores, desde que o infrator tenha completado dezoito anos.





CAPÍTULO V DAS SUBSTITUIÇÕES







Art. 45 - O provimento dos cargos de Desembargadores far-se-á por promoção de Juízes de Direito do Distrito Federal por antigüidade e merecimento, alternadamente, reservado um quinto de lugares que serão preenchidos por advogados em efetivo exercício da profissão e membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, todos de notório merecimento e idoneidade moral, com dez anos, pelo menos, de prática forense.

de Direito da Circunscrição Judiciária de Brasília. No caso de merecimento, a lista tríplice compor-se-á de nomes escolhidos dentre todos os Juízes, observado o disposto nas alíneas a e e do inciso II do art. 93 da Constituição Federal.

dos Advogados do Brasil serão preenchidos dentre aqueles com mais de dez anos de carreira e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibida, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sextupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

CAPÍTULO IV

DAS FÉRIAS, LICENÇA E APOSENTADORIA

Art. 49 - Os Juízes de Direito do Distrito Federal e os Juízes de Direito dos Territórios gozarão férias coletivas nos períodos de 2 a 31 de janeiro e de 2 a 31 de julho.

Parágrafo único - Durante o período de 20 de dezembro a 31 de janeiro, hem como nas férias coletivas e nos dias em que não houver expediente forense, a Corregedoria regulará o plantão judiciário, designando Juízes para conhecer de medidas urgentes em geral.

LIVRO II

DOS SERVIÇOS AUXILIARES

TÍTULO II DA COMPETÊNCIA

CAPITULOII

DOS OFÍCIOS JUDICIAIS

Art. 60 - Ao Cartório de Distribuição incumbe o processamento e o registro da distribuição dos feitos aos diversos juízos e o registro geral dos protestos de títulos, mediante comunicação dos titulares dos respectivos oficios, cabendo-lhe o fornecimento de certidões.

Parágrafo único - A distribuição na Circunscrição de Brasslia será presidida por Juiz de Direito Substituto designado por ato do Presidente do Tribunal; nas Circunscrições do Distrito Federal e nos Territórios, quando houver mais de uma Vara, incumbirá ao Diretor do Foro.

Art. 61 - Na Circunscrição Judiciária de Brasslia haverá um Serviço de Distribuição de Mandados, ao qual compete:



TITULO III DO PESSOAL

CAPITULO I

DA CLASSIFICAÇÃO
Art. 67 - O pessoal dos serviços auxiliares da Justiça é classificado em:
I - funcionários do quadro da Secretaria e Subsecretarias do Tribunal de
Justica:
II - funcionários do quadro dos ofícios judiciais do Distrito Federal;
III - funcionários do quadro dos ofícios judiciais dos Territórios;
IV - serventuários sob regime especial, não remunerados pelos cofres públicos, a saber:
a) Oficiais de Notas;
b) Oficiais de Protesto;
c) Oficiais de Registros Públicos;
d) Empregados de Ofícios Extrajudiciais do Distrito Federal;
e) Empregados de Ofícios Extrajudiciais dos Territórios.
•
CAPÍTULO II
DO REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA
SEÇÃO ÚNICA
DO PROVIMENTO DOS CARGOS
Art. 71 - Os cargos de titulares de serventias judiciais serão obrigatoriamente preenchidos por Bacharéis em Direito, ressalvada a situação dos atuais titulares.
LIVROIII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS TRANSITÓRIAS
Art, 75 - Será considerada especial a Circunscrição de Brasília.
Art. 78 - Ficam criados no Distrito Federal os seguintes Cartório
1 - Circunscrição Judiciária de Brasslia:
a) um de Registro de Imóveis, abrangendo a área territorial das
Cidades Satélites do Guará (I e II) e Núcleo Bandeirante; b) um de Protesto de Títulos; c) um de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas; d) um de Notas, com sede na Asa Norse.



MENSAGEM Nº 01/91 Brasilia-DF., em 08 de novembro de 1991.

PRIMEIRA SECRETARIA

Em 2 / 91. Ao Senhor

Deputade INOCÊNCIO OLIVEIR

Primeire Secretérie

SENHOR PRESIDENTE,

EM OBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NO § 1º, DO ART. 125, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E INCISO XXI, DO ART.8º, DA LEI Nº 8.185, DE 14/05/91, APRAZ-ME ENCAMINHAR, POR INTERMEDIO DE VOSSA EXCELÊNCIA, PARA SUBMISSÃO AO EXAME DESSA CA SA CONGRESSUAL,O ANEXO ÂNTEPROJETO DE LEI QUE ALTERA A LEI Nº 8.185/91, RELATIVA À ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, NOS TERMOS FUNDAMENTADOS NA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS QUE O ACOMPANHA.

CUMPRE-ME, NA OPORTUNIDADE, ENCARECER O VALOROSO EMPENHO PESSOAL DE VOSSA EXCELÊNCIA POR SI MESMO E POR SEUS PARES NO SENTIDO DA VIABILIZAÇÃO, NO MENOR LAPSO DE TEMPO POSSÍVEL, DA VOTAÇÃO NESSA CASA DESTE ANTE PROJETO, POR SER ELE DA MAIOR IMPORTÂNCIA PARA A PRESTAÇÃO JURISDICIONAL CONVENIENTE À COMUNIDADE DO DISTRITO FE DERAL, CUJAS CARÊNCIAS SE ACENTUAM.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelê<u>n</u> Cia os protestos da minha mais alta estima e elevada co<u>n</u> Sideração.

DESEMBARGADOR

VALTENIO MENDES CARDOSO

PRESIDENTE

Exmº Senhor Deputado IBSEN PINHEIRO DD. Presidente da Câmara dos Deputados. N E S T A



EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DI \underline{s} TRITO FEDERAL.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, em cumprimento do encargo que a mim foi confiado na Sessão Administrativa de 08.10.91, o anexo Anteprojeto de Lei, que modifica a Lei nº 8.185, de 14 de maio de 1991, e cria a Auditoria Militar da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

VISA O ANTEPROJETO A ADEQUAR A ORGANIZAÇÃO JUDI CIÁRIA ÀS PROFUNDAS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO DISTRITO FEDERAL NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS, DE TAL MANEIRA EXPRESSIVA QUE TORNAM INSUFICIENTE E SUPERADA A ORGANIZAÇÃO ATUAL. NÃO É IRRELEVAN TE ASSINALAR QUE O ANTEPROJETO DE QUE RESULTOU A LEI Nº 8.185/91, ALUDIDA, CONSUMIU QUASE CINCO ANOS NOS ESTUDOS PROMOVIDOS PELO TRIBUNAL E NA TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL. DAÍ DECORRE SUA INADEQUAÇÃO AO MOMENTO ATUAL.

TRÊS SÃO AS MODIFICAÇÕES BÁSICAS DA PROPOSTA, A SABER, A CRIAÇÃO:

- A) DAS CIRCUNSCRIÇÕES JUDICIÁRIAS DE SAMAMBAIA
 E DO PARANOÁ;
- B) DE DUAS TURMAS CÍVEIS, MAIS UM CARGO DE AS SESSOR PARA CADA DESEMBARGADOR;
- c) da Auditoria e Conselho de Justiça Militar.

A CIDADE SATÉLITE DE SAMAMBAIA (RA.XII) FOI CRIA DA OFICIALMENTE PELA LEI Nº 49, DE 25 DE OUTUBRO DE 1989. ESTÁ SITUADA AO SUL DE TAGUATINGA E CEILÂNDIA, ÀS MARGENS DA BR-60, COM POPULAÇÃO QUE ULTRAPASSA OS 200.000 HABITANTES.

A CIDADE SATÉLITE DO PARANOÁ (RA-VII) RESULTOU DO ASSENTAMENTO DA POPULAÇÃO DA ANTIGA VILA PARANOÁ, ÀS MARGENS DO LAGO PARANOÁ, BEM COMO DE OUTRAS PROCEDÊNCIAS. CRIADA OFI CIALMENTE, JUNTAMENTE COM A CIDADE SATÉLIDE DE SAMAMBAIA, PELA MESMA LEGISLAÇÃO, TEM UMA POPULAÇÃO ESTIMADA EM 80.000 HABITANTES.

ESSAS DUAS CIDADES SATÉLITES REPRESENTAM INGENTE ESFORÇO DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL NO SENTIDO DE PROPOR CIONAR AS POPULAÇÕES CARENTES CONDIÇÕES DE VIDA CONDIGNAS EM ÁREAS BÁSICAS DE SAUDE, EDUCAÇÃO, MORADIA, TRABALHO E TRANSPORTE. PROSSEGUE O GOVERNO LOCAL INVESTINDO IMENSOS RECURSOS FINANCEIROS PARA DOTAR ESSAS CIDADES SATÉLITES DE INFRAESTRUTURA ADEQUADA, COM VISTAS A CONSOLIDAR UMA COMUNIDADE SADIA E VOLTADA PARA A VALORIZAÇÃO DA PESSOA HUMANA. NA BUSCA DESSE OBJETIVO MAIOR, TODOS OS EQUIPAMENTOS URBANOS INDISPENSAVEIS ESTÃO SENDO INSTALADOS.

A CONSOLIDAÇÃO DE UMA COMUNIDADE HARMÓNICA RECLAMA A PRESENÇA ATUANTE E FIRME DA JUSTIÇA, PERMITINDO QUE OS CONFLITOS RECEBAM PRONTA E EFICAZ SOLUÇÃO. ÎMPORTA APROXIMAR A JUSTIÇA DO POVO, CONHECER SEUS PROBLEMAS, SUAS ANGÚSTIAS E ASPIRAÇÕES. DEVE O JUDICIÁRIO SE INSERIR NA TEXTURA SOCIAL DA COMUNIDADE A QUE SERVE.

O EMPENHO DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL NA PESSOA DO EXMº SR. GOVERNADOR, DR. JOAQUIM DOMINGOS RORIZ, ESTÁ A RECLAMAR QUE O PODER JUDICIÁRIO COMPREENDA O MOMENTO HISTÓRICO DE QUE IRROMPEM ESSAS GIGANTESCAS MODIFICAÇÕES DA PAISAGEM HUMANA E FÍSICA DO DISTRITO FEDERAL, REPRESENTADAS PELA IMPLANTAÇÃO DOS NOVOS NÚCLEOS POPULACIONAIS, E PROPONHA MEDIDAS ADEQUADAS, RÁPIDAS E EFICAZES, COM VISTAS AO ATENDIMENTO DAS SUAS NECESSIDADES.

A PROPOSTA ORA APRESENTADA FAZ PUBLICO RECONHE CIMENTO DE UMA REALIDADE EXTREMAMENTE DINÂMICA E BUSCA OFERE CER, NO CAMPO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL, UMA ESTRUTURA MÍNIMA PARA QUE O PODER JUDICIÁRIO NÃO SE COLOQUE EM POSIÇÃO DE OMIS SÃO PERANTE O NOVO DESENHO POPULACIONAL IDENTIFICADO POR AQUE LAS COMUNIDADES. NÃO PRETENDE SUGERIR UMA ESTRUTURA IDEAL, MAS APENAS UMA QUE SE REVELE POSSÍVEL NA ATUAL CONJUNTURA DO PAÍS.

PARA SAMAMBAIA É RECOMENDADA A CRIAÇÃO DE TRÊS VARAS CÍVEIS, TRÊS DE FAMÍLIA, TRÊS CRIMINAIS (COM COMPETÊNCIA, INCLUSIVE, PARA DELITOS DE TRÂNSITO) E UM TRIBUNAL DO JÚRI. PARANOÁ RECEBERÁ, SEGUNDO A PROPOSTA, UMA VARA CÍVEL, UMA VARA DE FAMÍLIA E UMA VARA CRIMINAL, COM COMPETÊNCIA, INCLUSIVE, PARA JULGAR OS DELITOS DE TRÂNSITO E FUNCIONAR COMO TRIBUNAL DO JÚRI.

EM AMBOS OS CASOS, A ESTRUTURA INDICADA LEVA EM CONTA O FATOR POPULACIONAL, MERECENDO, CONTUDO, REGISTRAR, QUE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA, DE IMEDIATO, POR FALTA DE JUÍZES E DE



MEIOS MATERIAIS, NÃO TERÁ CONDIÇÃO DE INSTALAR TODAS AS VARAS A SEREM CRIADAS. ISSO SOMENTE SERÁ POSSÍVEL NO ESPAÇO DE DOIS OU MAIS ANOS.

CUIDA TAMBÉM O ANTEPROJETO DE CRIAR DUAS NOVAS TURMAS CÍVEIS. ELAS SÃO INDISPENSÁVEIS.

JA SE ASSINALOU, NESTA EXPOSIÇÃO, O LONGO TEMPO DE TRAMITAÇÃO DOS ESTUDOS DE QUE ORIGINOU A VIGENTE LEI DE OR GANIZAÇÃO JUDICIÁRIA. O LENTO DESENROLAR DESSE PROCESSO FEZ COM QUE A NOVA LEI JA VIESSE A LUME DEFASADA, DESAJUSTADA DIAN TE DA REALIDADE DO MOVIMENTO DE PROCESSOS EM SEGUNDA INSTÂNCIA. ANOTO, A GUISA DE EXEMPLO, APOS LEVANTAMENTO ESTATISTICO FEITO A MEU PEDIDO, QUE, NO PRIMEIRO SEMESTRE DO CORRENTE ANO FOREN SE, CADA MEMBRO DAS DUAS TURMAS CIVEIS EXISTENTES RECEBEU, EX CLUSIVAMENTE NA QUALIDADE DE RELATOR, QUINHENTOS E VINTE E TRÊS PROCESSOS E QUASE OUTRO TANTO COMO REVISOR. AÍ NÃO SE ARROLAM OS PROCESSOS DE COMPETÊNCIA ORIGINARIA DO TRIBUNAL, COMO MANDA DOS DE SEGURANÇA, AÇOES RESCISORIAS, EMBARGOS INFRINGENTES, EM BARGOS DECLARATORIOS, AGRAVOS REGIMENTAIS, MATERIAS ADMINISTRA TIVAS E RECURSOS CRIMINAIS DE QUE, EM CASOS ESPECÍFICOS, TEM, AS VEZES, QUE PARTICIPAR OS INTEGRANTES DAS TURMAS CÍVEIS. TAL VO LUME DE TRABALHO EXCEDE A CAPACIDADE FÍSICA DOS INTEGRANTES DES TE TRIBUNAL, AINDA MAIS POR SER CRESCENTE O NUMERO DE FEITOS. A INSTALAÇÃO DE MAIS UMA TURMA CÍVEL, CRIADA PELA LEI Nº 8.185/91, DE FORMA ALGUMA HAVERA DE CORRIGIRESSE DESEQUILÍBRIO, POIS, AIN DA ASSIM, MESMO INSTALADA A NOVA TURMA, O NÚMERO DE PROCESSOS AINDA RESTARA DESPROPORCIONAL AO NÚMERO DE DESEMBARGADORES.

NÃO SE IGNORA O MOMENTO CRÍTICO PORQUE PASSA A NAÇÃO, EM FACE DA ESCASSEZ DE RECURSOS FINANCEIROS. TODAVIA, NÃO SE PODE COLOCAR AS QUESTÕES DO ACESSO DO CIDADÃO À JUSTIÇA SOB ESSA ÓTICA. O ESTADO NÃO PODE NEGAR AO CIDADÃO O ATENDI MENTO MÍNIMO INDISPENSÁVEL A LHE ASSEGURAR O EXERCÍCIO DE SEUS DIREITOS. O INCREMENTO POPULACIONAL, A CRESCENTE COMPLEXIDADE DAS RELAÇÕES SOCIAIS E O ANSEIO FUNDAMENTAL DO EXERCÍCIO DA CI DADANIA IMPÕEM UMA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TECNICAMENTE DE ELE VADA QUALIDADE, BEM ASSIM PRONTA E CÉLERE RESPOSTA ÀS NECESSI DADES DO POVO.

RELEVA APONTAR QUE A AMPLIAÇÃO DA PRIMEIRA INS TÂNCIA CONSTITUIU FATOR ESPECÍFICO DO AUMENTO DO NÚMERO DE RECURSOS AO TRIBUNAL. NÃO SE PODE DEIXAR DE CONSIGNAR, AINDA, QUE O PODER JUDICIÁRIO TEM SIDO SISTEMATICAMENTE CRITICADO PE LA MOROSIDADE E INEFICIÊNCIA, MUITAS VEZES DE FORMA IRRESPONSÁVEL





POR QUEM NÃO LHE CONHECE A FRÁGIL ESTRUTURA, OUTRAS VEZES, E ATÉ MESMO, POR ALTAS AUTORIDADES DA REPÚBLICA QUE, CAMUFLANDO A PRÓPRIA RESPONSABILIDADE NO CONTEXTO DA VIDA NACIONAL, COMO DAMENTE ATRIBUEM À MOROSIDADE DA JUSTIÇA A SUCUMBÊNCIA DE SUAS PROPOSTAS E DE SEUS DEVERES DESCUMPRIDOS. TODAVIA, A CAUSA MAIOR E DETERMINANTE DESSA MOROSIDADE TÃO DECANTADA, RESIDE NA EXTRA ORDINARIA DESPROPORÇÃO ENTRE O REDUZIDÍSSIMO NÚMERO DE JUÍZES E A SEMPRE CRESCENTE AVALANCHE DE AÇÕES JUDICIAIS QUE TÊMO DE VER DE PROCESSAR E DECIDIR, NO INDECLINAVEL EMPENHO DE COMPOR OS INTERESSES EM CONFLITO, MISTER INDISPENSAVEL À PAZ SOCIAL E À SOBREVIVÊNCIA DAS INSTITUIÇÕES.

Com a presente proposta, está o Judiciário Local a dar o primeiro passo, nos limites do que lhe é dado fazer, para reverter o quadro atual e aparelhar-se para o adequado e desejado cumprimento de suas relevantíssimas funções, pelo me nos para os próximos alguns anos.

ATUALMENTE, APENAS OS DESEMBARGADORES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL, DENTRE OS DIVERSOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DA JUSTIÇA DA UNIÃO, CONTAM COM SOMENTE UM ASSESSOR. TODOS OS INTEGRANTES DOS DEMAIS TRIBUNAIS FEDERAIS, CONTAM COM DIVERSOS ASSESSORES, ISTO, ALÉM DE REPRESENTAR VALIOSA AJUDA AOS MAGISTRADOS DAS INSTÂNCIAS REVISORAS, MINIMIZA OS CUSTOS DE CRIAÇÃO, INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE NOVOS GABINETES, EM NÚMERO QUE A REAL NECESSIDADE, EFETIVAMENTE, EXIGE. POR ISSO, E PARA ATENDER À ANTIGA NECESSIDADE, SUPRINDO A INDISCUTÍ VEL FALTA EM NOSSO QUADRO, É QUE O PROJETO CRIA MAIS UM CARGO DE ASSESSOR DE DESEMBARGADOR, ELEVANDO PARA DOIS, QUANTIDADE SABIDAMENTE AINDA INSUFICIENTE PARA O MELHOR DESEMPENHO DAS TAREFAS MÚLTIPLAS AFETAS A CADA GABINETE.

Contém, ainda, o Anteprojeto, proposta de cri<u>a</u> ção da Justiça Militar na estrutura da Justiça do Distrito F<u>e</u> deral e dos Territórios, com a finalidade de julgar e proce<u>s</u> sar os Policiais Militares e os integrantes do Corpo de Bombe<u>i</u> ros Militares do Distrito Federal, por prática de crimes mil<u>i</u> tares.

JUSTIFICA-SE A MEDIDA, POR SINAL DE BAIXO CUS
TO, PELA NECESSIDADE DE, A EXEMPLO DE QUASE TODAS AS UNIDADES
FEDERATIVAS, SUBMETER OS MEMBROS DAQUELES IMPORTANTES SEGMEN
TOS SOCIAIS A UMA JURISDIÇÃO ESPECIALIZADA, EXERCIDA POR UM
JUIZ DE DIREITO E POR OFICIAIS MILITARES CONHECEDORES DA REA
LIDADE ONDE SE INSERE O EVENTUAL INFRATOR. TRATA-SE DE JULGA
MENTO MISTO, ONDE SE ALIA O RIGOR TÉCNICO, PELA ATUAÇÃO DO JUIZ





AUDITOR, JUIZ DE DIREITO DA CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA, DOTADO DE MAIOR EXPERIÊNCIA, AO EXAME DO FATO DE MANEIRA MAIS PRECISA POR MEIO DA VIVÊNCIA DOS QUATRO MEMBROS MILITARES DOS CONSELHOS DE JUSTIÇA. ADEMAIS, A MEDIDA CONSTITUI ANSEIO DE LONGA DATA DE TODOS AQUELES MILITARES.

CABE OBSERVAR QUE O ANTEPROJETO DE LEI INTRODUZ ADAPTAÇÕES DE OUTROS DISPOSITIVOS DA LEI Nº 8.185/91 AOS TRÊS PONTOS BÁSICOS DA PROPOSTA, VISANDO TÃO SOMENTE SISTEMATIZAR O TEXTO E LHE DAR COERÊNCIA.

O ARTIGO 2º FOI ACRESCIDO DOS INCISOS II E X, PARA INSERÇÃO DO "CONSELHO ESPECIAL" (ART. 93, XI, DA C.F.) E DA "AUDITORIA E CONSELHO DA JUSTIÇA MILITAR".

O TRIBUNAL PASSA A DIVIDIR-SE EM DUAS CÂMARAS CÍVEIS E UMA CRIMINAL E EM SETE TURMAS, SENDO CINCO CÍVEIS E DUAS CRIMINAIS, NOS TERMOS DO § 1º DO ARTIGO 4º, DISPONDO O REGIMEN TO INTERNO SOBRE A SUA ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIA, CONFORME ACENTUADO NO ARTIGO 9º.

O INCISO V DO ART. 25 TEM A SUA REDAÇÃO ALTERA DA PARA "§ 2º DO ARTIGO 698 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL", CONFORME NOTA DE "RODAPÉ".

O § 2º DO ARTIGO 34, INCISO II DO ARTIGO 35,§ 1º DO ARTIGO 44, § 1º DO ARTIGO 45, § ÚNICO DO ARTIGO 60, ARTIGO 61, ARTIGO 75 E INCISO I DO ARTIGO 78 SÃO OBJETOS DE PEQUENA ALTERAÇÃO, PARA COMPATIBILIZA-LOS À REDAÇÃO DO INCISO II DO ARTIGO 78 (CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA), JÁ QUE OS VOCABULOS ESPECIAL E JUDICIÁRIA NÃO CONSTA (M) DA REDAÇÃO DAQUELES DISPOSITIVOS. IDÊNTICA PROVIDÊNCIA FOI ADOTADA EM RELAÇÃO AO ARTIGO 71, MODIFICANDO A SUA REDAÇÃO.

No § 2º do artigo 34 foi introduzida a substitu<u>i</u> ção do Juiz da Vara da Înfância e da Juventude, pelo Juiz de D<u>i</u> reito Substituto designado.

No artigo 49 foi acrescentado o § 1º definindo o gozo de férias pelos Juízes de Direito Substitutos, observada a conveniência do serviço, nos termos do parágrafo 2º - este em substituição ao § único - já que, diferentemente do que previa a Lei nº 6.750/79, para esse caso, a atual é lacunosa.

DE ACORDO COM OS ANEXOS, OS QUADROS DE PESSOAL EFETIVO HOJE EXISTENTES (DA SECRETARIA, DOS OFÍCIOS JUDICIAIS E DOS TERRITÓRIOS), SÃO UNIFICADOS EM UM SÓ QUADRO.

NESTA PROPOSTA, ASSIM COMO NA SITUAÇÃO ATUAL, TAL COMO DEMONSTRADA, NÃO SE COGITOU DO PESSOAL INTEGRANTE DO



QUADRO/TABELA ÚNICA DE EMPREGOS, EX-CELETISTAS, HOJE ESTÁVEIS E NÃO ESTÁVEIS, NOS TERMOS DO ART. 19 E § 1º DO ADCT, EM NÚME RO DE 325, CONFORME ANEXO IV.

A EXISTÊNCIA DE TRÊS QUADROS DE PESSOAL, COM LO TAÇÕES PRÓPRIAS QUE NÃO SE COMUNICAM, CRIA ENTRAVES EM RELAÇÃO À LOTAÇÃO; INTERPRETAÇÃO DIFERENCIADA DA LEGISLAÇÃO VIGENTE RELACIONADA COM PESSOAL; DUAS COMISSÕES DE PROGRESSÃO E ASCENSÃO FUNCIONAIS UTILIZANDO PROCEDIMENTOS E INTERPRETAÇÃO DIVER GENTES, BEM COMO A NECESSIDADE DE UTILIZAR-SE O INSTITUTO DA TRANSFERÊNCIA PARA DESLOCAR O SERVIDOR DE UM QUADRO PARA OU TRO, QUANDO ESSE PROCEDIMENTO PODERIA SER EFETIVADO MEDIANTE REMOÇÃO, SE FOREM ELES UNIFICADOS, COM A SUBSTITUIÇÃO, NO ÂNEXO II (LEI 8.185/91) DA EXPRESSÃO "SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL" POR TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL, CONFORME É APRESENTADO NO ÂNEXO DO ÂNTEPROJETO.

ESSA SOLUÇÃO TRARIA REFLEXO FAVORAVEL EM OUTRAS SITUAÇÕES DE CUNHO BUROCRÁTICO, TAIS COMO, ELABORAÇÃO DE ESCALA DE FÉRIAS, INFORMAÇÃO, PROPOSTA DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS E VANTAGENS AOS SERVIDORES, DUPLICIDADE DO EXERCÍCIO DE FUNÇÕES, ETC.

No artigo 73 foi excluída a expressão..."e mais trinta cargos de Assistente de Taquígrafo, Referência inicial NM-26", por ser outra a nomenclatura, conforme consta do Anexo. Foi suprimido o § único porque o regime jurídico do servidor já está definido no art. 68.

Certo de haver cumprido o honroso encargo, ren<u>o</u> vo a Vossa Excelência protestos de alto apreço e especial co<u>n</u> sideração.

BRASÍLIA-DF., EM DE

DE 1991.

Desembargador

$\underline{A} \quad \underline{N} \quad \underline{E} \quad \underline{X} \quad \underline{O} \qquad \underline{I}$

QUADRO DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL

S I T U A Ç Ä O	A T U A L	S I T U A Ç Ã O N O V A			
D E N O M I N A Ç Ã O	Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	Nº DE CARGOS		
D E S E M B A R G A D O R	2 3	DESEMBARGADOR	3 1		
JUIZ DE DIREITO	104	JUIZ DE DIREITO	1 1 8		
JUIZ SUBSTITUTO	8 5	JUIZ SUBSTITUTO	9 5		
JUIZ DE PAZ	1 5	JUIZ DE PAZ	1 5		

A N E X O I I

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS GRUPO DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO	N O V A
	SECRETARIA OFÍCIOS TJDF JUDICIAIS		OFÍCIOS JUDICIAIS TERRITÓRIOS		
DENOMINAÇÃO	Nº DE CARGOS	Nº DE CARGOS	Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	Nº DE CARGOS
DIRETOR DE SECRETA-					
ria	0 5	1 0 4	0 9	DIRETOR DE SECRETARIA	1 3 2
CONTADOR - PARTIDOR - DIS				CONTADOR-PARTIDOR-DIS-	
TRIBUIDOR		0 4	0 7	TRIBUIDOR	1 3
ASSESSOR DE DESEMBARGADOR	2 3			ASSESSOR DE DESEMBARGADOR	6 2
DEPOSITÁRIO-PÚBLICO		0 7	0.8	DEPOSITÁRIO-PÚBLICO	17
		6.	1973		. /
					20.0

A M E X O I I I



SERVIÇOS AUXILIARES DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

्रकी -	CÓDIGO	SECRETARIA T J D F	OFÍCIOS JUDICIAIS - DF	OFÍCIOS TERRII	JUDICIAIS I Ó R I O S	*****	TRIBUNAL DE JUSTIÇA/	
CATEGORIAS FUNCIONAIS	CODIAO	Nº DE CARGOS	Nª DE CARGOS	AMAPÁ Nº DE CARGOS	RORAINA Nº DE CARGOS	TOTAL	Mº DE CARGOS	
TÉCNICO JUDICIÁRIO	TJDF-AJ-021 JDF-AJ-021 JTF-AJ-021	130	292	15	08	445	473	
OFICIAL DE JUSTIÇA -AVALIADOR	TJDF-AJ-025 JDF-AJ-025 JTF-AJ-025		299	18	0.7	324	350	
TAQUÍGRAFO JUDICIÁRIO	TJDF-AJ-023	20				20	2.7	
AUXILIAR JUDICIÁRIO	TJDF-AJ-022 JDF-AJ-022 JTF-AJ-022	245	594	59	28	925	959	
ATENDENTE JUDICIÁRIO	TJDF-AJ-024 JDF-AJ-024 JTF-AJ-024	130	249	34	14	427	455	
INSPETOR DE SEGURANÇA JUDICIÁRIA	TJDF-AJ-027	30				30	30	
AGENTE DE SEGURANÇA JUDICIÁRIA	1 JDF -AJ-026 JDF -AJ-026	86	3 6			122	190	
ASSISTENTE TAQUÍGRAFO JUDICIÁRIO	TJDF-AJ-028	30				30	4.0	
MÉDICO	TJDF-NS-901	04	03			0.7	0.7	
ODONTÓLOGO *	TJDF-NS-909 JDF-NS-909	0 3	01			0.4	04	
ASSISTENTE SOCIAL	TJDF-NS-930	02	13			15	15	

SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS - DEMONSTRATIVO DE QUADROS

ESTE ANEXO CONSOLIDA OS DADOS PERTINENTES AOS DEMONSTRATIVOS NºS 01, 02, 03 e 04

$\underline{A} \quad \underline{M} - \quad \underline{E} \quad \underline{X} \quad \underline{0} \qquad \quad \underline{I} \quad \underline{I} \quad \underline{I}$



SERVIÇOS AUXILIARES DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

		SITUAÇ	X-0 A T	U A L			SITUAÇÃO PROPOSTA
***************************************	CÓDIGO	SECRETARIA T J D F	OFÍCIOS JUDICIAIS - DF		JUDICIAIS TÓRIOS		TRIBUNAL DE JUSTIÇA/DE E TERRITÓRIOS
CATEGORIAS FUNCIONAIS		Nº DE CARGOS	Nº DE CARGOS	AMAPÁ Nº DE CARGOS	RORAINA NB DE CARGOS	TOTAL	Nº DE CARGOS
PSICÓLOGO	TJDF-NS-907		05			05	0.5
BIBLIOTECÁRIO	TJDF-NS-932	0 1	01	(m.m.)		02	0.2
CONTADOR	TJDF-NS-924	0.8				0.8	0.8
ADMINISTRADOR	TJDF-NS-923	15				15	15
ENGENHEIRO	TJDF-NS-916	0 1		. = =		01	0.1
ARQUITETO	TJDF-NS-917	02		(; <u>=</u> =		0 2	0 2
TÉCNICO DE CONTABILIDADE	TJDF-NI-1042	10	01			11	11
DESENHISTA	TJDF-NI-1014	0.2				02	0.2
TELEFONISTA	TJDF-NA-1044	4.8	0 4			5 2	5 2
AGENTE DE TEL. E ELETRICIDADE	TJDF-NA-1027	4.4		.22		44	3 - 44
AGENTE CINEFOTOG. E MICROFILMAGEM	TJDF-NI-1033	0.6		1=.=:		0 6	0 6
AUX. OP. DE SERVIÇOS DIVERSOS	TJDF-NA-1006	3 3	0.6			39	4.2
AUXILIAR DE ENFERMAGEM	TJDF-NI-1001	04	0 2			0.6	0.6
ANALISTA DE SISTEMA	TJDF-PRO-1601	01				01	01
PROGRAMADOR	TJDF-PRO-1602	0 2				02	02
OPERADOR DE COMPUTAÇÃO	TJDF-PRO-1603	04				04	04
PERFURADOR DIGITADOR	TJDF-PRO-1604	0.6	72-2			06	0.6
ARTÍFICE DE MECÂNICA	TJDF-ART-702	0.5				05	0.5

SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS - DEMONSTRATIVO DE QUADROS

$\overline{\mathbf{v}}$ $\overline{\mathbf{w}}$ $\overline{\mathbf{E}}$ $\overline{\mathbf{x}}$ $\overline{\mathbf{0}}$ $\overline{\mathbf{I}}$ $\overline{\mathbf{I}}$ $\overline{\mathbf{I}}$



SERVIÇOS AUXILIARES DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

	CÓDIGO	SECRETARIA T J D F	OFÍCIOS JUDICIAIS - DF	OFÍCIOS TERRI1			S I T U A Ç Ă O P R O P O S T A TRIBUNAL DE JUSTIÇA/ E TERRITÓRIOS
CATEGORIAS FUNCIONAIS		Nº DE CARGOS	Nº DE CARGOS	MAPÁ Nº DE CARGOS	RORAINA Nº DE CARGOS	TOTAL	Nº DE CARGÓS
ARTÍFICE DE ELETRICIDADE E COMU-	TJDF-ART-703	0.9				09	0.9
ARTÍFICE DE CARPINTARIA E MARCE-	TJDF-ART-704	0.7				0.7	07
ARTÍFICE DE ARTES GRÁFICAS	TJDF-ART-706	15				15	15
SERVENTE		0.3				03	
							; ;

MEA
1 3
7 5
04003

	CRIAÇÃO DE	LEI	N a	6.040	/74	LE	I N	8 6.83	1/80	LEI	Na	7.52	7/86	LEI	N B	7.99	4/90	LE	ING	8.18	5/91		
ξ)	CARGOS	RIA	O	DF JUDI		ARIA		OF JUDIO		RIA	CIAIS	TERRI	DICIAIS	818	CIAIS	OF JUDI	CIAIS ÓRIOS	ARIA	CIAIS	TERRITÓ	RIOS		ERAL
CONT	ROLE	SECRETARIA	1000	AMAPÁ	RORAIMA	CRET	3	AMAPA	RORAIMA	SECRETARIA	3001	-	RORAIMA	SECRETARIA	JUDI	ANAPÁ	RORAIMA	BECRETA	F JUDI	1	RORAIMA	DTAL	OTAL GE
			9	=	œ	36	9	=	oc .	60	9	4	~	•	6	~	œ	80	0	-	æ	-	=
TÉCNI	CO JUDICIÁRIO - *	58				42	91	22	13	56								30	133			422	
úř. u	L JUST. AVALIADOR - *						73	18	09		56								111	22		299	
TAQUÍ	GRAFO JUDICIÁRIO	07				03									-			10		***		20	
ISP.	SEGURANÇA JUDICIÁRIA													30								30	
AUXIL	IAR JUDICIÁRIO	13				218	168	59	32		112							13	228			843	
ASSIS	T. TAQ. JUDICIÁRIO																	30				30	
ATEND	ENTE JUDICIÁRIO	28				74	78	36	18		56						-	28	78			379	
AG. S	EGURANÇA JUDICIÁRIA	25-0-25				86	36													***		122	
MÉDIC	0 - *					01	01	9.55.55				17.5	75.5							8.6)		07	
ODONT	ό ιο G ο - *					01	01												7	***		03	
ASSIS	TENTE SOCIAL					02	13	:					iwe.	200								15	
PSICÓ	LOGO			-5.7			05															05	
BIBLI	OTECÁRIO _ *					01	01	:==			222		**									02	
CONT	ADOR _ +		**	()		07							(mm							***		08	
ADMIN	NISTRADOR				sees:	15																15	
ENGE	NHEIRO					01															7	01	
ARQU	ITETO					02														**		02	
ıéc.	DE CONTABILIDADE - *					10		0												**		13	
DESE	NHISTA - *	01																				02	
TELE	FONISTA - *	43	04																			52	
AG.	TEL. E ELETRICIDADE *			1 14/4	-1-	43							-							5.50		44	
	CINEF. MICROFILMAGEM *	0 3								2												06	
	OP. SERV. DIVERSOS *					27	- 06															3 3	

SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS - DEMONSTRATIVOS - QUADRO (*) VIDE QUADRO DEMONSTRATIVO - TRANSFORMAÇÃO E TRANSPOSIÇÃO DE CARGOS (REFERENTE AO ATO 221/73), em anexo -

CRIAÇÃO DE	L	EINE	6.040	/74	L	EI	N 8 . 83	1/80	ı	ΕI	Nº 7.5	27/86	L	EI N	7.99	4/90	ı	EIN	8.1	85/91		
CARGOS	1	IAIS	OF JUDI	CIAIS	1	IAIS	OF JUDIO	CIAIS	I.A	IAIS	OF JU	DICIAIS TÓRIOS	4 I	IAIS	OF J	UDICIAIS ITÓRIOS		-	OF JU	DICIAIS		GERAL
CONTROLE DE	SECRETARIA	OF JUDICIAIS	ANAPÁ	RORAIMA	SECRETARIA	OF JUDIC	ANAPÁ	RORAIMA	SECRETARIA	OF JUDICIAIS	AMAPA	RORAIMA	SECRETARIA	OF JUDICIAIS	AMAPÁ	RORAIMA	SECRETARIA	OF JUDICIAIS	AMAPA	RORAIMA	TOTAL	TOTAL GE
AUXILIAR DE ENFERMAGEM					04	02	1221														06	
ANALISTA DE SISTEMA		**			01	01															0.2	
PROGRAMADOR					02		(55)														02	
OPERADOR DE COMPUTAÇÃO					04																04	
PERFURADOR DIGITADOR					06															65	06	
ART. DE MECÂNICA - *					04	-11)										05	
ART. DE ELET/COMUNICAÇÃO *					06							155								22	0.9	
ART. DE CARP. MARCENARIA *					05			2.			7414							-		7.7	C7	
ART. DE ARTES GRÁFICAS					15															**	15	
SERVENTE						22	-				-3					-25	03	(4:4)		-5.70	03	
				×																		



CONTROLE DE CARGOS

DEMONSTRATIVO Nº 02

CARGOS CRIADOS POR TRANSFORMAÇÃO E TRANSPOSIÇÃO	SECRETARIA	OFÍCIOS JUDICIAIS	TOTAL
MÉDICO	03		03
ODONTÓLOGO	01	5 8 . 5	0 1
CONTADOR	0 1		0 1
TÉCNICO DE CONTABILIDADE		0 1	0 1
DESENHISTA	0 1		0 1
TELEFONISTA	0.5		0.5
AGENTE DE TEL. E ELETRICIDADE	0 1		0 1
AGENTE DE CINEF. E MICROFIL MAGEM	0 3		0 3
AUX. OPERACIONAL DE SERV. DIV.	0 3		0 3
ARTÍFICE DE MECÂNICA	01		0 1
ARTÍFICE DE ELET. E COMUNICAÇÕES	0 3		0 3
ARTÍFICE DE CARP. E MARCENARIA	0 2		0 2
BIBLIOTECÁRIO	0 1		0 1

SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS - DEMONSTRATIVO DE QUADRO



DEMONSTRATIVO Nº 03

CONTROLE DE CARGOS	R	0 R A I	E R R I T		S H A P Á		T O T A L	T O T A L TERRITÓRIOS	offci			OFÍCIOS JUDICIAIS:
REDISTRIBUIÇÃO	EXISTEN TES	REDISTRI Buídos -	TOTAL REMANES - CENTE	EXISTEN- TES	REDISTRI- BUÍDOS	TOTAL REMANES- CENTE	BUÍDOS	REMANESCEN- TES (A)	TES	REDISTRI- Buídos	T O T A L	TOTAL GERAL (A + B)
TÉCNICO JUDICIÁRIO	13	05	08	22	07	15	12	23	280	12 ,	292	315
OF. JUST. AVALIADOR	09	02	07	18		18	02	25	297	02	299	324
AUXILIAR JUDICIÁRIO	32	04	28	50		59	04	87	594	04	598	685
ATENDENTE JUDICIÁRIO	18	04	14	36	02	34	06	50	249	06	255	305
							#C	(F				5
						===		e: 08			7 * 6.7	
•												

SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS - DEMONSTRATIVO DE QUADROS REDISTRIBUIÇÃO DE CARGOS

CONTROLE DE CARGOS

DEMONSTRATIVO Nº 04

CONTROLE DE CARGOS REDISTRIBUIÇÃO	GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	SECRETARIA	TOTAL
O D O N T Ó L O G O	0 1	0 1	0 1
AUXILIAR OPERACIONAL DE SERVIÇOS DIVERSOS	0 3	0 3	0 3
AUXILIAR JUDICIÁRIO	0 1	0 1	0 1
OBSERVAÇÃO: REDISTRIBUIÇÃO DE CARGOS DE QUE TRATA A PORTARIA GP			
Nº 273, DE 26.06.91, DJ DE 03.07.91.		E-1	





Senhor Presidente,

Anglia .9/

Requeremos, com fundamento no artigo 155, do Regimento Interno, a adoção do regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 2211, de 1991, que "Altera a Lei 8185, de 14 de maio de 1991, que dispõe sobre Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios, e Cria a Auditoria Militar do Distrito Federal".

Sala das Sessões, em

Bluna - ELPIDES BRITO - PTE

Bluna - FILPIDES BRITO - PTE

Guar / Fr. 1 - MIDE

Contra Faccioni-Pos

Politica Ruine PCB



PROJETO DE LEI Nº 2211, DE 1991 (Mensagem nº 01/91)

Altera a Lei nº 8.185, de 14 de maio de 1991, que dispõe sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios, e cria a Auditoria Militar do Distrito Federal.

Autor: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRI-TO FEDERAL

Relator: Deputado AUGUSTO DE CARVALHO.

I - RELATÓRIO

Pela Mensagem nº 1, de 1991, agora Projeto de Lei nº 2211, de 1991, nesta Casa, o Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal propõe alterações na Lei nº 8.185, de 14 de maio de 1991, com o objetivo de modificar a atual Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios.

A proposta alberga, em síntese, a criação das Circunscrições Judiciárias de Samambaia e do Paranoá, de mais duas Turmas Cíveis, da Auditoria e Conselho de Justica Militar e dos cargos respectivos.

Na Exposição de Motivos, justifica-se a proposta para "adequar a Organização Judiciária às profundas alterações

CAMARA DOS DEPUTADOS

ocorridas no Distrito Federal nos últimos cinco anos, de tal maneira expressiva que tornaram insuficientes e superada a Organização atual. Assinala-se que a última modificação consumiu quase cinco anos de estudos e tramitação legislativa, daí decorrendo sua inadequação ao momento atual.

Exemplifica-se com a situação da Cidade Satélite de Samambaia, cuja população já ultrapassa 200.000 habitantes; também o Paranoá, que conta com população estimada em 80.000 habitantes, fator que foi levado em conta para formulação da proposta e que busca oferecer, no campo da prestação jurisdicional, uma estrutura mínima para que o Poder Judiciário não se coloque em posição de omissão perante o novo desenho populacional identificado por aquelas comunidades.

Realça a Exposição de Motivos, ainda, que a implantação das Varas que se propõe criar, deverá acompanhar a implementação dos recursos humanos necessários - juízes e pessoal da infra-estrutura - e os materias, o que deverá ocorrer num prazo estimado de dois anos.

No que se refere à criação de duas novas Turmas Cíveis, o volume estatístico atual de feitos já ultrapassa de muito até mesmo a capacidade física dos integrantes do Tribunal, anotando-se cifra de cerca de 500 processos apenas no primeiro semestre deste ano, exclusivamente na qualidde de Relatore, por conseqüência processual, outros tantos como Revisor, para cada um, aí não arrolando os processos de competência originária do Tribunal, como Mandados de Segurança, Ações Rescisórias, Embargos Infringentes, Embargos Declaratórios, Agravos Regimentais, matérias administrativas e recursos criminais de que, em casos específicos, têm, as vezes, que participar os integrantes das Turmas Cíveis.

é o Relatório.



II - VOTO DO RELATOR

O crescimento populacional do Distrito Federal é um fato que já ultrapassa suas fronteiras, transformando núcleos populacionais em assentamentos de tal dimensão que vêm a constituir-se em cidades satélites. Duzentos mil já se contam na Samambaia; outros 80 mil, na evolução da "invasão" do Paranoá para Região Administrativa. E se essas populações demandam serviços de educação, saúde, transportes, segurança pública, a descentralização da Organização Judiciária vem atender a uma previsão necessária, suprindo a pretensão de se levar a Justiça mais proxima da população, um dado relevante, ao qual se deveriam juntar, também com brevidade, os custos módicos da Justiça barata.

Somos, assim, pela aprovação do Projeto de Lei nº 2211, de 1991, quanto ao mérito, como de competência desta Comissão.

Sala da Comissão, em

de 1991

Deputado AUGUSTO DE CARVALHO.

Relator

9104pilj.011



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI № 2.211, DE 1991

(Do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios) MENSAGEM № 1/91

Altera a Lei nº 8.185, de 14 de maio de 1991, que dispõe sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios, e cria a Auditoria Militar do Distrito Federal.

(ÀS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO POBLICO; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ART. 54); E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO)

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

FACO SABER QUE O CONGRESSO NACIONAL

ART. 1* - OS ARTIGOS 2*; 4* E PARAGRAFO
1*; 9*; 18, COM O ACRESCIMO DOS INCISOS IX E X E
SEU PARAGRAFO 2*; 25, INCISOS V E VI; 34, PARAGRAFOS
2*, 4* E 5*; 35, INCISO II E PARAGRAFO 4*; 44, PARA
GRAFO 1*; 45 E PARAGRAFOS 1* E 2*; 49, COM O ACRES
CIMO DE UM PARAGRAFO 1* E RENUMERAÇÃO DE SEU PARA
GRAFO ÚNICO PARA PARAGRAFO 2*; 60, PARAGRAFO ÚNICO;
51, CAPUT; 67; 71; 75 E 78, INCISO 1, DA LEI N* 8.185,
DE 14 DE MAIO DE 1991, PASSAM A VIGORAR COM A SE
GUINTE REDAÇÃO:

"ART. 2" - COMPÕEM A JUSTICA DO DISTRI TO FEDERAL E DOS TERRITÔRIOS:

- 1 0 TRIBUNAL DE JUSTIÇA:
- II O CONSELHO ESPECIAL:
- 111 O CONSELHO DE MAGISTRATURA;
- IV OS TRIBUNAIS DO JURI:
- V Os Juízes de Direito do Distrito Federal;
- VI Os Juizes DE DIREITO SUBSTITUTOS
- . DO DISTRITO FEDERAL;
- VII OS JUIZES DE DIREITO DOS TERRITORIOS
- VIII OS JUIZES DE PAZ DO DISTRITO FEDERAL:
- IX Os Juizes DE PAZ DOS TERRITORIOS:
- X AUDITORIA E CONSELHO DE JUSTIÇA MI

Art. 4^2 - O Tribunal de Justiça, com se de no Distrito Federal, compõe-se de trinta e um De sembargadores e exerce sua jurisdição no Distrito Fe deral e nos Territórios.

..............

§ 1º - O TRIBUNAL DIVIDE-SE EM DUAS CÂMA RAS CÍVEIS E UMA CRIMÍNAL E EM SETE TURMAS, SENDO CIN CO CÍVEIS E DUAS CRIMINAIS.

SEÇÃO II DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO ESPECIAL, DAS CÂMARAS E DAS TURMAS

ART. 9º - O REGIMENTO INTERNO DO TRIBU NAL DISPORA SOBRE A ORGANIZAÇÃO, COMPETÊNCIA E FUNCIO NAMENTO DO TRIBUNAL PLENO, DO CONSELHO ESPECIAL, DAS CÂMARAS E DAS TURMAS, OBSERVADAS AS RESPECTIVAS ESPE CIALIZAÇÕES E O DISPOSTO NA LEI ORGÂNICA DA MAGISTRA TURA NACIONAL.

ART. 18 - A JUSTIÇA DE PRIMEIRO GRAU DO DISTRITO FEDERAL COMPREENDE:

- IX CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE SAMAM
- A) TRÊS VARAS CIVEIS;
- B) TRÊS VARAS DE FAMÍLIA. ORFÃOS E SUCES SÕES;
- C) TRES VARAS CRIMINAIS E DOS DELITOS DE TRANSITO;
- D) UM TRIBUNAL DO JURI:
- X CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE PARANOÁ:
- A) UMA VARA CIVEL:
- B) UMA VARA DE FAMÍLIA, ORFÃOS E SUCESSÕES;
- c) uma Vara Criminal, do Tribunal do Ju ri e dos Delitos de Transito.

§ 2º - AS AREAS DE JURISDIÇÃO DAS CIRCUNS CRIÇÕES DE BRASILIA, TAGUATINGA, GAMA, SOBRADINHO, PLA NALTINA, BRAZLÂNDIA, CEILÂNDIA, SAMAMBAIA E PARANOA CORRESPONDEM AS DAS RESPECTIVAS REGIOES ADMINISTRATI VAS DO DISTRITO FEDERAL, COMPREENDENDO-SE AS DO NU CLEO BANDEIRANTE, GUARA E CRUZEIRO NA CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL JUDICIÁRIA DE BRASILIA.

ART. 25 - AO JUIZ DA VARA DE EXECUÇÕES CRIMINAIS COMPETE:

V - Expedir as Normas de que trata o § 2^{\pm} do artigo 698 do Código de Processo Penal.

VI - PROSSEGUIR A EXECUÇÃO DE MEDIDAS DE TRATAMENTO IMPOSTAS PELO JUIZ DA VARA DA ÎNFÂNCIA E DA JUVENTUDE, DESDE QUE O INFRATOR TEÑHA COMPLETADO DEZOITO ANOS.

ART. 34 - O JUIZ DE DIREITO, EM SUAS FAL TAS E IMPEDIMENTOS OCASIONAIS, É SUBSTITUÍDO PELO DA VARA DA MESMA COMPETÊNCIA E DE NUMERAÇÃO IMEDIATAMEN TE SUPERIOR.

..............

n.

\$ 2° - O JUIZ DA VARA DE ORFÃOS E SUCES
SOES SERA SUBSTITUIDO PELO DA 1º VARA DE FAMILIA;
DA VARA DE EXECUÇÕES CRIMINAIS, PELO DA 1º VARA CRI
MINAL DA CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL JUDICIÁRIA DE BRASI
LIA; O DA VARA DE REGISTROS PUBLICOS E PRECATÓRIAS
E O DA DE FALENCIAS E CONCORDATAS DA CIRCUNSCRIÇÃO ES
PECIAL JUDICIARIA DE BRASILIA SUBSTITUEM-SE MUTUAMEN
TE; O DA VARA DE ACIDENTES DO TRABALHO, PELO DA 1º
VARA CIVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL JUDICIÁRIA DE
BRASILIA E O JUIZ DA VARA DA ÎNFÂNCIA E DA JUVENTUDE.
PELO JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DESIGNADO.

\$ 4* - OS JUÍZES DO TRIBUNAL DO JŪRI E
DELITOS DE TRANSITO DO GAMA E DE SAMAMBAIA SERÃO SUBS
TITUÍDOS PELOS DAS 1*S VARAS CRIMINAIS DO GAMA E SA
MAMBAIA, RESPECTIVAMENTE;

\$ 5° - 0 Juiz da Vara Criminal de Sobra dinho será substituído pelo da 1° Vara Civel: OS Juíz zes das Varas Civel e de Família de Paranoà substituem-se mutuamente: O Juiz da Vara Criminal, do Trí Bunal do Juri e dos Delitos de Transito de Paranoà será substituído pelo Juiz da Vara Civel da mesma Cir cunscrição Judiciária:

ART. 35 - COMPETE AOS JUÍZES DE DIREITO SUBS

II - EFETUAR A DISTRIBUIÇÃO DOS FEITOS ÀS VARAS DE COMPETÊNCIA EM TODO O DISTRITO FEDERAL E NA CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA E AO TRIBUNAL DO JURI NESTA SEDIADO.

§ 4° - A DISTRIBUIÇÃO DOS FEITOS ÀS VARAS DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE TAGUATINGA, GAMA, SOBRADINHO, PLANALTINA, CEILÂNDIA, SAMAMBAIA E PARANOA SERÁ EFETUADA PELO RESPECTIVO DIRETOR DO FORO.

ART. 44 -

§ 1º - OS CARGOS DE JUIZ DE DIREITO DA CIRCUNS CRIÇÃO ESPECIAL JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA SERÃO PROVIDOS POR REMOÇÃO DOS JUÍZES DE DIREITO DAS DEMAIS CIRCUNSCRIÇÕES DO DISTRITO FEDERAL OU PROMOÇÃO DE JUIZ SUBSTITUTO, CASO RE MANESÇA VAGA NÃO PROVIDA POR REMOÇÃO.

ART. 45 - O PROVIMENTO DOS CARGOS DE DESEMBAR GADORES FAR-SE-A POR PROMOÇÃO DE JUÍZES DE DIREITO DO DISTRITO FEDERAL POR ANTIGÜIDADE E MERECIMENTO, ALTERNADAMEN TE, RESERVADO UM QUINTO DE LUGARES QUE SERÁ PREENCHIDO POR MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS E ADVOGADOS EM EFETIVO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO.

- \$ 1* TRATANDO-SE DE PROMOÇÃO POR ANTIGÜIDA DE, A ELA CONCORRERÃO OS JUÍZES DE DIREITO DA CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL JUDICIÁRIA DE BRASILIA. NO CASO DE MERECIMENTO, A LISTA TRÍPLICE COMPOR-SE-A DE NOMES ESCOLHIDOS DEN TRE TODOS OS JUÍZES, OBSERVADO O DISPOSTO NAS ALÍNEAS "B" E "C", DO INCISO 11, DO ARTIGO 93, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.
- \$ 2° OS LUGARES RESERVADOS A MEMBROS DO 111
 NISTERIO PUBLICO OU DA ORDEM DOS ÁDVOGADOS DO BRASIL SE
 RÃO PREENCHIDOS DENTRE AQUELES DE NOTORIO SABER JURIDICO
 E DE REPUTAÇÃO ILIBADA, COM MAIS DE DEZ ANOS DE EFETIVA
 ATIVIDADE PROFISSIONAL, INDICADOS EM LISTA SEXTUPLA PELOS
 ORGÃOS DE REPRESENTAÇÃO DAS RESPECTIVAS CLASSES.

Art. 49 -

§ 1º - AOS JUÍZES DE DIREITO SUBSTITUTOS SE APLICA O REGIME DE FÉRIAS DESTE ARTIGO, OBSERVADA A CON VENIÊNCIA DO SERVIÇO, NOS TERMOS DO PARÁGRAFO SEGUINTE. § 2° - Art. 60 -

PARAGRAFO ÚNICO - A DISTRIBUIÇÃO DA CIRCUNSCRI ÇÃO ESPECIAL JUDICIARIA DE BRASILIA SERA PRESIDIDA POR JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DESIGNADO POR ATO DO PRESIDEN TE DO TRIBUNAL; NAS CIRCUNSCRIÇÕES DO DISTRITO FEDERAL E NOS TERRITÓRIOS, QUANDO HOUVER MAIS DE UMA VARA, INCUMBIRA AO DIRETOR DO FORO.

ART. 61 - NA CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL JUDICIÁRIA DE BRASILIA HAVERA UM SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO DE MANDADOS, AO QUAL COMPETE:

ART. 67 - O PESSOAL DOS SERVIÇOS AUXILIARES DA JUSTIÇA É CLASSIFICADO EM:

- I Funcionários do Quadro da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios;
- II SERVENTUARIOS SOB REGIME ESPECIAL, NÃO REMUNERADOS PELOS COFRES PUBLICOS, A SA BER:
 - A) OFICIAIS DE NOTAS:
 - B) OFICIAIS DE PROTESTO;
 - c) OFICIAIS DE REGISTROS PUBLICOS;
 - D) EMPREGADOS DE OFÍCIOS EXTRAJUDICIAIS DO DISTRITO FEDERAL;
 - EMPREGADOS DE OFÍCIOS EXTRAJUDICIAIS DOS TERRRITÓRIOS.

ART. 71 - OS CARGOS DE DIRETOR DE SECRETARIA DOS OFÍCIOS JUDICIAIS SERÃO PREENCHIDOS POR BACHARÉIS EN DIREITO, DENTRE OS TÉCNICOS JUDICIÁRIOS COM EXERCÍCIO NA QUELES OFÍCIOS, RESSALVADAS AS SITUAÇÕES EXISTENTES ATÉ 01.03.1980.

ART. 75 - SERA CONSIDERADA ESPECIAL A CIRCUNS CRIÇÃO JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA.

ART. 78 -

I - CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL JUDICIÁRIA DE BRA

SILIA:

ART. 2° - A JUSTIÇA MILITAR DO DISTRITO F<u>E</u> DERAL ♥ DOS TERRITÓRIOS SERÁ EXERCIDA:

- I PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA EM SEGUNDO GRAU:
- II PELO JUIZ AUDITOR E PELOS CONSELHOS DE JUSTIÇA;
- § 1º COMPETEM À JUSTIÇA MILITAR O PROCESSO E O JULGAMENTO DOS CRIMES MILITARES, DEFINIDOS EM LEI, PRA TICADOS POR OFICIAIS E PRAÇAS DA POLÍCIA MILITAR DO DIS TRITO FEDERAL E DO CORPO DE BOMBEIROS MILITARES DO DISTRI TO FEDERAL.
- § 2° OS FEITOS DE CUMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MI LITAR SERÃO PROCESSADOS E JULGADOS DE ACORDO COM O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR (DECRETO-LEI Nº 1.002, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969) E, NO QUE COUBER, RESPEITADA A COMPETÊN CIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, PELA LEI DE ORGANIZAÇÃO JUDI CIÁRIA MILITAR (DECRETO-LEI Nº 1.003, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969).

ART. 3º - A JUSTIÇA MILITAR SERA COMPOSTA DE UMA AUDITORIA E DOS CONSELHOS DE JUSTIÇA, COM SEDE EM BRA SILIA E JURISDIÇÃO EM TODO O DISTRITO FEDERAL.

PARAGRAFO ÚNICO - O CARGO DE JUIZ AUDITOR SE RA PREENCHIDO POR JUIZ DE DIREITO DA CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL JUDICIARIA DE BRASÍLIA, AO QUAL CABERA PRESIDIR OS CONSELHOS DE JUSTIÇA E RELATAR TODOS OS PROCESSOS PERANTE OS MESMOS.

ART. 4° - OS CONSELHOS DE JUSTIÇA SERÃO DE DUAS ESPECIES:

A) CONSELHO ESPECIAL DE JUSTIÇA, PARA PROCES SAR E JULGAR OS OFICIAIS; B) Conselho Permanente de Justiça, para processar e julgar os Praças.

ART. 5° - O CONSELHO ESPECIAL DE JUSTIÇA SERA COMPOSTO POR QUATRO JUÍZES MILITARES, DE PATENTE IGUAL OU SUPERIOR À DO ACUSADO, E DO JUIZ AUDITOR. NA FALTA DE OFICIAL DA ATIVA COM A PATENTE EXIGIDA, RECORRER-SE-À AOS OFICIAIS EM INATIVIDADE. O CONSELHO PERMANENTE DE JUSTICA COMPOR-SE-À DE QUATRO JUÍZES MILITARES, ESCOLHIDOS DEN TRE OFICIAIS DA ATIVA, E DO JUIZ AUDITOR.

PARAGRAFO ÚNICO - OS JUÍZES MILITARES DO COM SELHO PERMANENTE DE JUSTIÇA SERVIRÃO PELO PERÍODO DE "QUA TRO MESES SEGUIDOS, E SÓ PODERÃO SER DE NOVO SORTEADOS APÓS O DECURSO DO PRAZO DE SEIS MESES, CONTADOS DA DISSO LUÇÃO DO CONSELHO EM QUE HAJAM FIGURADO.

ART. 6° - CADA JUIZ MILITAR DO CONSELHO ESPECIAL OU PERMANENTE DE JUSTIÇA TERA UM SUPLENTE E SERA ESCOLHIDO, JUNTAMENTE COM SEU SUPLENTE, POR SORTEIO PRESIDIDO PELO JUIZ AUDITOR EM SESSÃO PÚBLICA.

§ 1º - OS JUÍZES MILITARES DOS CONSELHOS ESPE CIAL E PERMANENTE DE JUSTIÇA SERÃO SORTEADOS DENTRE OS OFI CIAIS CONSTANTES DA RELAÇÃO QUE DEVERÁ SER REMETIDA AO JUIZ AUDITOR PELO COMANDO-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL E PELO DO CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL.

§ 2° - NÃO SERÃO INCLUÍDOS NA RELAÇÃO OS COMAN DANTES-GERAIS, OS OFICIAIS EM SERVIÇO FORA DA RESPECTIVA CORPORAÇÃO, INCLUSIVE OS ASSISTENTES MILITARES E OS AJUDAN TES DE ORDEM.

ART. 7° - AO JUIZ AUDITOR, ALÉM DA COMPETÊNCIA DE QUE TRATA O ART. 21 DA LEI N° 8.185, DE 14 DE MAIO DE 1991, COMPETE:

A) INSTALAR, JUNTAMENTE COM OS COMANDANTES-GERAIS DA POLÍCIA MILITAR E DO CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL A AUDITORIA DA JUSTICA MILITAR;

B) EXPEDIR ALVARAS, MANDADOS E OUTROS ATOS, EM CUMPRIMENTO AS DECISÕES DOS CONSELHOS, OU NO EXERCÍCIO DE SUAS PROPRIAS FUNÇÕES;

C) CONCEDER "HABEAS CORPUS", QUANDO A COAÇÃO PARTIR DE AUTORIDADE ADMINISTRATIVA OU JUDICIÁRIA MILITAR, RESSALVADA A COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA;

D) EXERCER SUPERVISÃO ADMINISTRATIVA DOS SERVICOS DA ÂUDITORIA E O PODER DISCIPLINAR SOBRE SERVIDORES QUE NELA ESTIVEREM LOTADOS, RESPEITADA A COMPETÊNCIA DA ÇORRE GEDORIA DE JUSTIÇA.

PARAGRAFO ÚNICO - O JUIZ AUDITOR E O PRESIDE<u>N</u> TE DO TRIBUNAL DO JURI DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE BR<u>A</u> SÍLIA SUBSTITUEM-SE MUTUAMENTE.

ART, 8° - A JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E SER VIÇOS AUXILIARES COMPÕEM-SE DOS CARGOS DISCRIMINADOS NOS ANEXOS DESTA LEI.

ART. 9° - AS DESPESAS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DESTA LEI CORRERÃO À CONTA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS CON SIGNADAS EM FAVOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, OU DE OUTRAS PARA ESSE FIM DESTINADAS.

ART. 10 - ESTA LEI ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO.

ART: 11 - REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRA RIO.

BRASILIA-DF., EM DE DE 1991.

ANEXO I

QUADRO DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL

SITUAÇÃO PR	OPOSTA
DENOMINAÇÃO	Nº DE CARGOS
DESEMBARGADOR	31
JUIZ DE DIREITO	118
JUIZ SUBSTITUTO	95
JUIZ DE PAZ	15

A N E X O II

GRUPO DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES

SITUAÇÃO PR	UPUSTA
DENOMINAÇÃO	N° DE CARGOS
DIRETOR DE SECRETARIA	132
CONTADOR-PARTIDOR-DISTRIBUIDOR	13
ASSESSOR DE DESEMBARGADOR	62
DEPOSITÁRIO-POBLICO	17

ENERVIÇOS MUKILIARES DA JUSTIÇA DO DISTRITO PEDERAL E DOS TARRITORIOS (N

tribunal de justiça do dist	RITO FEDERAL E DOS TER	RITÓRIOS
CATEGORIAS FUNCIONAIS	contoo	Nº DE CARGOS
Técnico Judiciário	TJDF-AJ-021	473
Of. de Justiça Avaliador	TJDF-AJ-025	350
Taquígrafo Judiciário	TJDF-AJ-023	27
Insp. Segurança Judiciária	TJDF-AJ-027	30
Auxiliar Judiciário	TJDF-AJ-022	958
Assist. Taq. Judiciário	TJDF-AJ-028	40
Atendente Judiciário	TJDF-AJ-024	455
Ag. Segurança Judiciária	TJDF-AJ-026	190
Médico	TJDF-NS-901	07
Odontólogo	TJDF-NS-909	04
Assistente Social	TJDF-NS-930	15
Psicólogo	TUDF-NS-907	05
Bibliotecário	TJDF-NS-932	02
Contador	TJDF-NS-924	08
Administrador	TJDF-NS-923	15
Engenheiro	TUDF-NS-916	01
Arquiteto	TUDF-NS-917	02
Técnico de Contabilidade	TJDF-NI-1042	11
Desenhista	TUDF-NI-1014	02
Telefonista	TJDF-NA-1044	52
Ag. Tel. e Eletricidade	TUDF-NA-1027	44
Ag. Cinef. Microfilmagem	TUDF-NI-1033	06
Aux. Op. Serv. Diversos	TUDF-NA-1006	42
Auxiliar de Enfermagém	TJDF-NI-1001	06
Analista de Sistema	TJDF-PRO-1601	01
Programador	TJDF-PRO-1602	02
Operador de Computação	TJDF-PRO-1603	04
Perfurador Digitador	TJDF-PRO-1604	06.
Art. de Mecânica	TJDF-ART-702	05
Art. de Elet/Comunicação	TJDF-ART-703	09
Art. de Carp. Marcenaria	TJDF-ART-704	07
Art. de Artes Gráficas	. TJDF-ART-706	15

	CÃO PROPOSTA	
TRIBUNAL DE JUSTIÇA D	O DISTRITO FEDERAL E DOS	TERRITORIOS
CATEGORIAS FUNCIONAIS	CÓDIGO	Nº DE CARGOS
MÉDICO	TJDF-NS-901	04
ANALISTA DE SISTEMA	T J D F - P R O - 1601	03
OPERADOR DE COMPUTAÇÃO	T JDF - PR 0 - 1603	0.4
PROGRAMADOR	TJDF-PR0-1602	0.8
DIGITADOR – PERFURADOR	TJDF-PR0-1604	2 1
AG. CINEF. E MICROFILMAGEM	TJDF-NM-1033	03
DDONTÓLOGO	T J D F - N S - 909	01
TÉCNICO JUDICIÁRIO	TJDF-AJ-021	16
OFICIAL DE JUSTIÇA-AVALIADOR	T J D F - A J - 025	10
AUXILIAR JUDICIÁRIO	TJDF-AJ-022	137
ATENDENTE JUDICIÁRIO	TJDF-AJ-024	5.7
AGENTE DE SEGURANÇA	TJDF-AJ-026	11
PSICÓLOGO	T J D F - N S - 907	19
ASSISTENTE SOCIAL	T J D F - N S - 930	15
TÉC. EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	T J D F - N S - 927	11

OBSERVAÇÃO:

SERVIDORES DO QUADRO/TABELA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL (EX-CELE-TISTAS), DOS QUAIS 144 SÃO ESTÁVEIS E 176 NÃO-ESTÁVEIS, NOS TERMOS DO ART. 19. § 1º do ADCT. A PARTIR DE 12.12.90. SÃO REGIDOS PELA LEI Nº 8.112/90.

3

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

de 1991. LEI nº 8.185 , de 14 de maio

Dispõe sobre a organização judiciária do Distrito Federal e dos Territórios.

LIVROI

DA ESTRUTURA DA JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

TITULOI

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º - Compõem a Justiça do Distrito Federal e dos Territórios:

1 - o Tribunal de Justiça;
 Il - o Conselho da magistratura;

III - os Tribunais do Júri;

IV - os Juízes de Direito do Distrito Federal;

V - os Juízes de Direito Substitutos do Distrito Federal;

VI - os Juízes de Direito dos Territórios;

VII - os Juízes de Paz do Distrito Federal; VIII - os Juízes de Paz dos Territórios.

TITULO II

DO TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

CAPÍTULOI

DA COMPOSIÇÃO

Art. 4º - O Tribunal de Justiça, com sede no Distrito Federal, compõe-se de vinte e três desembargadores e exerce sua jurisdição no Distrito Federal e nos Territórios.

§ 1º - O Tribunal divide-se em uma Seção Cível e uma Criminal e em cinco Turmas, sendo três Cíveis e duas Criminais. As Seções compõem-se dos integrantes das Turmas, observadas as respectivas áreas de especialização e serão presididas pelo Vice-Presidente, que não exercerá as funções de Relator e Revisor.

CAPÍTULO II

DA COMPETÊNCIA

SEÇÃO II DA COMPETÊNCIA DAS TURMAS

Art. 9º - O Regimento Interno do Tribunal disporá sobre a competência do Plenário, das Seções e das Turmas, observadas as respectivas especializações e o disposto na Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

TÍTULO III

DO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO NO DISTRITO FEDERAL

CAPÍTULO I DA COMPOSIÇÃO E DA COMPETÊNCIA

Art. 18 - A Justiça de Primeiro Grau do Distrito Federal compreende:

- I Varas com competência em todo o território do Distrito Federal:
- a) oito Varas de Fazenda Pública;
- b) uma Vara da Infância e da Juventude;
- c) uma Vara de Execuções Criminais;
- d) uma Vara de Falências e Concordatas;
- e) uma Vara de Registros Públicos e Precatórias;
- f) uma Vara de Acidentes do Trabalho;
- g) quatro Varas de Entorpecentes e Contravenções Penais;
- II Circunscrição Especial Judiciária de Brasília:
- a) vinte e cinco Varas Cíveis;
- b) sete Varas de Família;
- c) uma Vara de Órfãos e Sucessões;
- d) um Tribunal do Júri;
- e) dez Varas Criminais;
- f) três Varas de Delitos de Trânsito;
- III Circunscrição Judiciária de Taguatinga:
- a) cinco Varas Cíveis;
- b) quatro Varas de Família, Órfãos e Sucessões;
- c) um Tribunal do Júri;
- d) cinco Varas Criminais.
- IV Circunscrição Judiciária do Gama:
- a) duas Varas Cíveis;
- b) uma Vara de Família, Órfãos e Sucessões;
- c) duas Varas Criminais:
- d) uma Vara do Tribunal do Júri e dos Delitos de Trânsito;

- V Circunscrição Judiciária de Sobradinho:
- a) duas Varas Civeis;
- b) uma Vara Criminal, do Tribunal do Júri e dos Delitos de Trânsito;
- VI Circunscrição Judiciária de Planaltina:
- a) uma Vara Civel;
- b) uma Vara Criminal, do Tribunal do Júri e dos Delisos de Trânstio;
- VII Circunscrição Judiciária de Brazlândia:
 - a) uma Vara de Competência Geral;
- VIII Circunscrição Judiciária de Cellándia:
 - a) três Varas Civeis;
 - b) quatro Varas de Família, Órfãos e Sucessões;
 - e) cinco Varas Criminais;
 - d) um Tribunal do Júri.
 - § 1º As Varas da mesma especialidade obedecerão a numeração ordinal.
- § 2º As áreas de jurisdição das Circunscrições de Brasília, Taguatinga, Gama, Sobradinho, Planaltina, Brazlândia e Ceilândia correspondem às das respectivas Regiões Administrativas do Distrito Federal, compeendendo-se as do Núcleo Bandeirante, Paranoá, Guará e Cruzeiro na Circunscrição de Brasília e a de Samamhaia na de Taguatinga.

CAPÍTULO III DO TRIBUNAL DO JÚRI

Art. 21 - Ao Juiz Presidente do Tribunal do Júri compete:

- I processar los feitos da competência do Tribunal do Júri, ainda que anteriores à propositura da ação penal, até julgamento final;
- II processar e julgar habeas corpus, quando o crime atribuído ao paciente for da competência do Tribunal do Júri;
 - III exercer as demais atribuições previstas nas leis processuais.

Páragrafo único - Junto a cada Tribunal do Júri oficiará, sempre que possível, um Juiz de Direito Substituto, que terá competência para instrução dos processos sem prejuízo de outras atribuições que lhe sejam cometidas pelo Titular da Vara.

SEÇÃO II DA VARA DE EXECUÇÕES CRIMINAIS

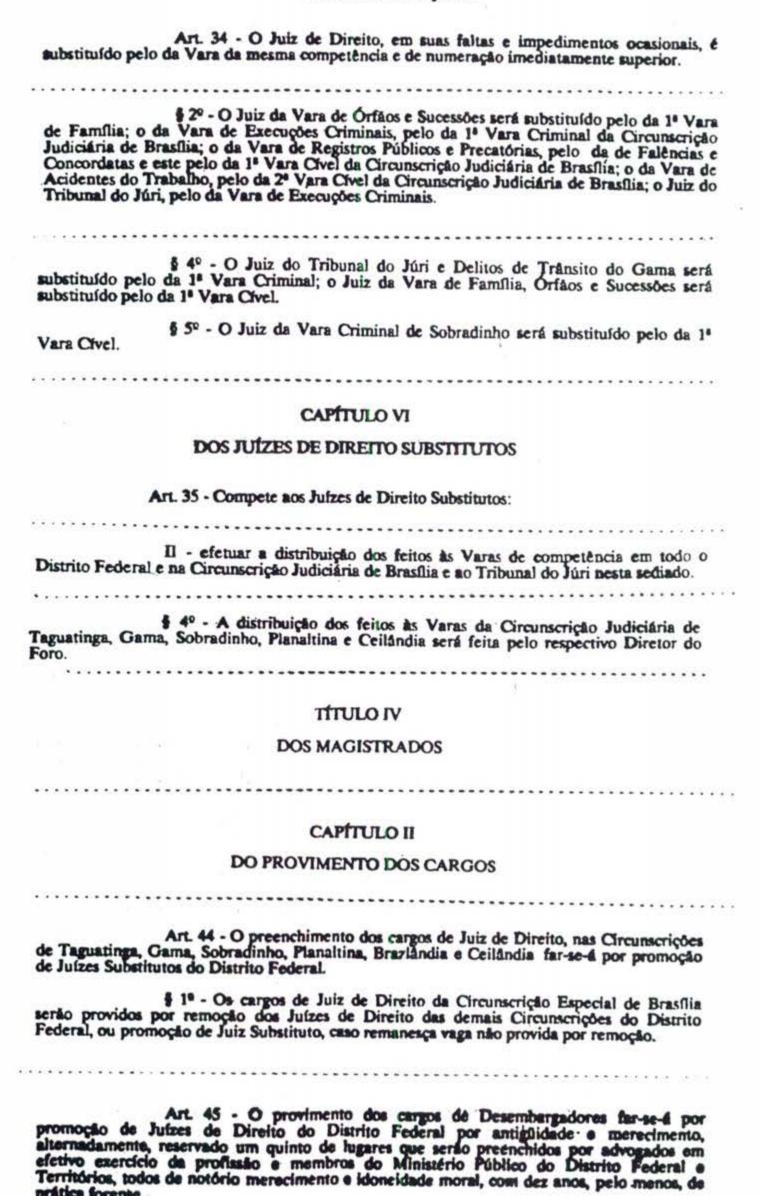
Art. 25 - Ao Juiz da Vara de Execuções Criminais compete:

V - expedir as normas de que trata o § 2º do art. 689 do Código Penal;

VI - prosseguir a execução de medidas de tratamento impostas pelo Juiz de Menores, desde que o infrator tenha completado dezoito anos.

CAPTTULO V

DAS SUBSTITUIÇÕES



Lote: 70 2211/1991 PL Nº 2211/1991

prática forense.

de Direito da Circunscrição Judiciária de Brasília. No caso de merecimento, a lista tríplice compor-se-á de nomes escolhidos dentre todos os Juízes, observado o disposto nas alíneas a e e do inciso II do art. 93 da Constituição Federal.

dos Advogados do Brasil serão preenchidos dentre aqueles com mais de dez anos de carreira e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibida, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista séxtupia pelos órgãos de representação das respectivas classes.

CAPÍTULO IV

DAS FÉRIAS, LICENÇA E APOSENTADORIA

Art. 49 - Os Juízes de Direito do Distrito Federal e os Juízes de Direito dos Territórios gozarão férias coletivas nos períodos de 2 a 31 de janeiro e de 2 a 31 de julho.

Parágrafo único - Durante o período de 20 de dezembro a 31 de janeiro, hem como nas férias coletivas e nos dias em que não houver expediente forense, a Corregedoria regulará o plantão judiciário, designando Juízes para conhecer de medidas urgentes em geral.

LIVROII

DOS SERVIÇOS AUXILIARES

TITULOII

DA COMPETÊNCIA

CAPITULOII

DOS OFÍCIOS JUDICIAIS

Art. 60 - Ao Cartório de Distribuição incumbe o processamento e o registro da distribuição dos feitos aos diversos juízos e o registro geral dos protestos de títulos, mediante comunicação dos titulares dos respectivos ofícios, cabendo-lhe o fornecimento de certidões.

Parágrafo único - A distribuição na Circunscrição de Brasslia será presidida por Juiz de Direito Substituto designado por ato do Presidente do Tribunal; nas Circunscrições do Distrito Federal e nos Territórios, quando houver mais de uma Vara, incumbirá ao Diretor do Foro.

Art. 61 - Na Circunscrição Judiciária de Brasslia haverá um Serviço de Distribuição de Mandados, ao qual compete:

TITULO III

DO PESSOAL

CAPITULOT

DA CLASSIFICAÇÃO

Art. 67 - O pessoal dos serviços auxiliares da Justiça é classificado em:

I - funcionários do quadro da Secretaria e Subsecretarias do Tribunal de
II - funcionários do quadro dos ofícios judiciais do Distrito Federal;
III - funcionários do quadro dos ofícios judiciais dos Territórios;
IV - serventuários sob regime especial, não remunerados pelos cofres públicos, a saber:
a) Oficiais de Notas;
b) Oficiais de Protesto;
c) Oficiais de Registros Públicos;
d) Empregados de Ofícios Extrajudiciais do Distrito Federal;
e) Empregados de Ofícios Extrajudiciais dos Territórios.
CAPÍTULO II
DO REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA
SEÇÃO ÚNICA
DO PROVIMENTO DOS CARGOS
Art. 71 - Os cargos de titulares de serventias judiciais serão obrigatoriamente preenchidos por Bacharéis em Direito, ressalvada a situação dos atuais titulares.
LIVRO III
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS TRANSITÓRIAS
Art, 75 - Será considerada especial a Circunscrição de Brasília.

Estrajudiciais: Art. 78 - Ficam criados no Distrito Federal os seguintes Cartórios
• •
1 - Circunscrição Judiciária de Brasslia:
a) um de Registro de Imóveis, abrangendo a área territorial das Cidades Satélites do Guará (I e II) e Núcleo Bandeirante; b) um de Protesto de Títulos; c) um de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas; d) um de Notas, com sede na Asa Norse.

MENSAGEM Nº 01/91 BRASILIA-DF., EM 08 DE NOVEMBRO DE 1991.

Secretário Geral da Mesa.

Deputade INOCÊNCIO OLIVEIRA

Primeire Secretário

SENHOR PRESIDENTE.

EM OBSERVANCIA AO DISPOSTO NO § 1º, DO ART.

125. DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E INCISO XXI, DO ART.8º, DA
LEI Nº 8.185. DE 14/05/91. APRAZ-ME ENCAMINHAR, POR INTER
MÉDIO DE VOSSA EXCELÊNCIA, PARA SUBMISSÃO AO EXAME DESSA CA
SA CONGRESSUAL.O ANEXO ANTEPROJETO DE LEI QUE ALTERA A
LEI Nº 8.185/91. RELATIVA À ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO DIS
TRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS, NOS TERMOS FUNDAMENTADOS
NA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS QUE O ACOMPANHA.

CUMPRE-ME, NA OPORTUNIDADE, ENCARECER O VALLOROSO EMPENHO PESSOAL DE VOSSA EXCELÊNCIA POR SI MESMO E POR SEUS PARES NO SENTIDO DA VIABILIZAÇÃO, NO MENOR LAPSO DE TEMPO POSSÍVEL, DA VOTAÇÃO NESSA CASA DESTE ANTE PROJETO, POR SER ELE DA MAIOR IMPORTÂNCIA PARA A PRESTAÇÃO JURISDICIONAL CONVENIENTE À COMUNIDADE DO DISTRITO FE DERAL, CUJAS CARÊNCIAS SE ACENTUAM.

COLHO O ENSEJO PARA RENOVAR A VOSSA EXCELEN CIA OS PROTESTOS DA MINHA MAIS ALTA ESTIMA E ELEVADA CON SIDERAÇÃO.

DESEMBARGADOR VALTENTO MENDES CARDOSO
PRESIDENTE

Exmº Senhor

DEPUTADO IBSEN PINHEIRO

DI. PRESIDENTE DA CAMARA DOS DEPUTADOS.

E S I A

EXCELENTISSIMO SENHOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL.

TENHO A HONRA DE ENCAMINHAR A VOSSA EXCELÊNCIA, EM CUMPRIMENTO DO ENCARGO QUE A MIM FOI CONFIADO NA SESSÃO ADMINISTRATIVA DE 08.10.91, O ANEXO ANTEPROJETO DE LEI, QUE MODIFICA A LEI Nº 8.185, DE 14 DE MAIO DE 1991, E CRIA A AUDITORIA MILITAR DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS.

VISA O ÂNTEPROJETO A ADEQUAR A ÛRGANIZAÇÃO JUDI CIARIA ÀS PROFUNDAS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO DISTRITO FEDERAL NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS, DE TAL MANEIRA EXPRESSIVA QUE TORNAM INSUFICIENTE E SUPERADA A ÛRGANIZAÇÃO ATUAL. NÃO É IRRELEVAN TE ASSINALAR QUE O ANTEPROJETO DE QUE RESULTOU A LEI Nº 8.185/91, ALUDIDA, CONSUMIU QUASE CINCO ANOS NOS ESTUDOS PROMOVIDOS PELO TRIBUNAL E NA TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL. DAI DECORRE SUA INADEQUAÇÃO AO MOMENTO ATUAL.

TRÊS SÃO AS MODIFICAÇÕES BÁSICAS DA PROPOSTA, A SABER, A CRIAÇÃO:

- A) DAS CIRCUNSCRIÇÕES JUDICIÁRIAS DE SAMAMBAIA E DO PARANOA;
- B) DE DUAS TURMAS CIVEIS, MAIS UM CARGO DE AS SESSOR PARA CADA DESEMBARGADOR;
- c) DA AUDITORIA E CONSELHO DE JUSTIÇA MILITAR.

A CIDADE SATELITE DE SAMAMBAIA (RA.XII) FOI CRIA DA OFICIALMENTE PELA LEI Nº 49. DE 25 DE OUTUBRO DE 1989. ESTA SITUADA AO SUL DE TAGUATINGA E CEILÂNDIA. ÀS MARGENS DA BR-60. COM POPULAÇÃO QUE ULTRAPASSA OS 200.000 HABITANTES. A CIDADE SATELITE DO PARANDA (RA-VII) RESULTOU DO ASSENTAMENTO DA POPULAÇÃO DA ANTIGA VILA PARANDA. AS MARGENS DO LAGO PARANDA. BEM COMO DE OUTRAS PROCEDÊNCIAS. CRIADA OFI CIALMENTE. JUNTAMENTE COM A CIDADE SATELIDE DE SAMENDATE. PELA MESMA LEGISLAÇÃO. TEM UMA POPULAÇÃO ESTIMADA EM 80.000 HABITANTES.

ESSAS DUAS CIDADES SATÉLITES REPRESENTAM INGENTE ESFORÇO DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL NO SENTIDO DE PROPOR CIONAR ÀS POPULAÇÕES CARENTES CONDIÇÕES DE VIDA CONDIGNAS EM AREAS BÁSICAS DE SAUDE, EDUCAÇÃO, MORADIA, TRABALHO E TRANSPORTE, PROSSEGUE O GOVERNO LOCAL INVESTINDO IMENSOS RECURSOS FINANCEIROS PARA DOTAR ESSAS CIDADES SATÉLITES DE INFRAESTRUTURA ADEQUADA, COM VISTAS A CONSOLIDAR UMA COMUNIDADE SADIA E VOLTADA PARA A VALORIZAÇÃO DA PESSOA HUMANA. NA BUSCA DESSE OBJETIVO MAIOR, TODOS OS EQUIPAMENTOS URBANOS INDISPENSÁVEIS ESTÃO SENDO INSTALADOS.

A CONSOLIDAÇÃO DE UMA COMUNIDADE HARMONICA RECLAMA A PRESENÇA ATUANTE E FIRME DA JUSTIÇA, PERMITINDO QUE OS CONFLITOS RECEBAM PRONTA E EFICAZ SOLUÇÃO. ÎMPORTA APROXIMAR A JUSTIÇA DO POVO, CONHECER SEUS PROBLEMAS, SUAS ANGÚSTIAS E ASPIRAÇÕES. DEVE O JUDICIÁRIO SE INSERIR NA TEXTURA SOCIAL DA COMUNIDADE A QUE SERVE.

O EMPENHO DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL NA PESSOA DO EXMª SR. GOVERNADOR, DR. JOAQUIM DOMINGOS RORIZ, ESTÁ A RECLAMAR QUE O PODER JUDICIÁRIO COMPRENDA O MOMENTO HISTÓRICO DE QUE IRROMPEM ESSAS GIGANTESCAS MODIFICAÇÕES DA PAISAGEM HUMANA E FÍSICA DO DISTRITO FEDERAL, REPRESENTADAS PELA IMPLANTAÇÃO DOS NOVOS NÚCLEOS POPULACIONAIS, E PROPONHA MEDIDAS ADEQUADAS, RAPIDAS E EFICAZES, COM VISTAS AO ATENDIMENTO DAS SUAS NECESSIDADES.

A PROPOSTA ORA APRESENTADA FAZ PUBLICO RECONHE CIMENTO DE UMA REALIDADE EXTREMAMENTE DINAMICA E BUSCA OFERE CER, NO CAMPO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL, UMA ESTRUTURA MÍNIMA PARA QUE O PODER JUDICIÁRIO NÃO SE COLOQUE EM POSIÇÃO DE OMIS SÃO PERANTE O NOVO DESENHO POPULACIONAL IDENTIFICADO POR AQUE LAS COMUNIDADES. NÃO PRETENDE SUGERIR UMA ESTRUTURA IDEAL, MAS APENAS UMA QUE SE REVELE POSSÍVEL NA ATUAL CONJUNTURA DO PAÍS.

PARA SAMAMBAIA É RECOMENDADA A CRIAÇÃO DE TRÊS VARAS CÍVEIS, TRÊS DE FAMÍLIA, TRÊS CRIMINAIS (COM COMPETÊNCIA, INCLUSIVE, PARA DELITOS DE TRÂNSITO) E UM TRIBUNAL DO JÚRI. PARANOA RECEBERA, SEGUNDO A PROPOSTA, UMA VARA CÍVEL, UMA VARA DE FAMÍLIA E UMA VARA CRIMINAL, COM COMPETÊNCIA, INCLUSIVE, PARA JULGAR OS DELITOS DE TRÂNSITO E FUNCIONAR COMO TRIBUNAL DO JÚRI.

EM AMBOS OS CASOS, A ESTRUTURA INDICADA LEVA EM CONTA O FATOR POPULACIONAL, MERECENDO, CONTUDO, REGISTRAR, QUE O TRIBUNAL DE JUSTICA, DE IMEDIATO, POR FALTA DE JUÍZES E DE MEIOS MATERIAIS, NÃO TERA CONDIÇÃO DE INSTALAR TODAS AS VARAS A SEREM CRIADAS. ISSO SOMENTE SERA POSSÍVEL NO ESPAÇO DE DOIS OU MAIS ANOS.

CUIDA TAMBÉM O ANTEPROJETO DE CRIAR DUAS NOVAS TURMAS CÍVEIS. ELAS SÃO INDISPENSAVEIS.

JA SE ASSINALOU, NESTA EXPOSIÇÃO, O LONGO TEMPO DE TRAMITAÇÃO DOS ESTUDOS DE QUE ORIGINOU A VIGENTE LEI DE OR GANIZAÇÃO JUDICIARIA. O LENTO DESENROLAR DESSE PROCESSO FEZ COM QUE A NOVA LEI JA VIESSE A LUME DEFASADA, DESAJUSTADA DIAN TE DA REALIDADE DO MOVIMENTO DE PROCESSOS EM SEGUNDA INSTANCIA. ANOTO, A GUISA DE EXEMPLO, APOS LEVANTAMENTO ESTATÍSTICO FEITO A MEU PEDIDO, QUE, NO PRIMEIRO SEMESTRE DO CORRENTE ANO FOREN SE, CADA MEMBRO DAS DUAS "TURMAS CIVEIS EXISTENTES RECEBEU, EX CLUSIVAMENTE NA QUALIDADE DE RELATOR, QUINHENTOS E VINTE E TRES PROCESSOS E QUASE OUTRO TANTO COMO REVISOR. AI NAO SE ARROLAM OS PROCESSOS DE COMPETENCIA ORIGINARIA DO TRIBUNAL, COMO MANDA DOS DE SEGURANÇA, AÇOES RESCISORIAS, EMBARGOS INFRINGENTES, EM BARGOS DECLARATORIOS, AGRAVOS REGIMENTAIS, MATERIAS ADMINISTRA TIVAS E RECURSOS CRIMINAIS DE QUE, EM CASOS ESPECIFICOS, TEM, AS VEZES, QUE PARTICIPAR OS INTEGRANTES DAS TURMAS CIVEIS. TAL VO LUME DE TRABALHO EXCEDE A CAPACIDADE FÍSICA DOS INTEGRANTES DES TE TRIBUNAL, AINDA MAIS POR SER CRESCENTE O NUMERO DE FEITOS.

A INSTALAÇÃO DE MAIS UMA TURMA CÍVEL, CRIADA PELA LEI Nº 8.185/91, DE FORMA ALGUMA HAVERA DE CORRIGIRESSE DESEQUILÍBRIO, POIS, AIN DA ASSIM, MESMO INSTALADA A NOVA TURMA, O NÚMERO DE PROCESSOS AINDA RESTARA DESPROPORCIONAL AO NÚMERO DE DESEMBARGADORES.

NÃO SE IGNORA O MOMENTO CRÍTICO PORQUE PASSA A NAÇÃO, EM FACE DA ESCASSEZ DE RECURSOS FINANCEIROS. TODAVIA, NÃO SE PODE COLOCAR AS QUESTÕES DO ACESSO DO CIDADÃO À JUSTIÇA SOB ESSA ÓTICA. O ESTADO NÃO PODE NEGAR AO CIDADÃO O ATENDI MENTO MINIMO INDISPENSÁVEL A LHE ASSEGURAR O EXERCÍCIO DE SEUS DIREITOS. O INCREMENTO POPULACIONAL, A CRESCENTE COMPLEXIDADE DAS RELAÇÕES SOCIAIS E O ANSEIO FUNDAMENTAL DO EXERCÍCIO DA CIDADANIA IMPÕEM UMA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TECNICAMENTE DE ELE VADA QUALIDADE, BEM ASSIM PRONTA E CELERE RESPOSTA ÀS NECESSIDADES DO POVO.

RELEVA APONTAR QUE A AMPLIAÇÃO DA PRIMEIRA ÎNS TANCIA CONSTITUIU FATOR ESPECIFICO DO AUMENTO DO NÚMERO DE RECURSOS AO TRIBUNAL. NÃO SE PODE DEIXAR DE CONSIGNAR, AINDA, QUE O PODER JUDICIARIO TEM SIDO SISTEMATICAMENTE CRITICADO PE LA MOROSIDADE E INEFICIÊNCIA, MUITAS VEZES DE FORMA IRRESPONSAVEL POR QUEM NÃO LHE CONHECE A FRAGIL ESTRUTURA, OUTRAS VEZES, E ATÉ MESMO, POR ALTAS AUTORIDADES DA REPUBLICA QUE, CAMUFLANDO A PROPRIA RESPONSABILIDADE NO CONTEXTO DA VIDA NACIONAL, COMO DAMENTE ATRIBUEM À MOROSIDADE DA JUSTIÇA A SUCUMBENCIA DE SUAS PROPOSTAS E DE SEUS DEVERES DESCUMPRIDOS. TODAVIA, A CAUSA MAIOR E DETERMINANTE DESSA MOROSIDADE TÃO DECANTADA, RESIDE NA EXTRA ORDINARIA DESPROPORÇÃO ENTRE O REDUZIDISSIMO NUMERO DE JUIZES E A SEMPRE CRESCENTE AVALANCHE DE AÇÕES JUDICIAIS QUE TEM O DE VER DE PROCESSAR E DECIDIR, NO INDECLINAVEL EMPENHO DE COMPOR OS INTERESSES EM CONFLITO, MISTER INDISPENSAVEL À PAZ SOCIAL E A SOBREVIVENCIA DAS INSTITUIÇÕES.

COM A PRESENTE PROPOSTA, ESTÁ O JUDICIÁRIO LOCAL A DAR O PRIMEIRO PASSO, NOS LIMITES DO QUE LHE É DADO FAZER, PARA REVERTER O QUADRO ATUAL E APARELHAR-SE PARA O ADEQUADO E DESEJADO CUMPRIMENTO DE SUAS RELEVANTÍSSIMAS FUNÇÕES, PELO ME NOS PARA OS PRÔXIMOS ALGUNS ANOS.

ATUALMENTE, APENAS OS DESEMBARGADORES DO TRIBU NAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL, DENTRE OS DIVERSOS ORGAOS INTEGRANTES DA JUSTIÇA DA UNIÃO, CONTAM COM SOMENTE UM ASSES SOR. TODOS OS INTEGRANTES DOS DEMAIS TRIBUNAIS FEDERAIS, CON TAM COM DIVERSOS ASSESSORES. ISTO, ALEM DE REPRESENTAR VALIOSA AJUDA AOS MAGISTRADOS DAS INSTÂNCIAS REVISORAS, MINIMIZA OS CUSTOS DE CRIAÇÃO, INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE NOVOS GABINETES, EM NÚMERO QUE A REAL NECESSIDADE, EFETIVAMENTE, EXIGE, POR 15 SO, E PARA ATENDER A ANTIGA NECESSIDADE, SUPRINDO A INDISCUTÍVEL FALTA EM NOSSO QUADRO, É QUE O PROJETO CRIA MAIS UM CARGO DE ASSESSOR DE DESEMBARGADOR, ELEVANDO PARA DOIS, QUANTIDADE SABIDAMENTE AINDA INSUFICIENTE PARA O MELHOR DESEMPENHO DAS TAREFAS MULTIPLAS AFETAS A CADA GABINETE.

CONTÉM. AINDA, O ANTEPROJETO, PROPOSTA DE CRIA ÇÃO DA JUSTIÇA MILITAR NA ESTRUTURA DA JUSTIÇA DO DISTRITO FE DERAL E DOS TERRITÓRIOS, COM A FINALIDADE DE JULGAR E PROCES SAR OS POLICIAIS MILITARES E OS INTEGRANTES DO CORPO DE BOMBEI ROS MILITARES DO DISTRITO FEDERAL, POR PRATICA DE CRIMES MILI TARES.

JUSTIFICA-SE A MEDIDA, POR SINAL DE BAIXO CUS
TO, PELA NECESSIDADE DE, A EXEMPLO DE QUASE TODAS AS UNIDADES
FEDERATIVAS, SUBMETER OS MEMBROS DAQUELES IMPORTANTES SEGMEN
TOS SOCIAIS A UMA JURISDIÇÃO ESPECIALIZADA, EXERCIDA POR UM
JUIZ DE DIREITO E POR OFICIAIS NILITARES CONHECEDORES DA REA
LIDADE ONDE SE INSERE O EVENTUAL INFRATOR. TRATA-SE DE JULGA
MENTO MISTO, ONDE SE ALIA O RIGOR TECNICO, PELA ATUAÇÃO DO JUIZ

AUDITOR, JUIZ DE DIREITO DA CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL JUDICIARIA DE BRASILIA: DOTADO DE MAIOR EXPERIÊNCIA, AO EXAME DO FATO DE MANEIRA MAIS PRECISA POR MEIO DA VIVÊNCIA DOS QUATRO MEMBROS MILITARES DOS CONSELHOS DE JUSTIÇA. ADEMAIS, A MEDIDA CONSTITUI ANSEIO DE LONGA DATA DE TODOS AQUELES MILITARES.

CABE OBSERVAR QUE O ANTEPROJETO DE LEI INTRODUZ ADAPTAÇÕES DE OUTROS DISPOSITIVOS DA LEI Nº 8.185/91 AOS TRÊS

PONTOS BÁSICOS DA PROPOSTA, VISANDO TÃO SOMENTE SISTEMATIZAR O TEXTO E LHE DAR COERÊNCIA.

O ARTIGO 2º FOI ACRESCIDO DOS INCISOS ÎÎ E X, PA RA INSERÇÃO DO "CONSELHO ESPECIAL" (ART. 93, XÎ, DA C.F.) E DA "AUDITORIA E CONSELHO DA JUSTIÇA MILITAR".

O TRIBUNAL PASSA A DIVIDIR-SE EM DUAS CÂMARAS CI VEIS E UMA CRIMINAL E EM SETE TURMAS, SENDO CINCO CIVEIS E DUAS CRIMINAIS, NOS TERMOS DO § 1º DO ARTIGO 4º, DISPONDO O REGIMEN TO ÎNTERNO SOBRE A SUA ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIA, CONFORME ACEN TUADO NO ARTIGO 9º.

O INCISO V DO ART. 25 TEM A SUA REDAÇÃO ALTERA DA PARA "§ 2º DO ARTIGO 698 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL", CONFÓR ME NOTA DE "RODAPÉ".

O § 2º DO ARTIGO 34, INCISO II DO ARTIGO 35.§ 1º DO ARTIGO 44. § 1º DO ARTIGO 45. § ÚNICO DO ARTIGO 60, ARTIGO 61, ARTIGO 75 E INCISO I DO ARTIGO 78 SÃO OBJETOS DE PEQUENA ALTERA ÇÃO. PARA COMPATIBILIZA-LOS À REDAÇÃO DO INCISO II DO ARTIGO 78 (CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL JUDICIARIA DE BRASÍLIA), JÁ QUE OS VOCABULOS ESPECIAL E JUDICIARIA NÃO CONSTA (M) DA REDAÇÃO DAQUELES DISPOSITIVOS. IDÊNTICA PROVIDÊNCIA FOI ADOTADA EM RELAÇÃO AO ARTIGO 71, MODIFICANDO A SUA REDAÇÃO.

No § 2º do artigo 34 foi introduzida a substitu \underline{I} ção do Juiz da Vara da Înfância e da Juventude, pelo Juiz de $\underline{D}\underline{I}$ reito Substituto designado.

NO ARTIGO 49 FOI ACRESCENTADO O § 1º DEFININDO O GOZO DE FERIAS PELOS JUÍZES DE DIREITO SUBSTITUTOS, OBSERVADA A CONVENIÊNCIA DO SERVIÇO, NOS TERMOS DO PARAGRAFO 2º - ESTE EM SUBSTITUIÇÃO AO § ÚNICO - JA QUE, DIFERENTEMENTE DO QUE PREVIA A LEI Nº 6.750/79, PARA ESSE CASO, A ATUAL É LACUNOSA.

DE ACORDO COM OS ÂNEXOS, OS QUADROS DE PESSOAL EFETIVO HOJE EXISTENTES (DA SECRETARIA, DOS OFÍCIOS JUDICIAIS E DOS TERRITORIOS), SÃO UNIFICADOS EM UM SO QUADRO.

NESTA PROPOSTA, ASSIM COMO NA SITUAÇÃO ATUAL, TAL COMO DEMONSTRADA, NÃO SI COGITOU DO PESSOAL INTEGRANTE DO QUADRO/TABELA ÚNICA DE EMPREGOS, EX-CELETISTAS, HOJE ESTAVEIS E NÃO ESTÁVEIS, NOS TERMOS DO ART. 19 E § 1º DO ADCT, EM NÚME RO DE 325, CONFORME ANEXO IV.

A EXISTÊNCIA DE TRÊS QUADROS DE PESSOAL, COM LO TAÇÕES PROPRIAS QUE NÃO SE COMUNICAM, CRIA ENTRAVES EM RELAÇÃO À LOTAÇÃO: INTERPRETAÇÃO DIFERENCIADA DA LEGISLAÇÃO VIGENTE RELACIONADA COM PESSOAL: DUAS COMISSÕES DE PROGRESSÃO E ASCENSÃO FUNCIONAIS UTILIZANDO PROCEDIMENTOS E INTERPRETAÇÃO DIVER GENTES, BEM COMO A NECESSIDADE DE UTILIZAR-SE O INSTITUTO DA TRANSFERÊNCIA PARA DESLOCAR O SERVIDOR DE UM QUADRO PARA OU TRO, QUANDO ESSE PROCEDIMENTO PODERIA SER EFETIVADO MEDIANTE REMOÇÃO, SE FOREM ELES UNIFICADOS, COM A SUBSTITUIÇÃO, NO ÂNEXO II (LEI 8.185/91) DA EXPRESSÃO "SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL" POR TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL, CONFORME É APRESENTADO NO ÂNEXO DO ÂNTEPROJETO.

ESSA SOLUÇÃO TRARIA REFLEXO FAVORAVEL EM OUTRAS SITUAÇÕES DE CUNHO BUROCRATICO, TAIS COMO, ELABORAÇÃO DE ESCA LA DE FERIAS, INFORMAÇÃO, PROPOSTA DE CONCESSÃO DE BENEFICIOS E VANTAGENS AOS SERVIDORES, DUPLICIDADE DO EXERCÍCIO DE FUNÇÕES, ETC.

No artigo 73 foi excluída a expressão..."E mais trinta cargos de Assistente de Taquigrafo, Referência inicial NM-26", por ser outra a nomenclatura, conforme consta do Anexo. Foi suprimido o § único porque o regime jurídico do servidor já esta definido no art. 68,

CERTO DE HAVER CUMPRIDO O HONROSO ENCARGO, RENO VO A VOSSA EXCELÊNCIA PROTESTOS DE ALTO APREÇO E ESPECIAL CON SIDERAÇÃO.

BRASILIA-DF., EM DE

DE 1991.

Ratomart Gartono
Desembargador

AREXOI

OUADRO DA MAGISTRATIRA DO DISTRITO FEDERAL

SITUAÇÃO	ATUAL	SITUAÇÃO NOVA							
DENONINAÇÃO	NE DE CARGOS	DENONINAÇÃO	NO DE CARGOS						
DESEMBARGADOR	2 3	DESEMBARGADOR	3 1						
JUIZ DE DIREITO	104	JUIZ DE DIREITO	118						
UUIZ SUBSTITUTO	8 5	JUIZ SUBSTITUTO	9 5						
UIZ DE PAZ	1 5	JUIZ DE PAZ	1 5						

8 1	TUAÇÃO	ATUAL		SITUAÇÃO	, N O V A
DENONINAÇÃO	SECRETARIA TJDF	OFFCIOS JUDICIAIS/DF	OFÍCIOS JUDICIAIS TERRITÓRIOS		
	Nº DE CARGOS	Nº DE CARGOS	Nº DE CARGOS	DENONINAÇÃO	Nº DE CARGOS
DIRETOR DE SECRETA-	0.5	104	0.9	DIRETOR DE SECRETARIA	132
CONTADOR-PARTIDOR-DI <u>S</u> TRIBUIDOR		04	0.7	CONTADOR-PARTIDOR-DIS- TRIBUIDOR	13
ASSESSOR DE DESEMBARGADOR	23		:	ASSESSOR DE DESEMBARGADOR	6.2
DEPOSITÁRIO-PÚBLICO		0.7	0.8	DEPOSITÁRIO-PÚBLICO	17

 $\underline{A} \ \underline{B} \ \underline{E} \ \underline{X} \ \underline{0} \quad \underline{1} \ \underline{1} \ \underline{1} \ \underline{1}$ SERVIÇOS AUXILIARES DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

	SITUAÇÃ-O ATUAL												
ų.	C 60 1 8 0	SECRETARIA T J D F	OFÍCIOS JUDICIAIS - OF	OFÍCIOS TERRIT		*****	TRIBURAL DE JUSTIÇA/C E TERRITÓRIOS						
CATEGORIAS FUNCIONAIS		Mª DE CARGOS	NO DE CARGOS	AMAPÁ RORAINA Nº DE CARGOS Nº DE CARGOS		TOTAL	MP DE CARGOS						
TÉCNICO JUDICIÁRIO	TJDF-AJ-021 JDF-AJ-021 TJTF-AJ-021	130	292	15	08	445	473						
OFICIAL DE JUSTIÇA -AVALIADOR	TJDF-AJ-025 JOF-AJ-025 JTF-AJ-025		299	18	07	324	350						
TAQUÍGRAFO JUDICIÁRIO	TJDF-AJ-023	20				20	27						
AUXILIAR JUDICIÁRIO	TJDF-AJ-022 JDF-AJ-022 JTF-AJ-022	245	594	5 9	2 8	925	353						
ATEMDENTE JUDICIÁRIO	1JDF-AJ-024 JOF-AJ-024 JTF-AJ-024	130	249	34	14	427	•55						
INSPETOR DE SEGURANÇA JUDICIÁRIA	TJDF-AJ-027	30	1 10,00			30	3.0						
AGENTE DE SEGURANÇA JUDICIÁRIA	1JDF-AJ-026 JDF-AJ-026	86	36			i 2 2	.,,						
ASSISTEMTE TAQUÍGRAFO JUDICIÁRIO	1JDF-AJ-028	30				33	••						
MÉDICO	1JDF-NS-901	04	03	***		3.7	• 7						
OCOMIÓLOGO *	1JDF-NS-909 JDF-NS-909	03	01	~		0 4	ŭ-						
ASSISTENTE SOCIAL	TJDF-NS-930	02	13	- 1		15	15						

SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS - DEMONSTRATIVO DE QUADROS

ESTE AMERA CONSCIIDA OS DADOS PERTINENTES AOS DEMONSTRATIVOS NºS 01, 02, 03 e 04

Lote: 70 PL Nº 2211/1991 55

A M-E X O I I I

SERVIÇOS AUXILIARES DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

	SITUAÇÃ-O ATUAL											
CATEGORIAS FUNCIONAIS	cóoreo	SECRETARIA T J D F	OFÍCIOS JUDICIAIS - OF	OFÍCIOS TERRIT	JUDICIAIS ORIOS	TOTAL	TRIBUNAL DE JUSTIÇA/DE E TERRITÓRIOS					
		Nº DE CARGOS	Nº DE CARGOS	AMAPÁ Nº DE CARGOS			M9 DE CARGOS					
PSICÓL OGO	TJDF-NS-907		0.5			0.5	05					
BIBLIOTECÁRIO	TJDF-NS-932	01	01			02	92					
CONTADOR	TJOF-NS-924	0.8				0.8	38					
ADMINISTRADOR	TJDF-NS-923	15				15	15					
ENGENHEIRO	TJDF-NS-916	01				01	0.1					
ARQUITETO	TJOF-NS-917	0.2				0.2	0.2					
TÉCNICO DE CONTABILIDADE	TJOF-NI-1042	10	01			11	11					
DESEMHISTA	TJDF-NI-1014	0.2				02	62					
TELEFONISTA	TJOF-NA-1044	48	04			5 2	5.2					
AGENTE DE TEL. E ELETRICIDADE	TJDF-NA-1027	44				4.4	•••					
AGENTE CINEFOTOG. E MICROFILMAGEM	TJDF-WI-1033	0.6				0.6	5.6					
AUX. OP. DE SERVIÇOS DIVERSOS	TJDF-NA-1006	33	0.6			39	٠.					
AUXILIAR DE ENFERMAGEN	TJDF-NI-1001	04	0.2			0.6	5.6					
ANALISTA DE SISTEMA	TJDF-PRO-1601	01				31						
PROGRAMADOR	TJDF-PRO-1602	0.2				02						
OPERADOR DE COMPUTAÇÃO	TJDF-PRO-1603	04				04						
PERFURADOR DIGITADOR	TJDF-PRO-1604	0.6				0.6	č.					
ARTÍFICE DE MECÂNICA-	TUDE - ART-702	0.5			1	05	35					

SERVIÇO DE RECURSOS MUNAMOS - DEMONSTRATIVO DE QUADROS

ANEXO 111 SERVIÇOS AUXILIARES DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

*	CÓDIGO	SECRETARIA TJDF	OFÍCIOS JUDICIAIS - DF	OFÍCIOS . TERRIT	JUDICIAIS ÓRIOS	TOTAL	TRIBUNAL DE JUSTIÇA/DE E TERRITORIOS
CATEGORIAS FUNCIONAIS	200100	Nº DE CARGOS	NA DE CARGOS	- ANAPÁ Nº DE CARGOS	AMAPÁ RORAINA B DE CARGOS NB DE CARGOS		MP DE CARGOS
ARTÍFICE DE ELETRICIDADE E COMU- NICAÇÃO	TJDF-ART-703	0.9				0 9	0.9
ARTÍFICE DE CARPINTARIA E MARCE-	TJDF-ART-704	07				0.7	67
ARTÍFICE DE ARTES GRÁFICAS	TJDF-ART-706	15		:		15	15
SERVENTE		0.3				03	**
O= ₹0							

SERVIÇO DE RECURSOS AUXAROS - ENGESTRATIVO DE QUADADS

CALAÇÃO DE	LEI		6.040	<u> </u>	LE		0 6.83		LE			27/86	LEI		7.89	310-1-5-2	LE		6.18		į	
CARGOS	41	=	DF JUD TERRIT	ORIOS	1	IAI	OF JUDI	ios	1	IVI		DICIAIS	5	I.	OF JUD		=	1415	OF JUDI		ž.	100
E CARGOS	SECRETARIA	OF JUDICIAIS	ANAPÁ	RORAIMA	SECRETARIA	OF JUDICIAIS	учти	ROPAINA	SECRETARIA	OF JUDICIAIS	AKAPÁ	RORAIWA	SECRETARIA	OF JUDICIAIS	УМАРА	RORAIMA	BECRETARIA	01 30010	ANKPÁ	A TARCE	101.01	1014. 61
CNICO JUDICIÁRIO - *	58				42	91	22 ·	13	56								30	133			422	Α.
. LL JUST. AVALIADOR					1	73	18	09		56								.11			295	
AQUÍGRAFO JUDICIÁRIO	07				03									0000 12000			10			723	20	
SP. SEGURANÇA JUDICIÁRIA													30		-		1			22	30	i.
UXILIAR JUDICIÁRIO	13				218	168	59	32		112				22			13	228			243	Ē.
SSIST. TAQ. JUDICIÁRIO														-			30				30	
TENDENTE JUDICIÁRIO	28				74	78	36	18		56							28	78	**		375	
. SEGUR A ÇA JUDICIÁRIA					85	36										-22					122	
DICO - •					01	01															67	
00NTÓL 0G0 - *					01	01															03	
SSISTENTE SOCIAL			22		02	13															15	
31CÓL0G0						05															05	
BLIOTECÁRIO - +					01	01		122													62	
ONTADOR _ •					07																	
DMINISTRADOR				22	15			122													15	
NGE NHE IRO					01															_	31	
RQUITETO					02										22						02	
ÉC. DE CONTABILIDADE					10																13	
ESEMHISTA	01																				C2	
ELEFONISTA - *	43	04							-												52	
G. TEL. E ELETRICIDADE .					43	- 2															44	
G. CIBEF. MICROFILMAGEM *	03																				66	
MIX. OP. SERV. DIVERSOS .					Floory	- 05									22			5.05.00			33	

SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS - DEMONSTRATIVOS - QUADI.

(*) VIDE QUADRO DEMONSTRATIVO - TRANSFORMAÇÃO E TRANSPOSIÇÃO DE CARGOS (REFERENTE AO ATO 221/73), en anexo -

S CRIAÇÃO DE	LE	1 11	8.040	/74	L	EI N	. 6.831	/80	L	EI N	1 7.5	7/86	LE	INS	7.99	4/90	ι	EI N	8 6.1	85/81		
CANGOS CANGOS	14	Ξ	OF JUD!	CIAIS	14	1418	OF JUDIC	TAIS	1.	1A18	OF JUE TERRI	ICIAIS ÓRIOS	NI N	JUDICIAIS		DICIALS	RIA	CIAIS	CF JL	DICIAIS TÉRIOS		14 4 10
ONTROLE DE	SECRET'TIA	or JUDIC	AKAPÁ	RORAINA	SECRETARIA	OF JUDICIAIS	учки	RORAINA	SECRETARIA	OF JUDICIAL	учин	RORAINA	BECRETARIA	or Judic	ANAPA	RORAINA	SECRETARIA	or Judic	AWAPA	RCRAIMA	1014.	1017.
JX1L12R DE ENFERNAGEN					04	02		1								·- '					Č:	
IALISTA DE SISTEMA					01	01	**				••				••	-					t:	
DGRAMADOR					02					••							7/ 5.5 3	77	2.77		ε,	
ERADOR DE COMPUTAÇÃO					04						••			55	••						ε.	
RFURADOR DIGITADOR					06		,	22		**	**	**					1		-	**	Se	
T. DE MECÂNICA - *		••		22	04						155				••			***		**	20	
T. DE ELET/COMUNICAÇÃO .					.06		•••														C S	
T. DE CARP. MARCEMARIA *					05									25	••	**				12.0	(7	
IT. DE ARTES GRÁFICAS					15		••					••					-			**	15	
SERVENTE			-			. •										••	03	**	*(*)	**	c:	
							e 1															
							:00				- 5.											

SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS - DEMONSTRATIVOS DE QUADROS

CONTROLE DE CARGOS

DENOMSTRATIVO ME 02

CARGOS CRIADOS POR TRANSFORMAÇÃO E TRANSPOSIÇÃO	SECRETARIA	OFÍCIOS JUDICIAIS	TOTAL
MÉDICO	03		0.3
0D0 N 1 0 L 0 G 0	01		01
CONTADOR	0 1		01
TÉCNICO DE CONTABILIDADE		0.1	01
DESEMHISTA	0 1		01
TELEFONISTA	0.5		0.5
AGENTE DE TEL. E ELETRICIDADE	0 1		01
AGENTE DE CINEF. E NICROFIL MAGEM	03		03
AUX. OPERACIONAL DE SERV. DIV.	0 3		03
ARTÍFICE DE MECÂNICA	01		0 1
ARTÍFICE DE ELET. E COMUNICAÇÕES	03		03
ARTÍFICE DE CARP. E MARCENARIA	02		02
BIBLIOTECÁRIO	01		01

SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS" - DEMONSTRATIVO DE QUADRO

DEMONSTRATIVE NE 03

CONTROLE DE		1	E R R 1 7				TOTAL	TOTAL	offci	os Judio	1415	OFFCIOS JUDICIAIS
CARGOS		0 A A I	X A			•	REDISTRI-	TERRITÓRIOS	EXISTEN	SITEM REDISTRI-	TOTAL	TERRITÓRIOS TOTAL GERAL
REDISTRIBUIÇÃO	EXISTES TES	REDISTRI Buloos	TOTAL REMARES - CENTE	EXISTER- TES	REDISTRI- BUÍDOS	TOTAL REMANES- CENTE	Bufoos	REMANESCEN- TES (A)	155		(8)	(A + B)
TÉCNICO JUDICIÁRIO	13	05	08	22	07	15	12	23	280	75	292	315
GF. JUST. AVALIADOR	09	02	07	18		18	02	25	297	02	299	32•
AUXILIAR JUDICIÁRIO	32	04	28	50	**	59	04	87	594	04	598	685
ATENDENTE JUDICIÁRIO	18	04	14	36	02	34	06	50	249	06	255	305

SERVIÇO DE RECURSOS HUNANOS - DENORSTRATIVO DE QUADROS REDISTRIBUIÇÃO DE CARGOS

$\overline{c} \ \overline{o} \ \overline{w} \ \underline{i} \ \overline{v} \ \overline{o} \ \overline{r} \ \overline{v} \ \overline{o} \ \overline{v} \ \overline{v} \ \overline{v} \ \overline{o} \ \overline{o} \ \overline{s}$

DEMORSTRATIVO Nº 04

REDISTRIBUIÇÃO	GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	SECRETARIA	10 - 4.
600 N 1 Ó L 0 G O	0 1	Q 1	с.
AUXILIAR CPERACIONAL DE			
SERVIÇOS DIVERSOS	0.3	0 3	G 3
AUXILIAR JUDICIÁRIO	0 1	0 1	c:
The state of the s			
DE QUE TRATA A PORTARIA GP 8º 273, DE 26.06.91, DJ DE 03.07.91.			

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 2.211-A, de 1991
(DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS)

MENSAGEM Nº 1/91

Altera a Lei nº 8.185, de 14 de maio de 1991, que dis põe sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios, e cria a Auditoria Militar do Distrito Federal; tendo parecer, da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, p e 1 a aprovação. Pendente de pareceres das Comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Redação.

(PROJETO DE LEI Nº 2.211, de 1991, a que se refere o parecer).

Phráno y o projeto e o redicto fil. De Voi so S.F.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 2.211-B,DE 1991

(Do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios)

MENSAGEM Nº 1/91

Altera a Lei nº 8.185, de 14 de maio de 1991, que dispõe sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios e cria a Auditoria Militar do Distrito Federal; tendo parecer, da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pe 1a aprovação; e dos Relatores designados pela Mesa em substituição às Comissões: de Finanças e Tributação, pela adequação financeira; e, de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com emenda.

(PROJETO DE LEI Nº 2.211-A, de 1991, a que se referem os pareceres).

O PRESIDENTE DA REPUBLICA

FACO SABER QUE O CONGRESSO NACIONAL

ART. 1* - OS ARTIGOS 2*; 4* E PARAGRAFO

1*; 18. COM O ACRESCIMO DOS INCISOS IX E X E

SEU PARAGRAFO 2*; 25. INCISOS V E VI; 34. PARAGRAFOS

2*, 4* E 5*; 35. INCISO II E PARAGRAFO 4*; 44. PARA

GRAFO 1*; 45 E PARAGRAFOS 1* E 2*; 49. COM O ACRES

CIMO DE UM PARAGRAFO 1* E RENUMERAÇÃO DE SEU PARA

GRAFO UNICO PARA PARAGRAFO 2*; 60. PARAGRAFO UNICO;

31. CAPUT; 67; 71; 75 E 78. INCISO I. DA LEI N* 8.185.

DE 14 DE MAIO DE 1991. PASSAM A VIGORAR COM A SE

GUINTE REDAÇÃO:

"ART. 2" - COMPÕEM A JUSTICA DO DISTRI TO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS:

1 - O TRIBUNAL DE JUSTIÇA:

11 - O CONSELHO ESPECIAL:

111 - O CONSELHO DE MAGISTRATURA:

IV - OS TRIBUNAIS DO JURI:

V - OS JUÍZES DE DIREITO DO DISTRITO FEDERAL: VI - OS JUIZES DE DIREITO SUBSTITUTOS

. DO DISTRITO FEDERAL:

VII - OS JUIZES DE DIREITO DOS TERRITORIOS; VIII - OS JUIZES DE PAZ DO DISTRITO FEDERAL; IX - OS JUIZES DE PAZ DOS TERRITORIOS;

X. - AUDITORIA E CONSELHO DE JUSTIÇA MI

Art. 4^z - O Tribunal de Justiça, com se de no Distrito Federal, compõe-se de trinta e um De sembargadores e exerce sua jurisdição no Distrito Fe deral e nos Territórios.

\$ 1° - O TRIBUNAL DIVIDE-SE EM DUAS CAMA RAS CIVEIS E UMA CRIMÎNAL E EM SETE TURMAS, SENDO CIM CO CIVEIS E DUAS CRIMINAIS.

SEÇÃO 11

DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO ESPECIAL. DAS CAMARAS E DAS TURMAS

ART. 9º - O REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL DISPORA SOBRE A ORGANIZAÇÃO, COMPETÊNCIA E FUNCIO

NAMENTO DO TRIBUNAL PLENO. DO CONSELHO ESPECIAL. DAS CAMARAS E DAS TURHAS. OBSERVADAS AS RESPECTIVAS ESPECIALIZAÇÕES E O DISPOSTO NA LEI ORGÂNICA DA MAGISTRATURA MACIONAL.

ART. 18 - A JUSTIÇA DE PRIMEIRO GRAU DO DISTRITO FEDERAL COMPREENDE:

- IX CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE SAMAM BAIA:
 - A) TRES VARAS CIVEIS:
 - B) TRÊS VARAS DE FAMILIA. ORFÃOS E SUCES
 - C) TRES VARAS CRIMINAIS E DOS DELITOS DE TRANSITO:
 - D) UM TRIBUNAL DO JURI:
 - X CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIARIA DE PARANDA:
 - A) UMA VARA CIVEL:
 - B) UMA VARA DE FAMILIA. ORFÃOS E SUCESSÕES:
 - c) UMA VARA CRIMINAL. DO TRIBUNAL DO JU RI E DOS DELITOS DE TRANSITO.

6 2º - AS AREAS DE JURISDIÇÃO DAS CIRCUNS CRIÇÕES DE BRASILIA, TAGUATINGA, GAMA, SOBRADINHO,PLA NALTINA, BRAZLÂNDIA, CEILÂNDIA, SAMAMBAIA E PARANDA CORRESPONDEM AS DAS RESPECTIVAS REGIÕES ADMINISTRATI VAS DO DISTRITO FEDERAL, COMPREENDENDO-SE AS DO NU CLEO BANDEIRANTE, GUARA E CRUZEIRO NA CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL JUDICIÁRIA DE BRASILIA,

ART. 25 - AO JUIZ DA VARA DE EXECUÇÕES CRIMINAIS COMPETE:

.........

- V EXPEDIR AS NORMAS DE QUE TRATA O \$ 2° DO ARTIGO 698 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.
- VI PROSSEGUIR A EXECUÇÃO DE MEDIDAS DE TRATAMENTO IMPOSTAS PELO JUIZ DA VARA DA ÎNFÂNCIA E DA JUVENTUDE, DESDE QUE O INFRATOR TENHA COMPLETADO DEZOITO ANOS.
- ART. 34 O JUIZ DE DIREITO, EM SUAS FAL TAS E IMPEDIMENTOS OCASIONAIS, É SUBSTITUÍDO PELO DA VARA DA MESMA COMPETÊNCIA E DE NUMERAÇÃO IMEDIATAMEN TE SUPERIOR.

- \$2' O JUIZ DA VARA DE ÛRFAOS E SUCES SOES SERA SUBSTITUIDO PELO DA 1' VARA DE FAMILIA! O DA VARA DE EXECUÇOFS CRIMINAIS. PELO DA 1' VARA CRIMINAL DA CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL JUDICIÁRIA DE BRASILIA! O DA VARA DE REGISTROS PÚBLICOS E PRECATORIAS E O DA DE FALENCIAS E CONCORDATAS DA CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL JUDICIÁRIA DE BRASILIA SUBSTITUEM-SE MUTUAMEN TE! O DA VARA DE ACIDENTES DO TRABALHO, PELO DA 1' VARA CIVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL JUDICIÁRIA DE BRASILIA E O JUIZ DA VARA DA INFANCIA E DA JUVENTUDE. PELO JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DESIGNADO.
- \$ 4° OS JUÍZES DO TRIBUNAL DO JURI E DELITOS DE TRANSITO DO GAMA E DE SAMAMBAIA SERÃO SUBS TITUÍDOS PELOS DAS 1'S VARAS CRIMINAIS DO GAMA E SA MAMBAIA, RESPECTIVAMENTE:

4..........

\$ 5" - O JUIZ DA VARA CRIMINAL DE SOBRA DINHO SERA SUBSTITUIDO PELO DA 1" VARA CIVEL: OS JUIZ ZES DAS VARAS CIVEL E DE FAMILIA DE PARANCA SUBSTITUEM-SE MUTUAMENTE: O JUIZ DA VARA CRIMINAL, DO TRIBUNAL DO JURI E DOS DELITOS DE TRANSITO DE PARANCA

SEPA SUESTITUIDO PELO JUIZ DA VARA CIVEL DA MESMA (IR CUNSCRIÇÃO JUDICIARIA:

.....

ART. 35 - COMPETE AOS JUÍZES DE DIREITO SUBS

11 - EFETUAR A DISTRIBUIÇÃO DOS FEITOS ÀS VARAS DE COMPETÊNCIA EM TODO O DISTRITO FEDERAL E MA CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL JUDICIÁRIA DE BRASILIA E AO TRIBUNAL DO JURI MESTA SEDIADO.

TITUTOS:

\$ 4° - A DISTRIBUIÇÃO DOS FEITOS ÀS VARAS DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE TAGUATINGA, GAMA, SOBRADINHO, PLANALTINA, CEILÂNDIA, SAMAMBAIA E PARANOA SERÁ EFETUADA PELO RESPECTIVO DIRETOR DO FORO.

.......

ART. 44 -

\$ 1° - OS CARGOS DE JUIZ DE DIREITO DA CIRCUNS CRIÇÃO ESPECIAL JUDICIARIA DE BRASILIA SERÃO PROVIDOS POR REMOÇÃO DOS JUÍZES DE DIREITO DAS DEMAIS CIRCUNSCRIÇÕES DO DISTRITO FEDERAL OU PROMOÇÃO DE JUIZ SUBSTITUTO. CASO RE MANESÇA VAGA NÃO PROVIDA POR REMOÇÃO.

ART. 45 - O PROVIMENTO DOS CARGOS DE DESEMBAR GADORES FAR-SE-A POR PROMOÇÃO DE JUÍZES DE DIREITO DO DISTRITO FEDERAL POR ANTIGÜIDADE E MERECIMENTO. ALTERNADAMEN TE. RESERVADO UM QUINTO DE LUGARES QUE SERÁ PREENCHIDO POR MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITORIOS E ADVOGADOS EN EFETIVO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO.

- \$ 1" TRATANDO-SE DE PRONOÇÃO POR ANTIGUIDA

 DE. A ELA CONCORRERÃO OS JUÍZES DE DIREITO DA CIRCUNSCRI

 ÇÃO ESPECIAL JUDICIÁRIA DE BRASILIA. NO CASO DE MERECIMEN

 TO. A LISTA TRIPLICE COMPOR-SE-A DE NOMES ESCOLHIDOS DEN

 TRE TODOS OS JUÍZES. OBSERVADO O DISPOSTO MAS ALÍNEAS "B"

 E "C". DO INCISO 11. DO ARTIGO 93. DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.
- \$ 2° OS LUGARES RESERVADOS A MEMBROS DO HI NISTERIO PUBLICO OU DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SE RÃO PREENCHIDOS DENTRE AQUELES DE NOTORIO SABER JURÍDICO E DE REPUBAÇÃO ILIBADA. COM MAIS DE DEZ ANOS DE EFETIVA ATIVIDADE PROFISSIONAL. INDICADOS EM LISTA SEXTUPLA PELOS ORGAOS DE REPRESENTAÇÃO DAS RESPECTIVAS CLASSES.

APLICA G TOTAL TO SEPTA DESTE ARTIGO, OBSERVADA A CONVENIENCE DA SEPTA DESTE ARTIGO, OBSERVADA A CONVENIENCE DA SERVADA DE SERVADA D

PARAGRAFO ÚNICO - A DISTRIBUIÇÃO DA CIRCUNSCRI ÇÃO ESPECIAL JUDICIARIA DE BRASILIA SERÁ PRESIDIDA POR JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DESIGNADO POR ATO DO PRESIDEM TE DO TRIBUNAL: NAS CIRCUNSCRIÇÕES DO DISTRITO FEDERAL E NOS TERRITORIOS, QUANDO HOUVER MAIS DE UMA VARA, INCUMBIRA AD DIRETOR DO FORO.

ART. 61 - NA CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL JUDICIA RIA DE BRASILIA HAVERA UM SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO DE MAN DADOS, AO QUAL COMPETE:

ART. 67 - O PESSOAL DOS SERVIÇOS AUXILIARES
DA JUSTIÇA É CLASSIFICADO EM:

- I FUNCIONARIOS DO QUADRO DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS:
- 11 SERVENTUÁRIOS SOB REGIME ESPECIAL. MÃO REMUNERADOS PELOS COFRES PUBLICOS. A SA BER:

- A) OFICIAIS DE NOTAS:
- B) OFICIAIS DE PROTESTO:
- c) OFICIAIS DE REGISTROS PUBLICOS;
- D) EMPREGADOS DE OFICIOS EXTRAJUDICIAIS
 DO DISTRITO FEDERAL?
- E) EMPREGADOS DE OFICIOS EXTRAJUDICIAIS DOS TERRRITORIOS.
- ART. 71 OS CARGOS DE DIRETOR DE SECRETARIA
 DOS OFICIOS JUDICIAIS SERÃO PREENCHIDOS POR BACHAREIS EN
 DIREITO. DENTRE OS TECNICOS JUDICIARIOS COM EXERCÍCIO NO
 QUELES OFICIOS. RESSALVADAS AS SITUAÇÕES EXISTENTES ATÉ
 01.03.1980.

ART. 75 - SERA CONSIDERADA ESPECIAL A CIRCUNS CRIÇÃO JUDICIARIA DE BRASILIA.

ART. 78 -

1 - CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL JUDICIÁRIA DE BRA

ART. 2" - A JUSTIÇA MILITAR DO DISTRITO FE DERAL E DOS TERRITORIOS SERA EXERCIDA:

- 1 PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA EM SEGUNDO GRAU:
- 11 PELO JUIZ AUDITOR E PELOS CONSELHOS DE JUSTICA:
- \$ 1° COMPETEM À JUSTIUM !!!LINE PHOCESSO E D JULGAMENTO DOS CRIMES MILITARES, DEFINIDOS EM LEI, PRA TICADOS POR OFICIAIS E PRAÇAS DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL E DO CORPO DE BOMBEIROS MILITARES DO DISTRITO FEDERAL.
- \$ 2° OS FEITOS DE LUMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR SERÃO PROCESSADOS E JULGADOS DE ACORDO COM O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR (DECRETO-LEI Nº 1.002. DE 21 DE OUTUBRO DE 1969) E. NO QUE COUBER. RESPEITADA A COMPETÊN CIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. PELA LEI DE ORGANIZAÇÃO JUDI CIARIA MILITAR (DECRETO-LEI Nº 1.003. DE 21 DE OUTUBRO DE 1969).
- ART. 3º A JUSTIÇA MILITAR SERA COMPOSTA DE UMA AUDITORIA E DOS CONSELHOS DE JUSTIÇA. COM SEDE EM BRA SILIA E JURISDIÇÃO EM TODO O DISTRITO FEDERAL.

PARAGRAFO ÚNICO - O CARGO DE JUIZ AUDITOR SE RA PREENCHIDO POR JUIZ DE DIREITO DA CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA, AO QUAL CABERÁ PRESIDIR OS CONSELHOS DE JUSTIÇA E RELATAR TODOS OS PROCESSOS PERANTE OS MESMOS.

ART. 4º - OS CONSELHOS DE JUSTIÇA SERÃO DE DUAS ESPÉCIES:

- A) CONSELHO ESPECIAL DE JUSTIÇA, PARA PROCES SAR E JULGAR OS OFICIAIS:
- B) CONSELHO PERMANENTE DE JUSTIÇA. PARA PRO CESSAR E JULGAR OS PRAÇAS.

ART. 5° - O CONSELHO ESPECIAL DE JUSTIÇA SERA COMPOSTO POR QUATRO JUIZES MILITARES. DE PATENTE IGUAL DU SUPERIOR À DO ACUSADO. E DO JUIZ AUDITOR. NA FALTA DE OFICIAL DA ATIVA COM A PATENTE EXIGIDA. RECORRER-SE-À AOS OFICIAIS EM INATIVIDADE. O CONSELHO PERMANENTE DE JUSTICA COMPOR-SE-À DE QUATRO JUIZES MILITARES. ESCOLHIDOS DEN TRE OFICIAIS DA ATIVA. E DO JUIZ AUDITOR.

PARAGRAFO UNICO - OS JUÍZES MILITARES DO COM SELHO PERMANENTE DE JUSTICA SERVIRAO PELO PERÍODO DE QUA TRO MESES SEGUIDOS. E SO PODERAO SER DE NOVO SORTEADOS APÓS O DECURSO DO PRAZO DE SEIS MESES. CONTADOS DA DISSO LUÇÃO DO CONSELHO EM QUE HAJAM FIGURADO.

ART. 6" - CADA JUIZ MILITAR DO CONSELHO ESPE

LHIDO. JUNTAMENTE COM SEU SUPLENTE. POR SORTEIO PRESIDIDO PELO JUIZ AUDITOR EM SESSÃO PUBLICA.

- \$ 1° OS JUIZES MILITARES DOS CONSELHOS ESPE CIAL E PERMANENTE DE JUSTIÇA SERÃO SORTEADOS DENTRE OS OF1 CIAIS CONSTANTES DA RELAÇÃO QUE DEVERA SER REMETIDA AO JUIZ AUDITOR PELO COMANDO-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL E PELO DO CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL.
- \$ 2° NÃO SERÃO INCLUÍDOS NA RELAÇÃO OS COMAN DANTES-GERAIS. OS OFICIAIS EM SERVIÇO FORA DA RESPECTIVA CORPORAÇÃO. INCLUSIVE OS ASSISTENTES HILITARES E OS AJUDAN TES DE ORDEM.
- ART. 7° AO JUIZ AUDITOR. ALÉM DA COMPETÊNCIA DE QUE TRATA O ART. 21 DA LEI N° 8.185, DE 14 DE MAIO DE 1991. COMPETE:
- A) INSTALAR, JUNTAMENTE COM OS COMANDANTES-GE RAIS DA POLÍCIA MILITAR E DO CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRI TO FEDERAL A AUDITORIA DA JUSTIÇA MILITAR:
- B) EXPEDIR ALVARAS. MANDADOS E OUTROS ATOS. EM CUMPRIMENTO AS DECISÕES DOS CONSELHOS. OU NO EXERCÍCIO DE SUAS PROPRIAS FUNÇÕES:
- C) CONCEDER "HABEAS CORPUS". QUANDO A COAÇÃO PARTIR DE AUTORIDADE ADMINISTRATIVA OU JUDICIÁRIA MILITAR. RESSALVADA A COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA!
- D) EXERCER SUPERVISÃO ADMINISTRATIVA DOS SERVI.

 ÇOS DA AUDITORIA E O PODER DISCIPLINAR SOBRE SERVIDORES QUE
 NELA ESTIVEREM LOTADOS. RESPEITADA A COMPETÊNCIA DA CORRE
 GEDORIA DE JUSTICA.

PARAGRAFO ÚNICO - O JUIZ AUDITOR E O PRESIDEM TE DO TRIBUNAL DO JÚRI DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE BRA SÍLIA SUBSTITUEM-SE MUTUAMENTE.

ART. 8" - A JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E SER VIÇOS AUXILIARES COMPÕEM-SE DOS CARGOS DISCRIMINADOS NOS ANEXOS DESTA LEI.

ART. 9º - AS DESPESAS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DESTA LEI CORRERÃO À CONTA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS CON SIGNADAS EM FAVOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS. OU DE OUTRAS PARA ESSE FIM DESTINADAS.

ART. 10 - ESTA LEI ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO.

ART: 11 - REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRA

BRASILIA-DF., EM DE DE 1991.

QUADRO DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL

SITUAÇÃO P	KUFUSIA
DENOMINAÇÃO	Nº DE CARGOS
DESEMBARGADOR	. 31
JUIZ DE DIREITO	118
JUIZ SUBSTITUTO	95
JUIZ DE PAZ	15

A M E X Q 11

GRUPO DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES

SITUAÇÃO PI	ROPOSTA
DENOHINAÇÃO	Nº DE CARGOS
DIRETOR DE SECRETARIA	132
CONTADOR-PARTIDOR-DISTRIBUIDOR	13
ASSESSOR DE DESEMBARGADOR	62
DEPOSITÁRIO-POBLICO	17

BERVIÇOS MARILLMES DA JUSTIÇA DO DISTRITO PERTRAL E DOS ELECTRONO. COS IN-

втика	ALEGUCAL V	
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DIST	RUTO FIDERAL B DOS TEN	RT:tzuos
CATEDORIAS FUNCTORALS	contro	AT SE EVERES
Técnico Juliciário	TJUF-AJ-021	473
Of. de Justiça Avaliador	TJIF-AJ-025	350
Tequígrafo Judiciário	TJDF-AJ-023	27
Insp. Segurança Juliciária	TJDF-AJ-027	30
Auxiliar Judiciário	TJTF-AJ-022	958
Assist. Teq. Judiciário	TJDF-AJ-028	40
Atendente Judiciário	TJDF-7-J-024	455
Ag. Segurança Judiciária	1JDF-AJ-026	190
Médico	TJDF-NS-901	07
Odontálogo	TJDF-NS-909	04
Assistente Social	TITLE-NS-930	15
Psicologo	TODE-NS-907	05
Bibliotecário	TJDF-NS-932	02
Contador	TJDF-NS-924	08
Administrador	TJDF-NS-923	15
Engenheiro	TJUF-NS-916	01
Arquiteto	TJUF-NS-917	02
Técnico de Contahilidade	TJTF-NI-1042 .	11
Deserhista	TJDF-NI-1014	02
Telefonista	TJDF'-NA-1044	52
Ag. Tel. e Eletricidade	TJDF-NA-1027	44
Ag. Cinef. Microfilmegem	TJUF-NI-1033	06
Aux. Op. Serv. Diversos	TJDF-NA-1006	42
Auxiliar de Enfermegem	TJDF-NI-1001	06
Analista de Sistema	TJDF-PRO-1601	01
Programador	TUDF-P/0-1602	02
Operador de Computação	TUDE-PRO-1603	04
Perfurador Digitador	TUDE-PRO-1504	0/2
Art. Ge Mecânica	TUDE-ART-702	95
Art. de Elet/Commicação	TJDF-ART-703	09
Art. de Carp. Marcenaria	TUDE-ART-704	07
Art. de Artes Gráficas	TJDF-N77-705	25

 $\underline{\underline{A}} \ \underline{\underline{N}} \ \underline{\underline{E}} \ \underline{\underline{X}} \ \underline{\underline{0}} \quad \underline{\underline{I}} \ \underline{\underline{V}}$ SERVIÇOS AUXILIARES DA JUSTIÇA DO DISTRIFO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO	DISTRITO FEDERAL E DOS 1	ERRITORIOS
CATEGORIAS FUNCIONAIS	c ó D I G O	Nº DE CARGOS
MÉDICO	TJDF-NS-901	04
ANALISTA DE SISTEMA	TJDF-PR0-1601	03
OPERADOR DE COMPUTAÇÃO	TJDF-PR0-1603	04
PROGRAMADOR	T JDF - PRO - 1602	0.8
DIGITADOR-PERFURADOR	TJDF-PR0-1604	21
AG. CINEF. E MICROFILMAGEN	TJDF-NM-1033	03
ODONTÓLOGO	T JDF - NS - 909	01
TÉCNICO JUDICIÁRIO	TJDF-AJ-021	16
OFICIAL DE JUSTIÇA-AVALIADOR	TJDF-AJ-025	10
AUXILIAR JUDICIÁRIO	TJDF-AJ-022	137
ATENDENTE JUDICIÁRIO	TJDF-AJ-024	5 7
AGENTE DE SEGURANÇA	TJDF-AJ-026	11
PSICÓLOGO	TJDF-NS-907	19
ASSISTENTE SOCIAL	TJDF-NS-930	15
TÉC. EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	TJDF-NS-927	11

OBSERVAÇÃO:

SERVIDORES DO QUADRO/TABELA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL (EX-CELE-TISTAS), DOS QUAIS 144 SÃO ESTÁVEIS E 176 NÃO-ESTÁVEIS, NOS TERMOS DO ART. 19 . § 1º do ADCT. A PARTIR DE 12.12.90. SÃO REGIDOS PELA LEI Nº 8.112/90.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

LEI mº 8.185 , de 14 de maio de 1991.

> Dispôe sobre a organização judiciária do Distrito Federal e dos Territórios.

LIVROI

DA ESTRUTURA DA JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL. E DOS TERRITORIOS

TITULOI

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 26 - Compõem a Justiça do Distrito Federal e dos Territórios:

1 - o Tribunal de Justiça;

II - o Conselho da magistratura;

III - os Tribunais do Júri,

IV - os Juízes de Direito do Distrito Federal;

V - os Juízes de Direito Substitutos do Distrito Federal, VI - os Juízes de Direito dos Territórios;

VII - os Julzes de Paz do Distrito Federal; VIII - os Juízes de Paz dos Territórios.

TITULOII

DO TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS

CAPÍTULO I

DA COMPOSIÇÃO

Art. 4º - O Tribunal de Justica, com rede no Distrito Federal, compôs-se de vinte e três desembargadores e exerce sua jurisdição no Distrito Federal e nos Territórios.

₫ 1º - O Tribunal civide-se em ama Seção Cível e uma Criminal e em cinco Turmas, sendo três Cíveis e dues Criminais. As Ecches compõem-ce dos integrantes das Turmas, observadas as respectivas fireas de especialização e aerão presididas pelo Vice-Presidente, que não exercerá as funções de Relator e Revisor.

CAPITULOII

DA COMPETÊNCIA

PL Nº 2211/1991

SEÇÃO II

DA COMPETÊNCIA DAS TURMAS

Art. 9º - O Regimento Interno do Tribunal disporá sobre a competência do Pienério, das Seções e das Turmas, observadas as respectivas especializações e o disposto na Loi Orgânica da Magistratura Nacional.

TITULO III

DO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO NO DISTRITO FEDERAL

CAPÍTULO I DA COMPOSIÇÃO E DA COMPETÊNCIA

Art. 18 - A Justiça de Primeiro Grau do Distrito Federal compreende:

- 1 Varas com competência em todo o território do Distrito Federal:
- a) oito Varas de Fazenda Pública;
- b) uma Vara da Infância e da Juventude;
- c) uma Vara de Execuções Criminais;
- d) uma Vara de Falências e Concordatas;
- e) uma Vara de Registros Públicos e Precatórias;
- f) uma Vara de Acidentes do Trabalho;
- g) quatro Varas de Entorpecentes e Contravenções Penais;
- II Circunscrição Especial Judiciária de Brasília:
- a) vinte e cinco Varas Civeis;
- b) sete Varas de Família;
- c) uma Yara de Orfáns e Sucessões;
- d) um Tribunal do Júri;
- e) dez Varas Criminais;
- f) três Varas de Delitos de Trânsito;
- M Circunscrição Judiciária de Taguatinga:
- a) cinco Varas Cíveis;
- b) quatro Varas de Família, Órfãos e Sucessões;
- c) um Tribunal do Júri;
- d) cinco Varas Criminais.
- IV Circunscrição Judiciária do Gama:
- a) duas Varas Civeis;
- b) uma Vara de Família, Orfãos e Sucessões;
- c) dues Varas Criminais;
- d) uma Vara do Tribunal do Júri e dos Delitos de Trânsito;

- V Circunzericão Judiciária de Sobradinho:
- e) duas Varas Civels;
- b) sime Vera Criminal, do Tribunal do Jári e dos Delitos de Transto;
- VI Circunacrição Judiciária de Planahina:
- e) mma Vara Civel;
- b) uma Vara Criminal, do Tritunal do Júri e dos Deltos de Triturdo;
- VII Circunscrição Judiciária de Braziandia:
- a) uma Vara de Competência Geral;
- VIII Circunscrição Judiciaria de Celiandia:
 - a) três Varas Olveis;
 - b) quatro Varaz de Família, Órfilos e Sucesabes;
 - c) cinco Varas Orindnais;
 - d) um Tribunal do Júri.
 - 8 1º As Varas da mesma especialidade obedecerão a numeração ordinal.
- 6 2º As áreas de jurisdição das Circunscrições de Erasília, Terustinga, Gama, Sobradinho, Planaltina, Brazilandia e Ceilándia correspondem as das respectivas Regiões Administrativas do Distrito Federal, compecudendo-es es do Núcleo Lieu-Firante, Paranoá, Guará e Cruzeiro na Circumerição de Brasilia e a de Samambaia na de Taguatinga.

CAPÍTULO III DO TRIBUNAL DO JÚRI

Art. 21 - Ao Juiz Presidente do Tribunal do Júri compete:

I - processar les feites de competência de Tribunal de Júri, ainda que anteriores à propositura da ação penal, até julgamente final;

 II - processar e foi ar habeas corpus, quando o crime atribuído ao paciente for da competência do Tribunal do Suri;

III - exercer as demais atribuições previstas aas leis processuals.

Párecrafo único - Zerto e en la Tilhonal do Júri oficiará, sempre que possível, um Julz de la processos sem prejuízo de outras estrucições que las esjam cometitais para la sistema Vara.

SEÇÃO II

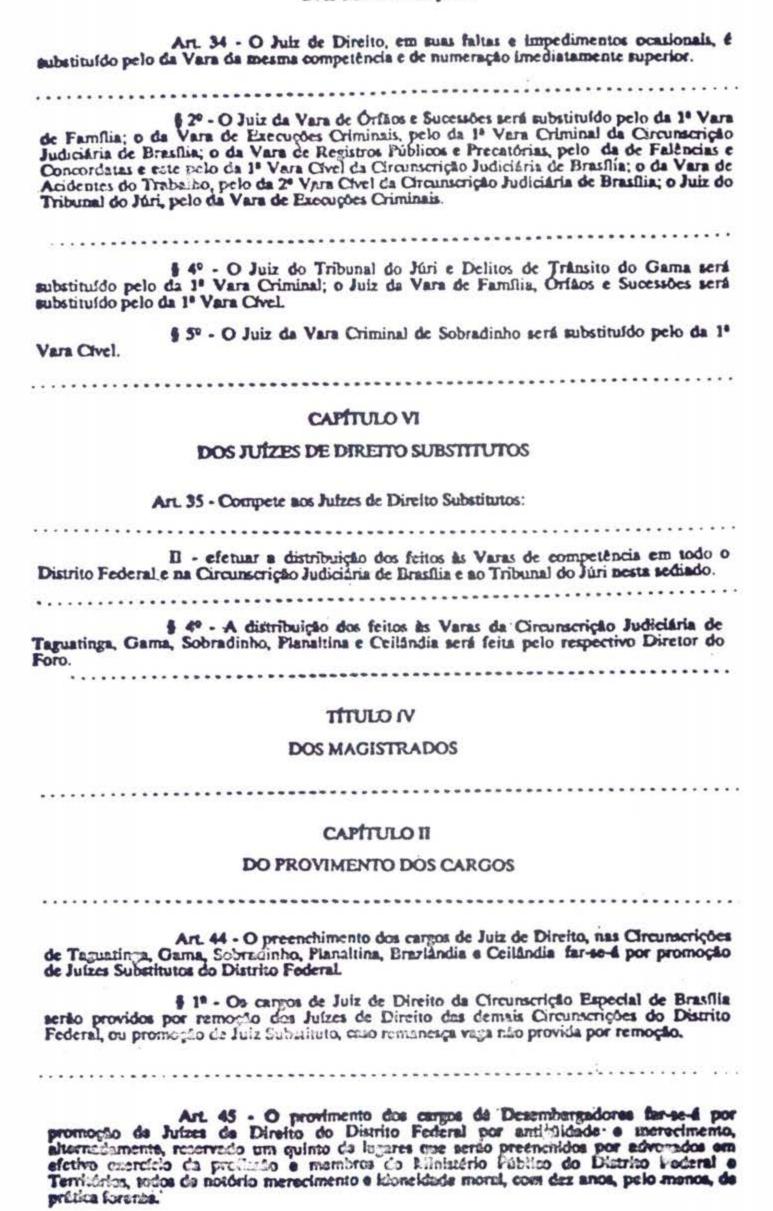
DA VARA DE EXECUÇÕES CRIMINAIS

Art. 25 - Ao Juiz da Vara de Execuções Criminais compete:

V - expedir as normas de que trata o @ 2º do art. 609 do Código Penal;

M - prosteguir a execução de medidas de tratamento impostas pelo Juiz de Menores, desde que o infrator tenha completado dezoito anos.

CAPÍTULO V DAS SUBSTITUIÇÕES



- § 1º - Tratando-se de promoção por antigüidade, a ela concorrerão os Jutzes de Direito da Circurscrição Judiciária de Brasilia. No caso de merecimento, a Esta tríplice compor-se-á de nomes escolhidos dentre todos os Jutzes, observado o disposto nes alíneas a e do inciso 11 do art. 93 da Constituição Federal.

§ 2º - Os lugares reservados a membros do Ministério Público ou de Ordens dos Advogados do Bresil serão preenchidos dentre squeles com mais de dez asses de carreira e de advorados de notório suber jurídico e de reputação tilbida, com mais de dez asses de carreira e atividade profissional, indicados em lista advunção pelos órgãos de representação das respectivas classes.

CAPÍTULOIV

DAS FÉRIAS, LICENÇA E APOSENTADORIA

Art. 49 - Os Juízes de Direito do Distrito Federal e os Juízes de Direito dos Territórios gozarão férias coletivas nos períodos de 2 a 31 de janeiro e de 2 a 31 de julho.

Parágrafo único - Durante o período de 20 de dezembro a 31 de janeiro, hem como nas férias coletivas e nos dias em que não houver expediente forense, a Corregedoria regulará o plantão judiciário, designando Juízes para conhecer de medidas urgentes em geral.

LIVROII

DOS SERVIÇOS AUXILIARES

TITULO II

DA COMPETÊNCIA

CAPITULO II

DOS OFÍCIOS JUDICIAIS

Art. 60 - Ao Cartório de Distribuição incumbe o processamento e o registro da distribuição dos feitos aos diversos juízos e o registro geral dos protestos de títulos, mediante comunicação dos titulares dos respectivos ofícios, cabendo-lhe o fornecimento de certidões.

Parágrafo único - A distribuição na Circunscrição de Brasília será presidida por Juiz de Direito Substituto designado por ato do Presidente do Tribunal; nas Circunscrições do Distrito Federal e nos Territórios, quando houver mais de uma Vara, incumbirá ao Diretor do Foro.

Art. 61 - Na Circunscrição Judiciária de Brasília haverá um Serviço de Distribuição de Mandados, no qual compete:

ווו חווטדוד

DO PESSOAL

CAPITULOI

DA CLASSIFICAÇÃO

1 - funcionários do quadros Secretaria e Subsecretarias do Tribunal de
Justiça; II - funcionários do quadro dos oficios judiciais do Distrito Federal;
III - funcionários do quadro dos ofícios judiciais dos Territórios;
IV - serventuários sob regime especial, não remunerados pelos cofres públicos, a saber:
a) Oficiais de Notas;
b) Oficiais de Protesto;
e) Oficiais de Registros Públicos;
d) Empregados de Officios Extrajudiciais do Distrito Federal;
e) Empregados de Officios Extrajudiciais dos Territórios.
CAPÍTULO II
DO REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA
SEÇÃO ÚNICA
DO PROVIMENTO DOS CARGOS
Art. 71 - Os cargos de titulares de serventias judiciais serão obrigatoriamente preenchidos por Bacharéis em Direito, ressalvada a situação dos atuais titulares.
LIVRO III
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS TRANSITÓRIAS
Art. 75 - Será considerada especial a Circunscrição de Brasília.
Extrajudicials: Art. 78 - Ficam criedos no Distrito Federal os seguintes Cartórios
1 - Circunscrição Judiciária de Brasslia: a) um de Registro de Imôveis, abrangendo a área territorial das Cidades Satélites do Guará (I e II) e Núcleo Bandeirante; b) um de Protesto de Títulos; e) um de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas;
d) um de Noies, com sede na Asa Norse.

MENSAGEM Nº 01/91 BRASILIA-DF., EM 08 DE NOVEMBRO DE 1991.

Bepriede NOCENCIO OLIVERA

Primore Secretário

SENHOR PRESIDENTE.

EM OBSERVANCIA AO DISPOSTO NO \$ 1°. DO ART. 125. DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. E INCISO XXI. DO ART.8°. DA LEI N° 8.185. DE 14/05/91. APRAZ-ME ENCAMINHAR. POR INTER MÉDIO DE VOSSA EXCELÊNCIA. PARA SUBMISSÃO AO EXAME DESSA CA SA CONGRESSUAL.O ANEXO ANTEPROJETO DE LEI QUE ALTERA A LEI N° 8.185/91. RELATIVA-A ORGANIZAÇÃO JUDICIARIA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS. NOS TERMOS FUNDAMENTADOS NA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS QUE O ACOMPANHA.

CUMPRE-ME. NA OPORTUNIDADE, ENCARECER O VALOROSO EMPENHO PESSOAL DE VOSSA EXCELÊNCIA POR SI MESMO E POR SEUS PARES NO SENTIDO DA VIABILIZAÇÃO, NO MENOR LAPSO DE TEMPO POSSÍVEL, DA VOTAÇÃO NESSA CASA DESTE ANTE PROJETO, POR SER ELE DA MAIOR IMPORTÂNCIA PARA A PRESTAÇÃO JURISDICIONAL CONVENIENTE À COMUNIDADE DO DISTRITO FEDERAL, CUJAS CARÊNCIAS SE ACENTUAM.

COLHO O ENSEJO PARA RENOVAR A VOSSA EXCELÊN CIA OS PROTESTOS DA MINHA MAIS ALTA ESTIMA E ELEVADA CON SIDERAÇÃO.

DESEMBARGADOR VALTENTO MENDES CARDUSO

ExM* SENHOR

DEPUTADO IBSEN PINHEIRO

D. PRESIDENTE DA CAMARA DOS DEPUTATOS.

E S I A

EXCELENTISSIMO SENHOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL.

TENHO A HONRA DE ENCAMINHAR A VOSSA EXCELÊNCIA.

EM CUMPRIMENTO DO ENCARGO QUE A MIM FOI CONFIADO NA SESSÃO ADMI

NISTRATIVA DE 08.10.91. O ANEXO ANTEPROJETO DE LEI. QUE MODIFI

CA A LEI Nº 8.185. DE 14 DE MAIO DE 1991. E CRIA A AUDITORIA

HILITAR DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS.

VISA O ANTEPROJETO A ADEQUAR A ORGANIZAÇÃO JUDI CIARIA AS PROFUNDAS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO DISTRITO FEDERAL NOS ULTIMOS CINCO ANOS. DE TAL MANEIRA EXPRESSIVA QUE TORNAM INSUFICIENTE E SUPERADA A ORGANIZAÇÃO ATUAL. NÃO É IRRELEVAM TE ASSINALAR QUE O ANTEPROJETO DE QUE RESULTOU A LEI Nº 8.185/91. ALUDIDA. CONSUMIU QUASE CINCO ANOS NOS ESTUDOS PROMOVIDOS PELO TRIBUNAL E NA TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL. DAI DECORRE SUA INADEQUAÇÃO AO MOMENTO ATUAL.

TRES SÃO AS MODIFICAÇÕES BÁSICAS DA PROPOSTA, A SABER. A CRIAÇÃO:

- A) DAS CIRCUNSCRIÇÕES JUDICIÁRIAS DE SAMAMBAIA E DO PARANOA;
- B) DE DUAS TURMAS CIVEIS, MAIS UM CARGO DE AS SESSOR PARA CADA DESEMBARGADOR;
- C) DA AUDITORIA E CONSELHO DE JUSTIÇA MILITAR.

A CIDADE SATÉLITE DE SAMAMBAIA (RA.XII) FOI CRIA DA OFICIALMENTE PELA LEI Nº 49. DE 25 DE OUTUBRO DE 1989. ESTA SITUADA AO SUL DE TAGUATINGA E CEILANDIA. AS MARGENS DA BR-60. COM POPULAÇÃO QUE ULTRAPASSA OS 200.000 HABITANTES. A CIDADE SATELLIE DO PARANDA (RA-VII) RESULTOUNDO ASSENTAMENTO DA POPULAÇÃO DA ANTIGA VILA PARANDA. AS MARGENS DO LAGO PARANDA. BEN COMO DE OUTRAS PROCEDIBLES SE ELECTRICA (HE CIALLES TE MUTAMENTE CHE A CEDADE SATELLIDE DE SALE PARAMENTE.)

ESSAS DUAS CIDADES SATÉLITES REPRESENTAM INGENTE ESFORÇO DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL NO SENTIDO DE PROPOR CIONAR ÀS POPULAÇÕES CARENTES CONDIÇÕES DE VIDA CONDIGNAS EM AREAS BASICAS DE SAUDE. EDUCAÇÃO. MORADIA. TRABALHO E TRANSPORTE. PROSSEGUE O GOVERNO LOCAL INVESTINDO IMENSOS RECURSOS FINANCEIROS PARA DOTAR ESSAS CIDADES SATÉLITES DE INFRAESTRUTURA ADEQUADA. COM VISTAS A CONSOLIDAR UMA COMUNIDADE SADIA E VOLTA DA PARA A VALOBIZAÇÃO DA PESSOA HUMANA. NA BUSCA DESSE OBJETI VO MAIOR. TODOS OS EQUIPAMENTOS URBANOS INDISPENSAVEIS ESTÃO SENDO INSTALADOS.

A CONSOLIDAÇÃO DE UMA COMUNIDADE HARMÓNICA RECLAMA A PRESENÇA ATUANTE E FIRME DA JUSTIÇA, PERMITINDO QUE OS CONFLITOS RECEBAM PRONTA E EFICAZ SOLUÇÃO. ÎMPORTA APROXIMAP A JUSTIÇA DO POVO. CONHECER SEUS PROBLEMAS. SUAS ANGÚSTIAS E ASPIRAÇÕES. DEVE O JUDICIÁRIO SE INSERIR NA TEXTURA SOCIAL DA COMUNIDADE A QUE SERVE.

D EMPENHO DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL NA PESSOA DO EXM* SR. GOVERNADOR, DR. JOAQUIM DOMINGOS RORIZ. ESTÁ A RECLAMAR QUE O PODER JUDICIÁRIO COMPREENDA O MOMENTO HISTÓRICO DE QUE IRROMPEM ESSAS GIGANTESCAS MODIFICAÇÕES DA PAISAGEM HUMANA E FÍSICA DO DISTRITO FEDERAL. REPRESENTADAS PELA IMPLANTAÇÃO DOS NOVOS NÚCLEOS POPULACIONAIS. E PROPONHA MEDIDAS ADEQUADAS, RAPIDAS E EFICAZES. COM VISTAS AO ATENDIMENTO DAS SUAS NECESSIDADES.

A PROPOSTA ORA APRESENTADA FAZ PUBLICO RECONHE CIMENTO DE UMA REALIDADE EXTREMAMENTE DINÂMICA E BUSCA OFERE CER. NO CAMPO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. UMA ESTRUTURA MÍNIMA PARA QUE O PODER JUDICIÁRIO NÃO SE COLOQUE EM POSIÇÃO DE OMIS SÃO PERANTE O NOVO DESENHO POPULACIONAL IDENTIFICADO POR AQUE LAS COMUNIDADES. NÃO PRETENDE SUGERIR UMA ESTRUTURA IDEAL, MAS APENAS UMA QUE SE REVELE POSSÍVEL NA ATUAL CONJUNTURA DO PAÍS.

PARA SAMAMBAIA É RECOMENDADA A CRIAÇÃO DE TRÊS VARAS CÍVEIS, TRÊS DE FAMÍLIA. TRÊS CRIMINAIS (COM COMPETÊNCIA. INCLUSIVE. PARA DELITOS DE TRÂNSITO) E UM TRIBUNAL DO JÚRI. PARANOA RECEBERA, SEGUNDO A PROPOSTA, UMA VARA CÍVEL, UMA VARA DE FAMÍLIA E UMA VARA CRIMINAL. COM COMPETÊNCIA, INCLUSIVE, PARA JULGAR OS DELITOS DE TRÂNSITO E FUNCIONAS COMO TRIBUNAL DO JÚRI.

EM AMBOS OS CASOS. A ESTRUTURA INDICADA LEVA EM CONTA O FATOR POPULACIONAL, MERECENDO, CONTUDO, REGISTRAR, QUE O TRIPUNAL DE JUSTICA. DE IMEDIATO, POR FAITA DE JUIZES E DE MEIOS MATERIAIS, NÃO TERA CONDIÇÃO DE INSTALAR TODAS AS VARAS A SEREM CRIADAS. ISSO SOMENTE SERA POSSÍVEL NO ESPAÇO DE DOIS OU MAIS ANOS.

CUIDA TAMBÉM O ANTEPROJETO DE CRIAR DUAS NOVAS TURMAS CIVEIS. ELAS SÃO INDISPENSAVEIS.

JA SE ASSINALOU. NESTA EXPOSIÇÃO. O LONGO TEMPO DE TRAMITAÇÃO DOS ESTUDOS DE QUE ORIGINOU A VIGENTE LEI DE OR GANIZAÇÃO JUDICIARIA. O LENTO DESENROLAR DESSE PROCESSO FEZ COM QUE A NOVA LEI JA VIESSE A LUME DEFASADA, DESAJUSTADA DIAN TE DA REALIDADE DO MOVIMENTO DE PROCESSOS EM SEGUNDA INSTANCIA. ANOTO, A GUISA DE EXEMPLO, APOS LEVANTAMENTO ESTATÍSTICO FEITO A MEU PEDIDO, QUE, NO PRIMEIRO SEMESTRE DO CORRENTE AND FOREN SE, CADA MEMBRO DAS DUAS "TURMAS CIVEIS EXISTENTES RECEBEU. EX CLUSIVAMENTE NA QUALIDADE DE RELATOR. QUINHENTOS E VINTE E TRES PROCESSOS E QUASE OUTRO TANTO COMO REVISOR. AI NAO SE ARROLAM OS PROCESSOS DE COMPETENCIA ORIGINARIA DO TRIBUNAL. COMO MANDA DOS DE-SEGURANÇA. AÇOES RESCISORIAS. EMBARGOS INFRINGENTES. EM BARGOS DECLARATORIOS. AGRAVOS REGIMENTAIS. MATERIAS ADMINISTRA TIVAS E RECURSOS CRIMINAIS DE QUE.EM CASOS ESPECIFICOS. TEM.AS VEZES, QUE PARTICIPAR OS INTEGRANTES DAS TURMAS CIVEIS. TAL VO LUME DE TRABALHO EXCEDE A CAPACIDADE FÍSICA DOS INTEGRANTES DES TE TRIBUNAL, AINDA MAIS POR SER CRESCENTE O NUMERO DE FEITOS.

A INSTALAÇÃO DE MAIS UMA TURMA CÍVEL, CRIADA PELA LEI Mº 8.185/91, DE FORMA ALGUMA HAVERA DE CORRIGIRESSE DESEQUILIBRIO. POIS, AIM DA ASSIM, MESMO INSTALADA A NOVA TURMA, O NÚMERO DE PROCESSOS AIMDA RESTARA DESPROPORCIONAL AO NÚMERO DE DESEMBARGADORES.

MÃO SE IGNORA O MOMENTO CRÍTICO PORQUE PASSA A MAÇÃO. EM FACE DA ESCASSEZ DE RECURSOS FINANCEIROS. TODAVIA. NÃO SE PODE COLOCAR AS QUESTOES DO ACESSO DO CIDADÃO À JUSTICA SOB ESSA ÓTICA. O ESTADO NÃO PODE NEGAR AO CIDADÃO O ATEMDI MENTO MÍNIMO INDISPENSAVEL A LHE ASSEGURAR O EXERCÍCIO DE SEUS DIREITOS. O INCREMENTO POPULACIONAL. A CRESCENTE COMPLEXIDADE DAS RELAÇÕES SOCIAIS E O ANSEIO FUNDAMENTAL DO EXERCÍCIO DA CIDADANIA IMPOEM UMA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TECNICAMENTE DE ELE VADA QUALIDADE. BEM ASSIM PRONTA E CÊLERE RESPOSTA AS NECESSI DADES DO POVO.

RELEVA APONTAR QUE A AMPLIAÇÃO DA PRIMEIRA INS TANCIA CONSTITUIU FATOR ESPECIFICO DO AUMENTO DO NUMERO DE RECURSOS AO TRIBUNAL. NÃO SE PODE DEIXAR DE CONSIGNAR. AINDA. QUE O PODER JUDICIARIO TEM SIDO SISTEMATICAMENTE CRITICADO PE LA MOROSIDADE E INEFICIENCIA, MUITAS VETES DE FORMA IRRESPONSAVEL POR QUEM NÃO LHE CONHECE A FRAGIL ESTRUTURA, OUTRAS VEZES. E ATÉ MESMO, POR ALTAS AUTORIDADES DA REPUBLICA QUE, CAMUFLANDO A PROPRIA RESPONSABILIDADE NO CONTEXTO DA VIDA NACIONAL, COMO DAMENTE ATRIBUEM À MOROSIDADE DA JUSTIÇA A SUCUMBENCIA DE SUAS PROPOSTAS E DE SEUS DEVERES DESCUMPRIDOS. TODAVIA, A CAUSA MAIOR E DETERMINANTE DESSA MOROSIDADE TÃO DECANTADA, RESIDE NA EXTRA ORDINARIA DESPROPORÇÃO ENTRE O REDUZIDISSIMO NÚMERO DE JUÍZES E A SEMPRE CRESCENTE AVALANCHE DE AÇÕES JUDICIAIS QUE TEM O DE VER DE PROCESSAR E DECIDIR. NO INDECLINAVEL EMPENHO DE COMPOR OS INTERESSES EM CONFLITO. MISTER INDISPENSAVEL À PAZ SOCIAL E A SOBREVIVENCIA DAS INSTITUIÇÕES.

COM A PRESENTE PROPOSTA, ESTÁ O JUDICIARIO LOCAL A DAR O PRIMEIRO PASSO, NOS LIMITES DO QUE LHE É DADO FAZER, PARA REVERTER O QUADRO ATUAL E APARELHAR-SE PARA O ADEQUADO E DESEJADO CUMPRIMENTO DE SUAS RELEVANTISSIMAS FUNÇÕES, PELO ME NOS PARA OS PRÓXIMOS ALGUNS ANOS.

ATU MENTE, APENAS OS DESEMBARGADORES DO TRIBU NAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL, DENTRE OS DIVERSOS ORGAOS INTEGRANTES DA JUSTIÇA DA UNIÃO. CONTAM COM SOMENTE UM ASSES SOR. TODOS OS INTEGRANTES DOS DEMAIS TRIBUNAIS FEDERAIS. CON TAM COM DIVERSOS ASSESSORES. ISTO, ALEM DE REPRESENTAR VALIOSA AJUDA AOS MAGISTRADOS DAS INSTÂNCIAS REVISORAS. MINIMIZA OS CUSTOS DE CRIAÇÃO, INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE NOVOS GABINETES, EM NUMERO QUE A REAL HECESSIDADE, EFETIVAMENTE, EXIGE, POR ISSO, E PARA ATENDER À ANTIGA NECESSIDADE, SUPRINDO A INDISCUTÍ VEL FALTA EM NOSSO QUADRO, É QUE O PRO ETO CRIA MAIS UM CARGO DE ASSESSOR DE DESEMBARGADOR, ELEVANDO PARA DOIS. QUANTIDADE SABIDAMENTE AINDA INSUFICIENTE PARA O MELHOR DESEMPENHO DAS TAREFAS MULTIPLAS AFETAS A CADA GABINETE.

CONTEM, AINDA, O ANTEPROJETO, PROPOSTA DE CRIA ÇÃO DA JUSTIÇA MILITAR NA ESTRUTURA DA JUSTIÇA DO DISTRITO FE DERAL E DOS TERRITÓRIOS, COM A FINALIDADE DE JULGAR E PROCES SAR OS POLICIAIS MILITARES E OS INTEGRANTES DO CORPO DE BOMBEI ROS HILITARES DO DISTRITO FEDERAL, POR PRATICA DE CRIMES MILITARES.

JUSTIFICA-SE A MEDIDA, POR SINAL DE BAIXO CUS
TO, PELA NECESSIDADE DE, A EXEMPLO DE QUASE TODAS AS UNIDADES
FEDERATIVAS, SUBMETER OS MEMBROS DAQUELES IMPORTANTES SEGMEN
TOS SOCIAIS A UMA JURISDIÇÃO ESPECIALIZADA, EXERCIDA POR UM
JUIZ DE DIREITO E POR OFICIAIS MILITARES CONHECEDORES DA REA
LIDADE ONDE SE INSERE O EVENTUAL INFRATOR. TRATA-SE DE JULGA
MENTO MISTO, ONDE SE ALIA O RIGOR ILCNICO, PELA ATUAÇÃO DO JUIZ

AUDITOR. JUIZ DE DIREITO DA CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL JUDICIÁRIA DE BRASILIA: DOTADO DE MAIOR EXPERIÊNCIA. AO EXAME DO FATO DE MANEIRA MAIS PRECISA POR MEIO DA VIVÊNCIA DOS QUATRO MEMBROS MI LITARES DOS CONSELHOS DE JUSTIÇA. ADEMAIS, A MEDIDA CONSTITUI ANSEIO DE LONGA DATA DE TODOS AQUELES MILITARES.

CABE OBSERVAR QUE O ANTEPROJETO DE LEI INTRODUZ ADAPTAÇÕES DE OUTROS DISPOSITIVOS DA LEI Nº 8.185/91 AOS TRES

PONTOS BASICOS DA PROPOSTA. VISANDO TÃO SOMENTE SISTEMATIZAR O TEXTO E LHE DAR COERENCIA.

O ARTIGO 2º FOI ACRESCIDO DOS INCISOS II E X. PA RA INSERÇÃO DO "CONSELHO ESPECIAL" (ART. 93. XI. DA (.F.) E DA "AUDITORIA E CONSELHO DA JUSTIÇA MILITAR".

O TRIBUNAL PASSA A DIVIDIR-SE EM DUAS CAMARAS C: VEIS E UMA CRIMINAL E EM SETE TURMAS. SENDO CINCO CIVEIS E DUAS CRIMINAIS. NOS TERMOS DO \$ 1° DO ARTIGO 4°. DISPONDO O REGIMENTO INTERNO SOBRE A SUA ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIA, CONFORME ACENTUADO NO ARTIGO 9°.

DA PARA "5 2º DO ARTIGO 698 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL". CONFORME NOTA DE "RODAPÉ".

O § 2º DO ARTIGO 34. INCISO 11 DO ARTIGO 35. § 1º DO ARTIGO 44. § 1º DO ARTIGO 45. § ÚNICO DO ARTIGO 60. ARTIGO 51. ARTIGO 75 E INCISO 1 DO ARTIGO 78 SÃO OBJETOS DE PEQUENA ALTERAÇÃO, PARA COMPATIBILIZA-LOS À REDAÇÃO DO INCISO 11 DO ARTIGO 78 (CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL JUDICIARIA DE BRASILIA). JA QUE OS VOCABULOS ESPECIAL E JUDICIARIA NÃO CONSTA (M) DA REDAÇÃO DAQUELES DISPOSITIVOS. IDENTICA PROVIDÊNCIA FOI ADOTADA EM RELAÇÃO AO ARTIGO 71. MODIFICANDO A SUA REDAÇÃO.

NO \$ 2° DO ARTIGO 34 FOI INTRODUZIDA A SUBSTITUI ÇÃO DO JUIZ DA VARA DA ÎNFÂNCIA E DA JUVENTUDE. PELO JUIZ DE DI REITO SUBSTITUTO DESIGNADO.

NO ARTIGO 49 FOI ACRESCENTADO O \$ 1° DEFININDO O GOZO DE FERIAS PELOS JUÍZES DE DIREITO SUBSTITUTOS, OBSERVADA A CONVENIÊNCIA DO SERVIÇO. NOS TERMOS DO PARÁGRAFO 2° - ESTE EM SUBSTITUIÇÃO AO \$ ÚNICO - JÁ QUE, DIFERENTEMENTE DO QUE PREVIA A LEI Nº 6.750/79, PARA ESSE CASO. A ATUAL É LACUNOSA.

DE ACORDO COM OS ANEXOS. OS QUADROS DE PESSOAL EFETIVO HOJE EXISTENTES (DA SECRETARIA, DOS OFICIOS JUDICIAIS E DOS TERRITORIOS), SÃO UNIFICADOS EM UM SO QUADRO.

NESTA PROPOSTA. ASSIM COMO NA SITUAÇÃO ATUAL.

TAL COMO DEMONSTRADA, NÃO, SE COGITOU DO PESSOAL INTEGRANTE DO QUADRO/TABELA ÚNICA DE EMPREGOS. EX-CELETISTAS. HOJE ESTAVEIS E MÃO ESTÁVEIS, NOS TERMOS DO ART. 19 E 1º DO ADCT. EM NÚME RO DE 325. CONFORME ÂNEXO IV.

A EXISTENCIA DE TRES QUADROS DE PESSOAL. COM LO TAÇÕES PROPRIAS QUE NÃO SE COMUNICAM. CRIA ENTRAVES EM RELAÇÃO À LOTAÇÃO: INTERPRETAÇÃO DIFERENCIADA DA LEGISLAÇÃO VIGENTE RELACIONADA COM PESSOAL: DUAS COMISSÕES DE PROGRESSÃO E ÁSCEM SÃO FUNCIONAIS UTILIZANDO PROCEDIMENTOS E INTERPRETAÇÃO DIVER GENTES. BEM COMO A NECESSIDADE DE UTILIZAR-SE O INSTITUTO DA TRANSFERÊNCIA PARA DESLOCAR O SERVIDOR DE UM QUADRO PARA OU TRO. QUANDO ESSE PROCEDIMENTO PODERIA SER EFETIVADO MEDIANTE REMOÇÃO, SE FOREM ELES UNIFICADOS. COM A SUBSTITUIÇÃO.NO ÂNEXO II (LEI 8.185/91) DA EXPRESSÃO "SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL" POR TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL, CONFORME É APRESENTADO NO ÂNEXO DO ÂNTEPROJETO.

ESSA SOLUÇÃO TRARIA REFLEXO FAVORAVEL EM OUTRAS SITUAÇÕES DE CUNHO BUROCRÁTICO, TAIS COMO, ELABORAÇÃO DE ESCALA DE FÉRIAS, INFORMAÇÃO, PROPOSTA DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS E VANTAGENS AOS SERVIDORES, DUPLICIDADE DO EXERCÍCIO DE FUNÇÕES, ETC.

NO ARTIGO 73 FOI EXCLUÍDA A EXPRESSÃO..."E MAIS TRINTA CARGOS DE ASSISTENTE DE TAQUIGRAFO, REFERÊNCIA INICIAL NM-26", POR SER OUTRA A NOMENCLATURA, CONFORME CONSTA DO ÂNEXO. FOI SUPRIMIDO O \$ UNICO PORQUE O REGIME JURÍDICO DO SERVIDOR JA ESTA DEFINIDO NO ART. 68.

CERTO DE HAVER CUMPRIDO O HONROSO ENCARGO, RENO VO A VOSSA EXCELÊNCIA PROTESTOS DE ALTO APREÇO E ESPECIAL COM SIDERAÇÃO.

BRASILIA-DF.. EM DE DE 1991.

Recuerate Oretuno ...

ABEZO I

OUADRO DA, RAGISTRATIRA DO DISTRITO FEDERAL

SITUAÇÃO	A T U A, L	SITUAÇÃO N	O Y A
DE NO PIRAÇÃO	NO DE CARGOS	DEROPIERCIO	Nº DE CARBOS
ESEMBARGADOR	2.3	DESEMBARGADOR	31
UIZ DE DIREITO	104	JUIZ DE DIREITO	118
UIT SUBSTITUTO	8 5	JUIZ SUBSTITUTO	95
UIZ DE PAZ	15.	JUIZ DE PAZ	15

RIBURAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS GRUPO DE DIREGRE E ASSESSORAMENTO SUPERIORES

	TUAÇIO	II NOT EL MAS EMA			
	SECRETARIA TJDF	OFÍCIOS JUDICIAIS/OF	OFÍCIOS JUDICIAIS TERRITÓRIOS	DEHORIBAÇÃO	B DE CAPEOS
DENORINAÇÃO	ED DE CARBOS	RE DE CARROS	NO DE CARGOS	77.7.7.7.7	
IRETOR DE SECRETA-	0.5	104	0 9	- DIRETOR DE SECRETARIA	132
ONTADOR - PARTIDOR - DIS		0.4	0.7	CORTADOR-PARTIDOR-DIS- TRIBULOOR	13
SSESSOR DE DESEMBARGADOR	23			ASSESSOR DE DESERBARGADOR	62
EPOSITÁRIO-PÚBLICO		0.7	0.8	DEPOSITÁRIO-PÓBLICO	17

Caixa: 110 PL Nº 2211/1991 68

ARCRO 111
SERVIÇOS AUXILIARES DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

		SITUAÇ	1-0 A T	VAL			SITUAÇÃO PROPOSTA
	c 60 1 4 0	SECRETARIA TJDF	OFÍCIOS JUDICIAIS - OF	OFFCIOS TERRI	JUDICIAIS I ÓR I OS	TOTAL	TRIBUNAL DE JUSTIÇA, DE E TERRITÓRIOS
CATEGORIAS FUNCIONAIS	1	BS DE CARSOS	Mª DE CARGOS	ANAPÁ NB DE CARGOS	ARAPÁ RORATRA MB DE CARGOS BB DE CARGOS		m? DE CARGOS
TÉCHICO JUDICIÁRIO	110F-AJ-021 10F-AJ-021 "11F-AJ-021	130	292	15	08	445	473
OFICIAL DE JUSTIÇA -AVALIADOR	TJDF-AJ-025 JOF-AJ-025 JTF-AJ-025		299	16	07	324	350
TAQUÍGRAFO JUDICIÁRIO	1JOF-AJ-023	20				20	27
AUXILIAR JUDICIÁRIO	1JOF-AJ-022 JOF-AJ-022 JTF-AJ-022	- 245	594	59	28	925	153
ATENDENTE JUDICIÁRIO	1J0F-AJ-024 J0F-AJ-024 J1F-AJ-024	130	249	34	14	427	-55
INSPETOR DE SEGURANÇA JUDICIÂRIA	1JDF-AJ-027	30				٥٤	
AGENTE DE SEGURANÇA JUDICIÁRIA	1JOF-AJ-026 JDF-AJ-026	86	36			122	.,.
ASSISTENTE TAQUÍGRAFO JUDICIÁRIO	1JOF-AJ-028	30	•••			13	
MÉDICO	1 JDF -85-901	04	03			27	· ·
000a tốt 060 ·	1JOF-NS-909 JOF-NS-909	03	01			241	4.
ASSISTENTE SOCIAL	TJOF-85-930	02	13			15	.:

SERVIÇO DE RECURSOS MUNANOS - DENONSTRATIVO DE QUADROS

CETE AMERO CONSOLIDA OS DADOS PERTINENTES AOS DEMONSTRATIVOS Nº 5 01. 02. 03 e 04

A ME X O . I I I I SERVIÇOS AUXILIARES DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

	3	I T U A G	1-0 A T 8	A L			PROPOSTA			
		SECRETARIA TJOF	OFÍCIOS JUDICIAIS - DF	offcios .	SUDICIAIS ORIOS	TOTAL	TRIBURAL DE JUSTIÇA/DE E TERRITORIOS			
CATEGORIAS FURCIONAIS	c60100		MS DE CARGOS	ANAPÁ	RORAINA RO DE CARGOS	10120	M4 DE CARGOS			
			05			0.5	05			
STUDE	1JDF-MS-907	-7				0.2	÷2			
Hariotecanio	TJOF-NS-932	01	01			0.8	38			
CONTADOR	TJDF-MS-924	08				15	16			
ADMINISTRADOR	TJDF-#5-923	15		1391	5	01	¢:			
ENGENHEIRO	TJDF-MS-916	01				02	32			
ARQUITETO	TJOF-#S-917	0.2				11	11			
TÉCRICO DE CONTABILIDADE	TJOF-#1-1042	10	01			0.2	ú2			
DESEMHISTA	TJOF-#1-1014	02				52	52			
TELEFONISTA	TJOF-MA-1044	4.8	04							
AGENTE DE TEL. E ELETRICIDADE	TJDF-NA-1027	44				06	36			
AGENTE CINEFOTOG. E NICROFILMAGEN	TJOF-#1-1033	06				39				
	TJDF-MA-1006	33	0.6			La Carre				
AUX. OP. DE SERVIÇOS DIVERSOS	TJOF-#1-1001	04	0.2			36				
AUXILIAR DE ENFERNAGEN	TJDF-PRO-1601	01		••		31	### ###			
AMALISTA DE SISTEMA	TJDF-PRO-160					1 32				
PROGRAMADOR	100	1				34				
OPERADOR DE COMPUTAÇÃO	1JOF-PRO-160	7				06				
PERFURADOR DIGITADOR ARTÍFICE DE MECÂNICA-	TJOF-PRO-160	1				0.5	35			

SERVIÇO DE RECURSOS MUNABOS - DEMONSTRATIVO DE GUADNOS

ABERO III SERVIÇOS AUXILIARES DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

CATEBORIAS FURCIONAIS	cópiao	SECRETARIA TJDF	OFÍCIOS JUDICIAIS - OF	OFFCIOS TERRIT	JUDICLAIS GRIOS		TRIBURAL DE JUSTIÇA O					
		BO DE CARGOS	BE DE CARGOS	BO DE CARGOS	RORATRA Nº DE CARGOS	TOTAL	BP DE CARGOS					
RTÍFICE DE ELETRICIDADE E COMU-												
RTÍFICE DE CARPINTARIA E MARCE-	TJDF-ART-703	09				09	39					
ARIA	TJDF-ART-704	07				07	67					
ATTIFICE DE ARTES GRÁFICAS	TJDF-ART-706	15				15	.5					
RYENTE		έo				03						
		1										

PERRICO DE PECABOR - SORVER SACERAJIAS DE SAVENDE

CARBOS L	£1		0 . 0 4 0 OUL 33	/74 IC1215 ORIOS	111		S. 83		133	1416	OF JUD TERRIT	CIAIS			7.884 OF JUDIO	TAIS-	=	2	8.185 0: ADIO 1588;*CF	:4:5		. 18833	
CARROS	SECRETARIA	or JUDICIAIS	TEARIT	ROPAINA	SECRETARIA	or JUDICIAIS	AKAPÁ	RORAIRA	SECRETARIA	Of JUDICI	ANAPA	RORAINA	SECRETARIA	OF JUDICIAIS	Javar	RCRAIRA	NCALIBA	1007 10	low	TAL THE	ICIAL	1014. 6	
							7,10	100		0	622						30	133			422		
CHICO JUDICIÁRIO - *	58	••			42		22	13	56									.11	**		. > 5		
. LE JUST. AVALIADOR		••		••		73	18	09		56	**		1014-10				10		**		22	į.	
CUÍGRASO JUDICIÁRIO	07	••			03	••	••				••	••			i i c						10	F:	
P. SEGURANÇA JUDICIÁRIA	•••		••	••				7.7					30	•	5.7		5500	228			£ • 3	1	
ALLIAR JUDICIÁRIO	13			**	218	168	59	32		112		••	***	**			30				30		
SIST. TAQ. JUDICIÁRIO	••	••					••			•••		••				••	28	78			: '5	•	
EBDENIE JUDICIÁRIO	28				74	78	36	18		56		**		**	S						122	Ĉ.	
. SEGURRICA JUDICIÁRIA		**			86	36	••					••		•		••	1				27	ï	
0100 - •	••				01	01					100	••	-	•••							. 63	•	
00#16L0G0 - #					01	01	••				••	••		••							. 15	į.	
SSISTERIE SOCIAL					02	13	••	••		***		**					1					2	
SICÓLOGO			-			05	••			•••				••		••					. 62		
IBLIOTECÁRIO - *			-		01	01				***	••			••	••	••					* :e	*2	
	-		_		07					•••		••		**		••					,i 15		
- ROGATHOO					15			••			•••	••			111	v 3		•••		- 57	122		
RODARIZIMIROA		••			01			**		***		••		•				•		-	31	1	
ERGERNE IRO		•	-		- >:									••				•••			61	•	
ARQUITETO				• ••					1					-		••		***	••		! 11		
IÉC. DE CONTABILIDADE - *		••	•	• ••	1 .0		-									••			•		, c:		
DESERNISTA - *	01					***								-							: 57	i	
TELEFORISTA - *	43	04	O 5.5					***								••						1	
AG. TEL. E ELETRICIDADE .					1,3			••						-					-			. !	
AG. CIMEF. RICHOFILMAGER	0	٠					••	••													3	3	
AUX. OP. SERV. DIVERSOS .					2	- 08		••	-		•		1		284 F.5070						41/30/2		_

SERVIÇO DE RECUISOS MUNANOS - DEMONSTRATIVOS - QUAD.

(*) VIDE QUADRO DEMONSTRATIVO - TRANSFORMAÇÃO E TRANSPOSIÇÃO DE CARGOS REFERENTE AO ATO 221/73), en anexo -

PL Nº 2211/1991

12																						
CHINGAD DE	-	11 1	1 0.04	0/76		LEI	81 6.83	1/60		181	18 7.5	27/86	ı	1:1	1 7.8	14/90	T	111	1 1.	15/5:	-	
1.	=	JUDICIAIS	OF JUD].;	JUDICIAIS	OF JUD! TERRITO	RIOS	VI.	JUDICIAIS	OF JU TERRI	CICIAIS TÓRIOS	1	JUDICIAIS	CF .	RITORIOS		=	CF J.	.:::::::::::::::::::::::::::::::::::::		4
CONTROLE DE	810811114	סתר שס	ARAPA	RORLINA		Of JUDICIA	Yerny	ROPAINA	SECRETARIA	1005 40	ARRA	RORAINA	BECRETARIA	or Judic	Уакна	RORLINA	SECRETARIA	or Judic	Falar	CALIFA	1613.	10.0
AUXILIER DE ENFERNAGEN					04	02										 	ļ					\exists
ABALISTA DE SISTEMA					01	01										;-	!				•	
PROGRAMADOR					02	••					••				••			••			ī.	
OPERADOR DE COMPUTAÇÃO					04	••					*-				••							
PERFURADOR DIGITADOR	(***)	••	**		06		••			••											:	
ART. DE MECÂBICA - *		•		***	04									••	••		•-				0:	
ART. DE ELET/COMUNICAÇÃO .					06									••	••	-		••		!	cs	
ART. DE CARP. MARCEBARIA .	••	••	••		05		••	**		••	••				••	-		••			(7	
ART. DE ARTES GRÁFICAS			••		15	••	••			•••	••	-		••	••		••			:	ï;	
SERVEBTE	••	••,	•			••		••		••			••	••	••	٠٠,	03	••	•		: .	,
																						,
						_ '														-		

SERVIÇO DE RECURSOS HURANOS - DERONSTRATIVOS DE QUADROS

CONTROLE DE CARGOS

DEROBSTRATIVO B. 02

REDS CRIADOS R TRABSFORRAÇÃO TRABSPOSIÇÃO	SECRETARIA	OFICIOS JUDICIAIS	1 0 T A L	
force	03		03	
DO#101.060	01		0.1	
ONTADOR	01		0.1	
ÉCNICO DE CONTABILIDADE		01	01	
ESENHISTA	01		01	
ELEFONISTA	05		05	
GENTE DE TEL. E ELETRICIDADE	01		01	
GENTE DE CINEF. E NICROFIL RAGEN	03	\	03	
MUX. OPERACIONAL DE SERV. DIV.	03		0.3	
ARTÍFICE DE MECÂNICA	01	**	01	
1	03		03	
ARTÍFICE DE CLET. E COMUNICAÇÕES	02		02.	
BIBLIOTECÁRIO	01		01	
BIBLIOICEARIO				

SERVIÇO DE RECURSOS MUMANOS" - DEMONSTRATIVO DE QUADRO

PL N° 2211/1991

DEMONSTRATIVO ME 03

CONTROLE DE CARGOS	1 E A A : 1 Ó A : 0 S					TOTAL	TOTAL TOTAL		03 JUDIO	GF10103 JUDICIAIS		
REDISTRIBUIÇÃO	ROBAIRA					REDISTRI-	TERRITÓRIOS	£2187£2	REDISTRI-	TOTAL	TERRITOS: SS	
	EXISTEN TES	REDISTRI BUIDOS		EXISTES- TES	REDISTRI- BUIDES	TOTAL REMARES- CENTE	Bufoos		1	80100s	(B)	TOTAL CERAL
IÉCRICO JUDICIÁRIO	13	03	08	22	07	15	12	23	280	12	292	3:5
GF. JUST. AVALIADOR	09	02	07	1/8		18	02	25	297	02	299	12.
AUXILIAR JUDICIÁRIO	32	04	28	50		59	04	87	594	0.	598	6.85
ATENDENTE JUDICIÁRIO	18	04	14	36	02	34	06	50	249	06	255	365
											- 1	

SERVIÇO DE BECURSOS MURABOS - DERCESTRATIVO DE QUADROS REDISTRIBUIÇÃO DE CARGOS

COPINGFE DE CVENTE

DERGESTRATIVO RE 04

CONTROLE DE CAPGOS	SOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	BECRETARIA	1:
DD0#101060	0;	6.1	c .
SERVIÇOS DIVERSOS	0.3	0 3	6.2
AUXILIAR JUDICIÁRIO	6 1	0 1	c :
BESERVAÇÃO: REDISTRIBUIÇÃO DE CARGOS DE QUE TRATA A PORTARIA GP 80 273. DE 26.06.91. DJ DE 03.07.91.			

REGISCRIMENTO DE URGENCIA

Senhor Presidente,

Requeremos, com fundamento no artigo 155, do Regimento Interno, a adoção do regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 2211, de 1991, que "Altera a lei 8185, de 14 de maio de 1991, que dispõe sobre Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios, e Cria a Auditoria Militar do Distrito Federal".

Sala das Sessões,

PARTO P DA COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO POBLICO I - RELATIVIO

Cela Mensagem nº 1. de 1991, agora Projeto de Lei nº 2211, de 1991, nesta Casa, o egregio Tribunal de Justica do Distrito l'ederal propõe alterações na Lei nº 0.185, de 14 de maio de 1991, com o objetivo de modificar a atual Organização Judiciaria do Distrito Federal e dos Territorios.

A proposta alberga, em sintese, a criação das Circuntatições Sudiciárias de Samambaia e do Paranoa, de mais duas furmo. Civers, da Auditoria e Conselho de Justica Militar e dos cargos propectivos.

Na Exposição de Motivos, justifica-se a proposta para "adequar a Organização Judiciaria às profundas alterações ocorridas no instrito federal nos ultinos cinco anos, de tal maneira empressiva que tornaram insuficientes e superada a Organização atual". Assinala-se que a ultima modificação consumiu quase cinco anos un estudos e tramitação legislativa, das decorrendo suo inscenuação ao maistro atual.

Ememplifica-se com a situação da Cidade Satélite de Samambara, cuja população ja ultraparsa 200.000 habitanter: também o Paranoa, que conta con população estimada em 80.000 ha bitantes, fator que foi levado em conta para formulação da proposta e que busca oferecer, no campo da prestação jurisdicioestrutura minima para que o Poder Judiciario não se coloque em poricac de omissão perante o novo desenho populacio nal identificado por aquelas conunidades.

Realca a Euposicio de Motivos, ainda, que a implantação das Varas que us prosõs crias, usvera acompanhas o implementação dos recursos humanos necessarios - juizes e pessoal da infra-estrutura - e os materias, o que devera ocorrer num prazo estimado de dois anos.

No que se errete a criação de Junt anya " ir" -Civers, o volume estatístico atual de tertos da ultrapassa de muito até mesmo a capacidade física dos integrantes do Tribunal, anotando-se cifea de cerca de Cel proceso e apenas la promeiro semestre deste ano, exclusivamente na qualidde ce Kelator c, por con equincia processual, sutres tantes . Saw Revisor, sera cada um. al não arrolando os proces- a de campetência oria nária do Tribupal, como Mandados de Segurano . Acar. Pristarias. Embargos infringentes, imboruos pecta atorios. Agraci: Regimentar, materias administrativo e encyclos continue que, em casos especificos, têm, as vezes, que participar os integrantes day formas Divers.

i o Relatorio.

II - VOTO DO RELATOR

U crescimento populacional do Distrito Federal é um fato que ja ultrasa sea suas frenteiras, transformando núcleos populacionais em assentamentos de tal dimensão que vêm a constituires en cidades entélités. Duzentos el já se contan na Samambara: outros 36 mil. his evolução da " evação" to Pertnon para Regian Administrativa. I ve essas pel·lações femantam servicos de educação, saúde, transportes, segurane» pública, a descentralização da Organização Judiciaria dos atender a uma previsão necessário, suprindo a pretendão de le levar a Justica mais promima da população, um dado relevante, ao qual se deveriam juntar, também com brevidade, de custos sodicos da Justica barata.

Somos, assim, pela aprovação co projeto de Lei ng 2211, de 1991, quanto ao merito, como de competencia desta Comissão.

Sala da Comiscão, em

de : 005

Deputado A Jousto D.

ficlator

TIL - PAPECER DA COMISSÃO

A Comissão de Trabalho, de Administração e Servi ço Público, er reunião ordinária realizada hoje opinou, unanimemorite, pela APROVAÇÃO DO Projeto de Lei nº 1.211/91, nos ter mos do parecer do relator.

Estiveram presentes os seguintes senhores Coputa dos: Amaury Müller - Presidente, Carlos Alberto Campista, Ca bes Riberro, Carre P sende - Vice-President ... " - No Stives ra, Beraldo Boaventura, Chico Vigilante, Maria Laura, Paim, Jair Bolsonaro, Mendes Botelho, Célio de Castro, Augusto Carvalho, Aldo Rebelo, Paulo Rocha, Antônio dos Santos, Wilson Campos, Edésio Passos, Ernesto Gradella, José Lourenço e Jandi ra Feghali.

Sala da Comissão, em 05 de dezembro de 1991.

Deputado AMAURI MELLER Presidente

Deputado AUGUSTO CARVALHO Relator

PARECER DO RELATOR DESIGNADO PELA MESA EM SUBSTITUIÇÃO à COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

I- RELATÓRIO

O projeto de lei, de autoria do Senhor Presidente do Tribunal de Justica do Distrito Federal e dos Territórios, altera vários dispostivos da Lei nº 8.185, de 14 de maio de 1991, que dispõe sobre a organização judiciária do Distrito Federal e, simultaneamente, cria a Auditoria Militar do Distrito Federal.

A matéria veio a esta Comissão para exame da compatibilidade ou adequação financeira e orçamentária públicas e sob este aspecto devem ser ressaltados os dispositivos contidos nos arts. 19 (quando altera o art. 49 da mencionada Lei), 80 e 90 qua dispõem sobre criação de cargos e respectiva execução orçamentária.

De acordo com o projeto são criados B(oito) cargos de Desembargador, 14(quatorze) de Juiz de Direito, 10(dez) de Juiz Substituto, 57(cinquenta e sete) no Grupo de Direção e Assessoramento Superiores e 204(duzentos e quatro) na tabela de serviços auxiliares do quadro de pessoal permanente do Tribunal de Justica do Distrito Federal e dos Territórios.

Diz ainda o projeto que as despesas decorrentes da execução da lei correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas em favor do mencionado Tribunal, ou de outras para esse fim destinadas.

é o relatório.

T- VOTO DO RELATOR

O parágrafo único do art. 169 da Constituição Federal estabelece que a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreiras, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, só poderá ser feita se houver:

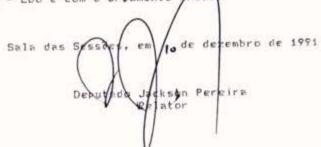
 I - prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias - LOO.

A proposta do Poder Executivo para o orçamento a vigorar no exercício de 1992, em votação no Congresso Nacional, inclui dotações para aquele Tribunal suficientes para atender às despesas decorrentes da aprovação do presente projeto de lei.

Dart. 29, 5 12, da Lei nº 8.211, de 22 de julho de 1991 - LDD, determina que a inclusão de dotações para atender despesas, no Poder Judiciário, com a criação de cargos e funções decorrentes de novas atribuições constitucionais, fica limitada ao valor correspondente à redução de despesas com pessoal e encargos sociais a ser realizada em cumprimento ao disposto no art. 11 da mesma Lei. A leitura do art. 11 nos conduz, contudo, á conclusão que os limites ali estabelecidos não se aplicam às despesas com pessoal e encargos sociais.

Voto, portanto, pela compatibilidade ou adequação do Projeto de Lei nº 2.211, de 1991, com o Plano Plurianda, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LOO e com o Orçamento Shual



PARECER DO RELATOR DESIGNADO PELA MESA EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

I-RELATORIO

O Desembargador-Presidente do Tribunal de Justica do Distrito Federal e Territórios encaminhou à aprecia ção parlamentar este projeto que altera a organização judiciária daquela Justica. Em síntese, a proposição cria oito cargos de Desembargador, que irão compor duas novas Turmas (uma Criminal e outra Cível) e treze cargos de Juiz de Direito e dez cargos de Juiz de Direito Substituto para atenderem às Circunscrições,ora criadas, de Samambaia e do Para noá. Outrossim, são criados os cargos administrativos neces

sários e compatíveis com essa nova situação além de serem criados vários outros cargos que objetivam suprir deficiências apontadas pela atual estrutura administrativa.

O projeto institui, ainda, a Auditoria Militar do Distrito Federal apresentando a seguinte peculiaridade; não se cria uma nova estrutura, a exemplo do que ocorre em outras unidades da Federação. Haverã apenas uma Vara, especializada, encarregada de julgar os crimes praticados por policiais militares e bombeiros militares do Distrito Federal.

É o relatório.

TI- VOTO DO RELATOR

Estão atendidas, com a ressalva adiante enunciada, as preliminares de admissibilidade previstas na Constituição: matéria da competência legislativa da União e da atribuição do Congresso Nacional (art. 125, § 30, c/c art. 48), de iniciativa exclusiva (art. 96) e a ser regulada por lei ordinária (art. 59, inciso III).

Faço ressalva apenas quanto ao teor do inciso II do art. 67, da Lei nº 8.185, de 14 de maio de 1991, que o art. 2º do projeto oferece nova redação. Diz o citado dispositivo que o pessoal dos serviços auxiliares da Justiça é classifica do em:

" II- serventuários sob regime especial, não remunerados pelos cofres públicos, a saber:

- A) Oficiais de Notas;
- B) Oficiais de Protesto;
- C) Oficiais de Registro Público;
- D) Empregados de Ofícios Extrajudiciais do Distrito Federal;
- E) Empregados de Ofícios Extrajudiciais dos Territórios".

Ainda recentemente, ao relatar o P.L. 4.573-A/89, oriundo do Senado Federal, tive ocasião de estudar detidamente o tema. O art. 236 da Constituição privatizou as atividades no tariais e de registro. Não há pois, como se permitir que a Leide Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios venha a disciplinar a matéria, que passou a ser exclusivamente da alçada federal. Assim, para fazer cumprir o texto desse dispositivo constitucional, ofereço Emenda a esse citado artigo do projeto.

Quanto à técnica legislativa utilizada, nada a opor.

Relativamente ao mérito, entendo que a proposição é oportuna e conveniente, merecendo ser aprovada.

A agilização da prestação jurisdicional, mormente nos dias atuais, é meta prioritária a ser alcançada. A demora nessa prestação, sobretudo nas áreas menos favorecidas pela fortuna, tem sido motivo de crescentes críticas. Creio que este projeto busca, adequadamente, superar parte desse proble-

Vale salientar, ainda, que a criação da Justiça Militar, no âmbito de cada unidade federativa, é matéria prevista no art. 125, § 30, da Carta Política:

" § 30 A lei estadual poderá criar, mediante proposta do Tribunal de Justiça, a Justiça Militar estadual, constituída, em primeiro grau, pelos Conselhos de Justiça e, em segundo, pelo própria Tribunal de Justiça, ou por Tribunal de Justiça Militar nos Estados em que o efetivo da polícia militar seja superior a vinte mil integrantes".

Nao se trata, como poderia parecer a quem examinasse a questão superficialmente, de se restaurar qualquer procedimento arbitrário ou que relembrasse períodos de ditadura.
A Justiça Militar, no caso presente, destina-se a processar e

julgar policiais militares e bombeiros militares, do Distrito Federal, em infrações que lhe sejam típicas.

piante do exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mexito, pela aprovação (com uma Emenda) deste P.V. 2.211/91.

At

Sala de Reuniões, em/10 12

DEPUTADO MENATO VIANNA

EMENDA AO P.L. 2.211/91

Dē-se ao texto proposto para constituir o art. 67 da Lei nº 8.185, de 14.5.91, constante do art. 1º do projeto, a seguinte redação:

" Art. 67. O pessoal dos serviços auxiliares da Justiça é constituído pelos funcio nários do Quadro da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios".

Sala de Reuniões, em 10.12.91

DEPUTADO RENATO VIAN

Aprovadas essa unenda de Comossas de Comos



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 2.211-B,DE 1991

(Do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios)

MENSAGEM Nº 1/91

Altera a Lei nº 8.185, de 14 de maio de 1991, que dispõe sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios e cria a Auditoria Militar do Distrito Federal; tendo parecer, da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pe 1a aprovação; e dos Relatores designados pela Mesa em substituição às Comissões: de Finanças e Tributação, pela adequação financeira; e, de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com emenda.

(PROJETO DE LEI Nº 2.211-A, de 1991, a que se referem os pareceres).

O PRESIDENTE DA REPOBLICA

FACO SABER QUE O CONGRESSO NACIONAL

ART. 1° - OS ARTIGOS 2°; 4° E PARAGRAFO

1°; 18. COM O ACRESCIMO DOS INCISOS IX E X E

SEU PARAGRAFO 2°; 25. INCISOS V E VI; 34. PARAGRAFOS

2°, 4° E 5°; 35. INCISO II E PARAGRAFO 4°; 44. PARA

GRAFO 1°; 45 E PARAGRAFOS 1° E 2°; 49. COM O ACRES

CIMO DE UM PARAGRAFO 1° E RENUMERAÇÃO DE SEU PARA

GRAFO UNICO PARA PARAGRAFO 2°; 60. PARAGRAFO UNICO;

31. CAPUT; 67; 71; 75 E 78. INCISO I. DA LEI N° 8.185.

DE 14 DE MAIO DE 1991. PASSAM A VIGORAR COM A SE

GUINTE REDAÇÃO:

"ART. 2" - COMPÕEM A JUSTICA DO DISTRI TO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS:

1 .- O TRIBUNAL DE JUSTIÇA:

11 - O CONSELHO ESPECIAL:

111 - O CONSELHO DE MAGISTRATURA;

IV - OS TRIBUNAIS DO JURI:

V - OS JUIZES DE DIREITO DO DISTRITO FEDERAL; V1 - OS JUIZES DE DIREITO SUBSTITUTOS DO DISTRITO FEDERAL:

VIII - OS JUIZES DE DIREITO DOS TERRITORIOS: VIII - OS JUIZES DE PAZ DO DISTRITO FEDERAL:

IX - OS JUIZES DE PAZ DOS TERRITORIOS: X. - AUDITORIA E CONSELHO DE JUSTIÇA MI

ART. 4º - O TRIBUNAL DE JUSTIÇA, COM SE DE NO DISTRITO FEDERAL, COMPÕE-SE DE TRINTA E UM DE SEMBARGADORES E EXERCE SUA JURISDIÇÃO NO DISTRITO FE DERAL E NOS TERRITÓRIOS.

\$ 1° - O TRIBUNAL DIVIDE-SE EM DUAS CAMA RAS CIVEIS E UMA CRIMÎNAL E EM SETE TURMAS, SENDO CIN CO CIVEIS E DUAS CRIMINAIS.

SECAO 11

DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO ESPECIAL. DAS CAMARAS E DAS TURMAS

ART. 9º - O REGIMENTO INTERNO DO TRIBU HAL DISPORA SOBRE A ORGANIZAÇÃO. COMPETÊNCIA E FUNCIO NAMENTO DO TRIBUNAL PLENO. DO CONSELHO ESPECIAL. DAS CAMARAS E DAS TURHAS. OBSERVADAS AS RESPECTIVAS ESPE CIALIZAÇÕES E O DISPOSTO NA LEI ORGÂNICA DA MAGISTRA TURA NACIONAL.

ART. 18 - A JUSTIÇA DE PRIMEIRO GRAU DO DISTRITO FEDERAL COMPREENDE:

......

- IX CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE SAMAM BAIA:
 - A) TRES VARAS CIVEIS:
 - B) TRES VARAS DE FAMILIA. ORFÃOS E SUCES
 - C) TRES VARAS CRIMINAIS E DOS DELITOS DE TRANSITO:
 - D) UM TRIBUNAL DO JURI:
 - X CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE PARANOA:
 - A) UNA VARA CIVEL!
 - B) UMA VARA DE FAMILIA. ORFÃOS E SUCESSCES:
 - RI E DOS DELITOS DE TRANSITO.
- \$ 21 AS AREAS DE JURISDIÇÃO DAS CIRCUNS CRIÇÕES DE BRASILIA, TAGUATINGA, GAMA, SOBRADINO, PLA HALTINA, BRAZLÂNDIA, CEILÂNDIA, SAMAMBAIA E PARANDI CORRESPONDEM AS DAS RESPECTIVAS REGIOES ADMINISTRATI VAS DO DISTRITO FEDERAL, COMPREENDENDO-SE AS DO NÚCLEO BANDEIRANTE, GUARA E CRUZEIRO NA CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL JUDICIÁRIA DE BRASILIA.

............

ART. 25 - AO JUIZ DA VARA DE EXECUÇÕES CRIMINAIS COMPETE:

- V EXPEDIR AS NORMAS DE QUE TRATA O § 2º DO ARTIGO 698 DO CODIGO DE PROCESSO PENAL.
- VI PROSSEGUIR A EXECUÇÃO DE MEDIDAS DE TRATAMENTO IMPOSTAS PELO JUIZ DA VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE. DESDE QUE O INFRATOR TENHA COMPLETADO DEZOITO ANOS.
- ART. 34 O JUIZ DE DIREITO, EM SUAS FALTAS E IMPEDIMENTOS OCASIONAIS. É SUBSTITUÍDO PELO DA VARA DA MESMA COMPETÊNCIA E DE NUMERAÇÃO IMEDIATAMENTE SUPERIOR.

- \$ 2' 0 Juiz da Vara de úrfãos e Sucssides sera substituído pelo da 1' Vara de Família; o da Vara de Execuções Criminais, pelo da 1' Vara Criminal da Circunscrição Especial Judiciária de Brasilia; o da Vara de Registros Públicos e Precatórias e o da de Famílias e Concordatas da Circunscrição Especial Judiciária de Brasilia substituem-se mutuamen te; o da Vara de Acidentes do Trabalho, pelo da 1' Vara Civel da Circunscrição Especial Judiciária de Brasilia e o Juiz da Vara da Infância e da Juventude, pelo Juiz de Direito Substituto designado.
- \$ 4° OS JUÍZES DO TRIBUNAL DO JÚRI E *DELITOS DE TRÂNSITO DO GAMA E DE SAMAMBAIA SERÃO SUBS *TITUÍDOS PELOS DAS 1ºS VARAS CRIMINAIS DO GAMA E SA MAMBAIA, RESPECTIVAMENTE:

4.............

\$ 5" - O JUIZ DA VARA CRIMINAL DE SOBRA DINHO SERA SUBSTITUIDO PELO DA 1" VARA CIVEL: OS JUI ZES DAS VARAS CIVEL E DE FAMILIA DE PARANDA SUBSTI TUEM-SE MUTUAMENTE: O JUIZ DA VARA CRIMINAL. DO TRI BUNAL DO JURI E DOS DELITOS DE TRANSITO DE PARANDA SERA SUBSTITUIDO PELO JUIZ DA VARA CIVEL DA MESMA (IR CUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA:

ART. 35 - COMPETE AOS JUÍZES DE DIREITO SUBS

11 - EFETUAR A DISTRIBUIÇÃO DOS FEITOS ÀS VARAS DE COMPETÊNCIA EM TODO O DISTRITO FEDERAL E NA CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL JUDICIÁRIA DE BRASILIA E AO TRIBUNAL DO JURI MESTA SEDIADO.

\$ 4° - A DISTRIBUIÇÃO DOS FEITOS ÀS VARAS DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE TAGUATINGA, GAMA, SOBRADINHO, PLANALTINA, CEILÂNDIA, SAMAMBAIA E PARANDA SERÁ EFETUADA PELO RESPECTIVO DIRETOR DO FORO.

ART. 44 -

\$ 1° - OS CARGOS DE JUIZ DE DIREITO DA CIRCUNS CRIÇÃO ESPECIAL JUDICIÁRIA DE BRASILIA SERÃO PROVIDOS POR REMOÇÃO DOS JUÍZES DE DIREITO DAS DEMAIS CIRCUNSCRIÇÕES DO DISTRITO FEDERAL OU PROMOÇÃO DE JUIZ SUBSTITUTO. CASO RE MANESÇA VAGA NÃO PROVIDA POR REMOÇÃO.

ART. 45 - O PROVIMENTO DOS CARGOS DE DESEMBAR GADORES FAR-SE-A POR PROMOÇÃO DE JUÍZES DE DIREITO DO DISTRITO FEDERAL POR ANTIGUIDADE E MERECIMENTO. ALTERNADAMEN TE. RESERVADO UM QUINTO DE LUGARES QUE SERÁ PREENCHIDO POR MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITORIOS E ADVOGADOS EM EFETIVO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO.

- \$ 1" TRATANDO-SE DE PROMOÇÃO POR ANTIGÜIDA

 DE. A ELA CONCORRERÃO OS JUÍZES DE DIREITO DA CIRCUNSCRI

 ÇÃO ESPECIAL JUDICIÁRIA DE BRASILIA. NO CASO DE MERECIMEN

 TO. A LISTA TRIPLICE COMPOR-SE-A DE NOMES ESCOLHIDOS DEN

 TRE TODOS OS JUÍZES. OBSERVADO O DISPOSTO NAS ALINEAS "B"

 E "C". DO INCISO II. DO ARTIGO 93. DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.
- \$ 2° OS LUGARES RESERVADOS A MEMBROS DO MI NISTERIO PUBLICO OU DA ONDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SE RÃO PREENCHIDOS DENTRE AQUELES DE NOTORIO SABER JURÍDICO E DE REPUTAÇÃO ILIBADA. COM MAIS DE DEZ ANOS DE EFETIVA ATIVIDADE PROFISSIONAL. INDICADOS EM LISTA SEXTUPLA PELOS ORGAOS DE REPRESENTAÇÃO DAS RESPECTIVAS CLASSES.

APLICA G HAIR A SEPTEMBLE DESTE ARTIGO, OBSERVADA A CONVENIENCE DE PARAGRAFO SEGUINTE.

\$ 2' -

ART. 60 -

PARAGRAFO ÚNICO - A DISTRIBUIÇÃO DA CIRCUNSCRI ÇÃO ESPECIAL JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA SERÁ PRESIDIDA POR JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DESIGNADO POR ATO DO PRESIDEN TE DO TRIBUNAL! NAS CIRCUNSCRIÇÕES DO DISTRITO FEDERAL E NOS TERRITORIOS. QUANDO HOUVER MAIS DE UMA VARA. INCUMBIRA AO DIRETOR DO FORO.

ART. 61 - NA CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL JUDICIA RIA DE BRASILIA HAVERA UM SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO DE MAN DADOS. AO DUAL COMPETE:

ART. 67 - O PESSOAL DOS SERVIÇOS AUXILIARES DA JUSTIÇA É CLASSIFICADO EM:

- I FUNCIONARIOS DO QUADRO DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS:
- 11 SERVENTUÁRIOS SOB REGIME ESPECIAL. NÃO REMUNERADOS PELOS COFRES PÚBLICOS. A SABER:

- A) OFICIAIS DE NOTAS:
 - B) OFICIAIS DE PROTESTO:
- c) OFICIAIS DE REGISTROS PUBLICOS;
- D) EMPREGADOS DE OFICIOS EXTRAJUDICIAIS DO DISTRITO FEDERAL!
- E) EMPREGADOS DE OFICIOS EXTRAJUDICIAIS DOS TERRRITORIOS.

ART. 71 - OS CARGOS DE DIRETOR DE SECRETARIA DOS OFICIOS JUDICIAIS SERÃO PREENCHIDOS POR BACHAREIS EN DIREITO, DENTRE OS TECNICOS JUDICIARIOS COM EXERCÍCIO NE QUELES OFICIOS. RESSALVADAS AS SITUAÇÕES EXISTENTES ATE 01.03.1980.

ART. 75 - SERA CONSIDERADA ESPECIAL A CIRCUNS CRIÇÃO JUDICIARIA DE BRASILIA.

ART. 78 -

1 - CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL JUDICIARIA DE BRA

SILIA:

............ ART. 2" - A JUSTICA KILITAR DO DISTRITO FE DERAL E DOS TERRITORIOS SERA EXERCIDA:

- I PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA EM SEGUNDO GRAU:
- 11 PELO JUIZ AUDITOR E PELOS CONSELHOS DE JUSTICA:
- \$ 1" COMPETEM A JUSTILA HILLIAM PHOCESSO E O JULGAMENTO DOS CRIMES MILITARES, DEFINIDOS EM LEI, PRA TICADOS POR OFICIAIS E PRAÇAS DA POLÍCIA HILITAR DO DIS TRITO FEDERAL E DO CORPO DE BOMBEIROS MILITARES DO DISTRI TO FEDERAL.
- § 2º OS FEITOS DE COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MI LITAR SERÃO PROCESSADOS E JULGADOS DE ACORDO COM O CODIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR (DECRETO-LEI Nº 1.002. DE 21 DE OUTUBRO DE 1969) E. NO QUE COUBER, RESPETTADA A COMPETEN CIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. PELA LEI DE ORGANIZAÇÃO JUDI CIARIA MILITAR (DECRETO-LEI Nº 1.003. DE 21 DE OUTUBRO DE 1969).
- ART. 3º A JUSTICA MILITAR SERA COMPOSTA DE UMA AUDITORIA E DOS CONSELHOS DE JUSTIÇA. COM SEDE EM BRA SILIA E JURISDICÃO EM TODO O DISTRITO FEDERAL.

PARAGRAFO UNICO - O CARGO DE JUIZ AUDITOR SE RA PREENCHIDO POR JUIZ DE DIREITO DA CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL JUDICIARIA DE BRASILIA, AO QUAL CABERA PRESIDIR OS CONSE LHOS DE JUSTIÇA E RELATAR TODOS OS PROCESSOS PERANTE OS MESMOS.

ART. 4º - OS CONSELHOS DE JUSTIÇA SERÃO DE DUAS

- ESPECIES: A) CONSELHO ESPECIAL DE JUSTIÇA, PARA PROCES SAR & JULGAR OS OFICIAIS;
- B) CONSELHO PERMANENTE DE JUSTICA. PARA PRO CESSAR E JULGAR OS PRAÇAS.

ART. 5" - O CONSELHO ESPECIAL DE JUSTIÇA SERA COMPOSTO POR QUATRO JUIZES HILITARES. DE PATENTE IGUAL DU SUPERIOR A DO ACUSADO. E DO JUIZ AUDITOR. NA FALTA DE OFICIAL DA ATIVA COM A PATENTE EXIGIDA. RECORRER-SE-A AOS OFICIAIS EM INATIVIDADE. O CONSELHO PERMANENTE DE JUSTI CA COMPOR-SE-A DE QUATRO JUIZES MILITARES. ESCOLHIDOS DEN TRE OFICIALS DA ATIVA. E DO JUIZ AUDITOR.

PARAGRAFO UNICO - OS JUIZES MILITARES DO CON SELHO PERMANENTE DE JUSTICA SERVIRAD PELO PERIODO DE QUA TRO MESES SEGUIDOS. E SO PODERÃO SER DE NOVO SORTEADOS APOS O DECURSO DO PRAZO DE SEIS MESES. CONTADOS DA DISSO LUCAD DO CONSELHO EM QUE MAJAM FIGURADO.

ART. 6" - CADA JUIZ MILITAR DO CONSELHO ESPE CIAL DU PERMANENTE DE JUSTIÇA TERA UM SUPLENTE E SERA ESCO

LHIDD. JUNTAMENTE COM SEU SUPLENTE. POR SORTE IO PRESIDIDO PELO JUIZ AUDITOR EM SESSÃO PUBLICA.

- 6 1 OS JUIZES MILITARES DOS CONSELHOS ESPE CIAL E PERMANENTE DE JUSTIÇA SERÃO SORTEADOS DENTRE OS OF1 -CIAIS CONSTANTES DA RELAÇÃO QUE DEVERA SER REMETIDA AO JUIZ AUDITOR PELO COMANDO-GERAL DA POLICIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL E PELO DO CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL.
- \$ 2" NÃO SERÃO INCLUÍDOS NA RELAÇÃO OS COMAN DANTES-GERAIS. OS OFICIAIS EM SERVIÇO FORA DA RESPECTIVA CORPORAÇÃO. INCLUSIVE OS ASSISTENTES HILITARES E OS AJUDAN TES DE ORDEM.

ART. 7" - AO JUIZ AUDITOR, ALEM DA COMPETENCIA DE QUE TRATA O ART. 21 DA LEI Nº 8.185. DE 14 DE MAIO DE 1991, COMPETE:

- A) INSTALAR, JUNTAMENTE COM OS COMANDANTES-GE RAIS DA POLICIA MILITAR E DO CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRI TO FEDERAL A AUDITORIA DA JUSTIÇA HILITAR:
- B) EXPEDIR ALVARAS, MANDADOS E OUTROS ATOS, EM CUMPRIMENTO AS DECISOES DOS CONSELHOS. OU NO EXERCICIO DE SUAS PROPRIAS FUNÇOES;
- C) CONCEDER "HABEAS CORPUS", QUANDO A COAÇÃO PARTIR DE AUTORIDADE ADMINISTRATIVA OU JUDICIARIA MILITAR. RESSALVADA A COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA!
- D) EXERCER SUPERVISÃO ADMINISTRATIVA DOS SERVI-COS DA AUDITORIA E O PODER DISCIPLINAR SOBRE SERVIDORES QUE NELA ESTIVEREM LOTADOS, RESPETADA A COMPETÊNCIA DA CORRE GEDORIA DE JUSTICA.

PARAGRAFO UNICO - O JUIZ AUDITOR E O PRESIDEN TE DO TRIBUNAL DO JURI DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIARIA DE BRA SILIA SUBSTITUEM-SE MUTUAMENTE.

ART. 8' - A JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E SER VICOS AUXILIARES COMPÕEM-SE DOS CARGOS DISCRIMINADOS NOS ANEXOS DESTA LEI.

ART. 9" - AS DESPESAS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DESTA LEI CORRERÃO À CONTA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS CON SIGNADAS EM FAVOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS, OU DE OUTRAS PARA ESSE FIM DESTINADAS.

ART. 10 - ESTA LEI ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO.

ART: 11 - REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRA RIO.

> DE 1991. BRASILIA-DF .. EM DE

ANEXO 1 QUADRO DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL

SITUAÇÃO P	KUFUSIA	
DENOMINAÇÃO	Nº DE CARGOS	
DESEMBARGADOR	31	
JUIZ DE DIREITO	118	
JUIZ SUBSTITUTO	95	
JUIZ DE PAZ	15	

ANEXO 11

GRUPO DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES

SITUAÇÃO P	ROPOSTA		
DENOHINAÇÃO	Nº DE CARGOS		
DIRETOR DE SECRETARIA	132		
CONTADOR-PARTIDOR-DISTRIBUIDOR	13		
ASSESSOR DE DESEMBARGADOR	62		
DEPOSITARIO-POBLICO	17		

PERVIÇOS MALILAMES DA JUSTIÇA DO DISTRITO PELIBAL E DOS SERVIÇÕES (A

elinicao eloloria				
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO PINERAL E DOS TENATIÓNIOS				
CAPEURIAS PLOCIONAIS	cdoreo	M LE DOCCS		
Técnico Juliciário	7JUF-AJ-021	673		
Of. de Justica Avaliador	TJIF-AJ-025	350		
Tequigrefo Judiciário	TJDF-AJ-023	27		
Insp. Segurança Judiciária	TUDE-AJ-027	30		
Auxiliar Judiciário	TJTF-AJ-022	958		
Assist. Teq. Judiciário	TJDF-AJ-028	40		
Atendente Judiciário	TJDF-1J-024	455		
Ag. Segurança Judiciária	TJDF-AJ-026	190		
Médico	TJDF-NS-901	07		
Odontólogo	TJDF-NS-909	04		
Assistente Social	TJUF-NS-930	15		
Psicólogo	TODE-NS-907	05		
Bibliotecário	TOF-NS-932	02		
Contador	TJDF-NS-924	08		
Administrador	TJDF-NS-923	15		
Engenheiro	TJDF-NS-916	01		
Arquiteto	TJDF-NS-917	02		
Técnico de Contahilidade	TJDF-NI-1042	11		
Deserhista	TJOF-NI-1014	02		
Telefonista	TJDF-NA-1044	52		
Ag. Tel. e Eletricidade	TJUF-NA-1027	44		
Ag. Cinef. Microfilmegem	TJDF-NI-1033	06		
Aux. Op. Serv. Diversos	TJDF-NA-1006	42		
Auxiliar de Enfermagem	TJDE-NI-1001	06		
Analista de Sistema	TJDF-PRO-1601	01		
Programodor	TJDF-P-10-1602	02		
Operador de Computeção	TJDF-PRO-1503	04		
Perfurador Digitador	TUDE-PRO-1504	04		
Art. Ge Mecânica	TUDE-ART-702	95		
Art. de Elet/Comunicação	TJDF-ART-703	09		
Art. de Carp. Marcenaria	TUDE-ART-704	07		
Art. de Artes Gráficas	TJDF-ART-706	15		

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO	DISTRITO FEDERAL E DOS TE	RRITORIOS
CATEGORIAS FUNCIONAIS	c 6 D I G O	Nº DE CARGOS
MÉDICO	TJDF-NS-901	04
ANALISTA DE SISTEMA	TJDF-PR0-1601	03
OPERADOR DE COMPUTAÇÃO	TJDF-PR0-1603	0 4
PROGRAMADOR	TJDF-PR0-1602	8 0
DIGITADOR-PERFURADOR	TJDF-PRO-1604	2 1
AG. CINEF. E MICROFILMAGEM	TJDF-NM-1033	03
ODONTÓL OGO	TJDF-NS-909	01
TÉCNICO JUDICIÁRIO	TJDF-AJ-021	16
OFICIAL DE JUSTIÇA-AVALIADOR	TJDF-AJ-025	10
AUXILIAR JUDICIÁRIO	T JDF - A J - 022	137
ATENDENTE JUDICIÁRIO	TJDF-AJ-024	5.7
AGENTE DE SEGURANÇA	TJDF-AJ-026	11
PSICÓLOGO	TJDF-NS-907	19
ASSISTENTE SOCIAL	T JDF - NS - 930	15
TÉC. EN ASSUNTOS EDUCACIONAIS	T JDF - NS - 927	11

OBSERVAÇÃO:
SERVIDORES DO QUADRO/TABELA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL (EX-CELETISTAS), DOS QUAIS 144 SÃO ESTÁVEIS E 176 NÃO-ESTÁVEIS, NOS TERMOS DO ART. 19,
§ 1º do ADCT. A PARTIR DE 12.12.90. SÃO REGIDOS PELA LEI Nº 8.112/90.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

LEI nº 8.185 , de 14 de maio de 1991.

Dispôe sobre a organização judiciária do Distrito Federal e dos Territórios.

LIVROI

DA ESTRUTURA DA JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS

TITULOI

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 26 - Compõem a Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

I - o Tribunal de Justiça;
II - o Conselho da magistratura;
III - os Tribunais do Júri;
IV - os Juízes de Direito do Distrito Federal;
V - os Juízes de Direito Substitutos do Distrito Federal;

VI - os Juízes de Direito dos Territórios; VII - os Juízes de Paz do Distrito Federal; VIII - os Juízes de Paz dos Territórios.

TITULOII

DO TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

CAPÍTULO I

DA COMPOSIÇÃO

Art. 4º - O Tribunal de Justica, com tode no Distrito Faderal, compôs-se de vinte e três desembargadores e exerce sua jurisdição no Distrito Federal e nos Territórios.

§ 1º - O Tribunal civide-se em uma Seção Cível e uma Criminal e em cinco Turmas, sendo três Cíveis e duas Criminais. As Secties compôrm-se dos integrantes das Turmas, observadas es respectivas éreas de especialização e serão presididas pelo Vice-Presidente, que não exercerá as funções de Relator e Revisor.

CAPITULOII

DA COMPETÊNCIA

SEÇÃO II

DA COMPETÊNCIA DAS TURMAS

Art. 9º - O Regimento Interno do Tribunal disporá sobre a competência do Plenário, das Seções e das Turmas, observadas as respectivas especializações e o disposto na Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

TITULO III

DO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO NO DISTRITO FEDERAL

DA COMPOSIÇÃO E DA COMPETÊNCIA

Art. 18 - A Justiça de Primeiro Grau do Distrito Federal compreende:

- 1 Varas com competência em todo o território do Distrito Federal:
- a) oito Varas de Fazenda Pública;
- b) uma Vara da Infância e da Juventude;
- c) uma Vara de Execuções Criminais;
- d) uma Vara de Falências e Concordatas;
- e) uma Vara de Registros Públicos e Precatórias;
- f) uma Vara de Acidentes do Trabalho;
- g) quatro Varas de Entorpecentes e Contravenções Penais;
- II Circunscrição Especial Judiciária de Brasília:
- a) vinte e cinco Varas Civeis;
- b) sete Varas de Família;
- c) uma Yara de Orfãos e Sucessões;
- d) um Tribunal do Júri;
- e) dez Varas Criminais;
- f) três Varas de Delitos de Trânsito;
- III Circunscrição Judiciária de Taguatinga:
- a) cinco Varas Cíveis;
- b) quatro Varas de Família, Órfãos e Sucessões;
- c) um Tribunal do Júri;
- d) cinco Varas Criminais.
- IV Circunscrição Judiciária do Gama:
- a) duas Varas Civeis;
- b) uma Vara de Família, Orfãos e Sucessões;
- c) dues Varas Criminais;
- d) uma Vara do Tribunal do Júri e dos Delitos de Trânsito;

Lote: 70 PL Nº 2211/1991 80

- V Circunacricão Judiciária de Sobradinho:
- e) dues Varas Civels;
- b) sime Vera Criminal, do Tribunal do Jarl e dos Delitos de Transho;
- VI Circunacrição Judiciária de Planahina:
- e) mma Vara Civel;
- b) uma Vara Oriminal, do Tritunal do Júri e dos Deltos de Trituras;
- VII Circunacrição Judiciária de Braslândia:
 - a) uma Vara de Competência Geral;
- VIII Circumerição Judiciária de Cultandia:
 - a) três Varas Olvela;
 - b) quatro Varas de Família, Órficos e Sucesabes;
 - e) einco Varas Orindnais;
 - d) um Tribunal do Júri.
- 8 1º As Varas da mesma especialidade obedecerão a numeração ordinal.
- 6 2º As áreas de jurisdição das Circunscrições de Drasilia, Termatinga, Gama, Sobradinho, Planaltina, Brazilândia e Veillândia correspondem às das respectivas Regiões Administrativas do Distrito Federal, comprendendo-es es do Núcleo Listablirante, Paranoá, Guará e Cruzeiro na Circumscrição de Brasilia e a de Samambala na de Teguatinga.

CAPITULO III

DO TRIBUNAL DO JÚRI

Art. 21 - Ao Juiz Presidente do Tribunal do Júri compete:

- I processar les feites da competência do Tribunal do Júri, ainda que anteriores à propositura da ação penal, até julgamento final;
- II processar e for ar habeas corpus, quando o crime atribuído ao paciente for da competência do Tribunal do sari;
 - III exercer as Gemais atribuições previstas aas leis processuals.

Párecrafo finico - Junto e en la Tillianal do Jári oficiará, sempre que postável, um Julz de l'a la finicia de la finicia de la finicia de la processos sem prejuízo de outras atribuições que las agam cometidas palo estalar da Vara.

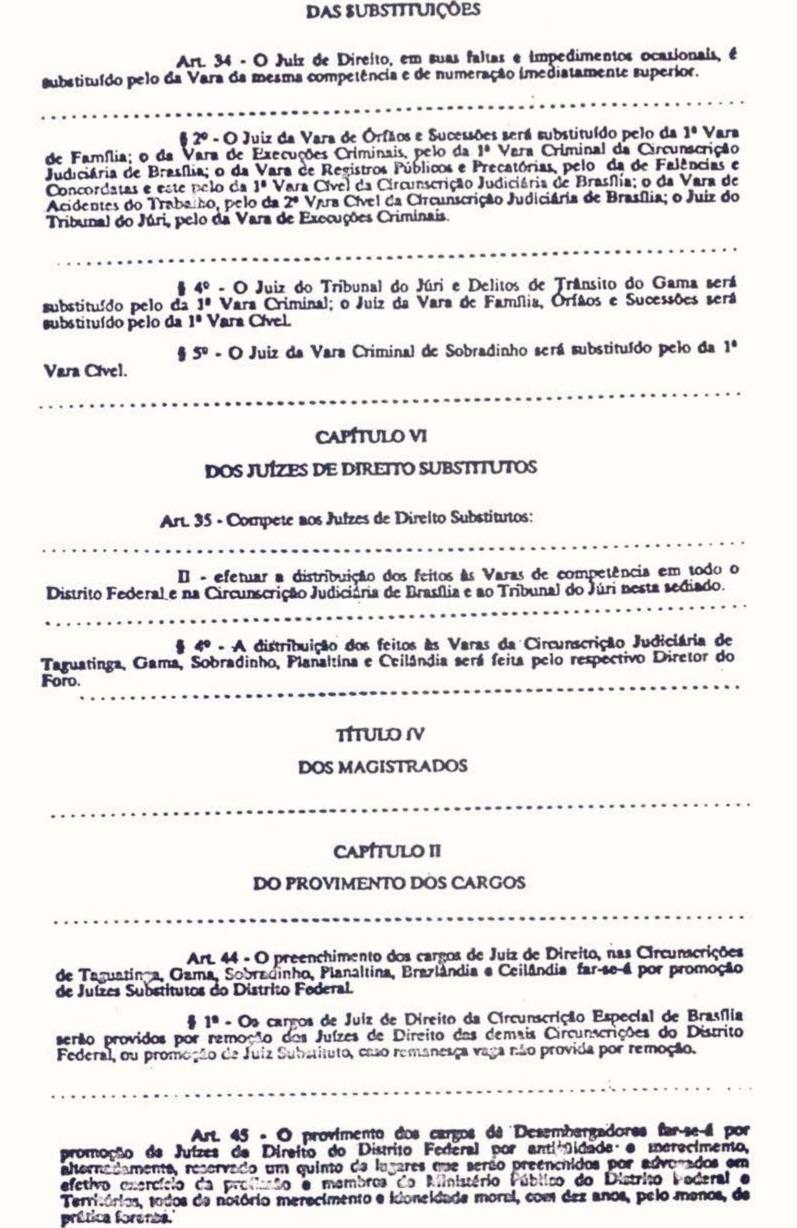
SEÇÃO II

DA VARA DE EXECUÇÕES CRIMINAIS

Art. 25 - Ao Juiz da Vara de Execuções Criminais compete:

- V expedir as normas de que trata o @ 2º do art. 659 do Código Penal;
- Menores, desde que o infrator tenha completado dezoito anos.

CAPITULO V



de Direito da Circunscrição Judiciária de Bradita. No caso de merecimento, a lista triplice compor-er-á de nomes escolhidos dentre todos os Juízes, observado o disposto nes alíneas b e e do inciso II do art. 93 da Constituição Federal. § 2º - Os lugares reservados a membros do Ministério Público ou de Ordens dos Advogados do Bresil serão preenchidos dentre aqueles com mais de dez anos de carreira e de advorados de notório saber fundico e de reputação ilibida, com mala da das emos da efetiva atividade profissional, Indicados em lista atximpla pelos órticos de representação das respectivas classes. CAPITULOIV DAS FÉRIAS, LICENÇA E APOSENTADORIA Art. 49 - Os Juízes de Direito do Distrito Federal e os Juízes de Direito dos Territórios gozarão férias coletivas nos períodos de 2 a 31 de janeiro e de 2 a 31 de julho. Parágrafo único - Durante o período de 20 de dezembro a 31 de janeiro, bem como nas férias coletivas e nos dias em que não houver expediente forense, a Corregedoria regulará o plantão judiciário, designando Juízes para conhecer de medidas urgentes em geral. LIVROII DOS SERVIÇOS AUXILIARES TITULOII DA COMPETENCIA CAPITULO II DOS OFÍCIOS JUDICIAIS Art. 60 - Ao Cartório de Distribuição incumbe o processamento e o registro da distribuição dos feitos aos diversos juízos e o registro geral dos protestos de títulos. mediante comunicação dos titulares dos respectivos ofícios, cabendo-lhe o fornecimento de certidoes. Parágrafo único - A distribuição na Circunscrição de Brasslia será presidida por Juiz de Direito Sui stituto designado por ato do Presidente do Tribunal; nas Circumscrições do Distrito Federal e nos Territórios, quando houver mais de uma Vara, incumbirá ao Diretor do Foro. Art. 61 - Na Circunscrição Judiciária de Brasslia haverá um Serviço de Distribuição de Mandados, no qual compete: TITULO III

· § 1º - Tratando-se de promoção por antigüidade, a ela concorrerão os Juízes

DA CLASSIFICAÇÃO

DO PESSOAL

CAPITULOI

Art. 67 - O pessoal dos serviços auxiliares da Justiça é classificado em:

1	1 - funcionários do quadro Secretaria e Subsecretarias on Inhunai de
Justiça;	II - funcionários do quadro dos oficios judiciais do Distrito Federal;
	III - funcionários do quadro dos oficios judiciais dos Territórios;
	IV - serventuários sob regime especial, não remunerados pelos cofres
públicos, a	
	a) Oficiais de Notas;
	b) Oficiais de Protesto;
	c) Oficiais de Registros Públicos;
	d) Empregados de Oficios Extrajudiciais do Distrito Federal;
	e) Empregados de Ofícios Extrajudiciais dos Territórios.
	CAPÍTULO II
	DO REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA
	DO REGIME JORIDICO DOS CENTRO
	SEÇÃO ÚNICA
	DO PROVIMENTO DOS CARGOS
preench	Art. 71 - Os cargos de titulares de serventias judiciais serão obrigatoriamente idos por Bacharéis em Direito, ressalvada a situação dos atuais titulares.
	LIVRO III
	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS TRANSITÓRIAS
	Art. 75 - Será considerada especial a Circunscrição de Brasília.
	Art. 78 - Ficam criedos no Distrito Federal os seguintes Cartórios
Estre	Judicials:
Markana	
	1 - Circunscrição Judiciária de Brasília:
	192 million that have been a supplied to the control of the contr
Cidades	a) um de Registro de Imóveis, abrangendo a área territorial das Satélites do Ouará (I e II) e Núcleo Bandeirante; b) um de Protesto de Títulos;
	e) um de Registro Civil, Titules e Documentos e Pessoas Jurídicas;
	는 PASK 19 및 전 '인

MENSAGEM Nº 01/91 BRASILIA-DF., EM 08 DE NOVEMBRO DE 1991.

Bepriede NOCENCIO OLIVERA

SENHOR PRESIDENTE.

EM OBSERVANCIA AO DISPOSTO NO \$ 1°. DO ART. 125. DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. E INCISO XXI. DO ART.8°. DA LEI N° 8.185. DE 14/05/91. APRAZ-ME ENCAMINHAR. POR INTER MEDIO DE VOSSA EXCELÊNCIA. PARA SUBMISSÃO AO EXAME DESSA CA SA CONGRESSUAL.O ANEXO ANTEPROJETO DE LEI QUE ALTERA A LEI N° 8.185/91. RELATIVA-A ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS. NOS TERMOS FUNDAMENTADOS NA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS QUE O ACOMPANHA.

CUMPRE-ME, NA OPORTUNIDADE, ENCARECER O VALOROSO EMPENHO PESSOAL DE VOSSA EXCELÊNCIA POR SI MESMO E POR SEUS PARES NO SENTIDO DA VIABILIZAÇÃO. NO MENOR LAPSO DE TEMPO POSSÍVEL, DA VOTAÇÃO NESSA CASA DESTE ANTE PROJETO. POR SER ELE DA MAIOR IMPORTÂNCIA PARA A PRESTA ÇÃO JURISDICIONAL CONVENIENTE À COMUNIDADE DO DISTRITO FE DERAL, CUJAS CARÊNCIAS SE ACENTUAM.

COLHO O ENSEJO PARA RENOVAR A VOSSA EXCELÊN CIA OS PROTESTOS DA MINHA MAIS ALTA ESTIMA E ELEVADA CON SIDERAÇÃO.

DESEMBARGADOR VALTENIO MENUES CARDOSO PRESIDENTE

EXM' SENHOR

DEPUTADO IBSEN PINHEIRO

DI. PRESIDENTE DA CAMARA DOS DEPUTACOS.

LESIA.

EXCELENTISSIMO SENHOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DIS TRITO FEDERAL.

TENHO A HONRA DE ENCAMINHAR A VOSSA EXCELÊNCIA. EM CUMPRIMENTO DO ENCARGO QUE A MIM FOI CONFIADO NA SESSÃO ÂDMI MISTRATIVA DE 08.10.91. O ANEXO ANTEPROJETO DE LEI. QUE MODIFI CA A LEI Mº 8.185. DE 14 DE MAIO DE 1991. E CRIA A AUDITORIA HILITAR DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS.

VISA O ANTEPROJETO A ADEQUAR A ORGANIZAÇÃO JUDI CIARIA AS PROFUNDAS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO DISTRITO FEDERAL NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS. DE TAL MANEIRA EXPRESSIVA QUE TORNAM INSUFICIENTE E SUPERADA A ORGANIZAÇÃO ATUAL. NÃO É IRRELEVAN TE ASSINALAR QUE O ANTEPROJETO DE QUE RESULTOU A LEI Nº 8.185/91. ALUDIDA. CONSUMIU QUASE CINCO ANOS NOS ESTUDOS PROMOVIDOS PELO TRIBUNAL E NA TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL. DAI DECORRE SUA INADEQUAÇÃO AO MOMENTO ATUAL.

TRES SÃO AS MODIFICAÇÕES BÁSICAS DA PROPOSTA, A SABER, A CRIAÇÃO:

- A) DAS CIRCUNSCRIÇÕES JUDICIÁRIAS DE SAMAMBAIA E DO PARANOA:
- B) DE DUAS TURMAS CIVEIS. MAIS UM CARGO DE AS SESSOR PARA CADA DESEMBARGADOR;
- C) DA AUDITORIA E CONSELHO DE JUSTICA MILITAR.
- A CIDADE SATÉLITE DE SAMAMBAIA (RA.XII) FOI CRIA DA OFICIALMENTE PELA LEI Nº 49, DE 25 DE OUTUBRO DE 1989. ESTÁ SITUADA AO SUL DE TAGUATINGA E CEILANDIA, AS MARGENS DA BR-60. COM POPULAÇÃO QUE ULTRAPASSA OS 200.000 HABITANTES.

A CIDADE SATELLTE DO PARANCIA (RA-VII) RESULTONINO DO ASSENTAMENTO DA POPULAÇÃO DA ANTIGA VILA PARANCIA. AS MARGENS DO LAGO PADANCIA. REN COMO DE CUTRAS PROCEDENCIAS. (2015). (11). PELE CIALISTES A LEGISLAÇÃO. TEM UMA POPULAÇÃO ESTIMOM EM 373.(VE MAI ITANTES.)

ESSAS DUAS CIDADES SATELITES REPRESENTAM INGEN TE ESFORÇO DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL NO SENTIDO DE PROPOR CIDNAR ÀS POPULAÇÕES CARENTES CONDIÇÕES DE VIDA CONDIGNAS EM AREAS BASICAS DE SAUDE. EDUCAÇÃO. MORADIA. TRABALHO E TRANSPOR TE. PROSSEGUE O GOVERNO LOCAL INVESTINDO IMENSOS RECURSOS FINANCEIROS PARA DOTAR ESSAS CIDADES SATELITES DE INFRAESTRUTURA ADEQUADA. COM VISTAS A CONSOLIDAR UMA COMUNIDADE SADIA E VOLTA DA PARA A VALOBIZAÇÃO DA PESSOA HUMANA. NA BUSCA DESSE OBJETI VO MAIOR. TODOS OS EQUIPAMENTOS URBANOS INDISPENSAVEIS ESTÃO SEN DO INSTALADOS.

A CONSOLIDAÇÃO DE UMA COMUNIDADE HARMÓNICA RECLAMA A PRESENÇA ATUANTE E FIRME DA JUSTIÇA. PERMITINDO DUE OS CONFLITOS RECEBAM PRONTA E EFICAZ SOLUÇÃO. ÎMPORTA APROXIMAR A JUSTIÇA DO POVO. CONHECER SEUS PROBLEMAS. SUAS ANGÚSTIAS E ASPIRAÇÕES. DEVE O JUDICIÁRIO SE INSERIR NA TEXTURA SOCIAL DA COMUNIDADE A QUE SERVE.

O EMPENHO DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL NA PESSOA DO EXM* SR. GOVERNADOR. DR. JOAQUIM DOMINGOS RORIZ. ESTÁ A RECLAMAR QUE O PODER JUDICIARIO COMPREENDA O MOMENTO HISTÓRICO DE QUE IRROMPEM ESSAS GIGANTESCAS MODIFICAÇÕES DA PAISAGEM MU MANA E FÍSICA DO DISTRITO FEDERAL. REPRESENTADAS PELA IMPLANTAÇÃO DOS NOVOS NÚCLEOS POPULACIONAIS. E PROPONHA MEDIDAS ADEQUADAS. RAPIDAS E EFICAZES. COM VISTAS AO ATENDIMENTO DAS SUAS NECESSIDADES.

A PROPOSTA ORA APRESENTADA FAZ PUBLICO RECONHE CIMENTO DE UMA REALIDADE EXTREMAMENTE DINÂMICA E BUSCA OFERE CER. NO CAMPO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL, UMA ESTRUTURA MINIMA PARA QUE O PODER JUDICIARIO NÃO SE COLOQUE EM POSIÇÃO DE OMISSÃO PERANTE O NOVO DESENHO POPULACIONAL IDENTIFICADO POR AQUE LAS COMUNIDADES. NÃO PRETENDE SUGERIR UMA ESTRUTURA IDEAL, MAS APENAS UMA QUE SE REVELE POSSÍVEL NA ATUAL CONJUNTURA DO PAÍS.

PARA SAMAMBAIA É RECOMENDADA A CRIAÇÃO DE TRES VARAS CÍVEIS. TRES DE FAMÍLIA. TRES CRIMINAIS (COM COMPETÊNCIA. INCLUSIVE, PARA DELITOS DE TRÂNSITO) E UM TRIBUNAL DO JÚRI. PARANDA RECEBERA, SEGUNDO A PROPOSTA, UMA VARA CÍVEL. UMA VARA DE FAMÍLIA E UMA VARA CRIMINAL. COM COMPETÊNCIA. INCLUSIVE, PARA JULGAR OS DELITOS DE TRÂNSITO E FUNCIONAR COMO TRIBUNAL DO JÚRI.

EM AMBOS OS CASOS. A ESTRUTURA INDICADA LEVA EMCONTA O FATOR POPULACIONAL, MERECENDO, CONTUDO, REGISTRAR, QUE
O TRIPUNAL DE JUSTICA. DE IMEDIATO, POR FALTA DE JUÍTES E DE
MEIOS MATERIAIS. NÃO TERA CONDIÇÃO DE INSTALAR TODAS AS VARAS
A SEREM CRIADAS. ISSO SOMENTE SERA POSSÍVEL NO ESPAÇO DE DOIS
OU MAIS ANOS.

CUIDA TAMBÉM O ANTEPROJETO DE CRIAR DUAS NOVAS
TURMAS CÍVEIS. ELAS SÃO INDISPENSAVEIS.

JA SE ASSINALOU. NESTA EXPOSIÇÃO. O LONGO TEMPO DE TRAMITAÇÃO DOS ESTUDOS DE QUE ORIGINOU A VIGENTE LEI DE OR GANIZAÇÃO JUDICIARIA. O LENTO DESENROLAR DESSE PROCESSO FEZ COM QUE A NOVA LEI JA VIESSE A LUME DEFASADA. DESAJUSTADA DIAN TE DA REALIDADE DO MOVIMENTO DE PROCESSOS EM SEGUNDA INSTÂNCIA. ANOTO, À GUISA DE EXEMPLO, APOS LEVANTAMENTO ESTATISTICO FEITO A MEU PEDIDO, QUE, NO PRIMEIRO SEMESTRE DO CORRENTE AND FOREN SE. CADA MEMBRO DAS DUAS "TURMAS CIVEIS EXISTENTES RECEBEU. EX CLUSIVAMENTE NA QUALIDADE DE RELATOR. QUINHENTOS E VINTE E TRES PROCESSOS E QUASE OUTRO TANTO COMO REVISOR. AI NÃO SE ARROLAM OS PROCESSOS DE COMPETÊNCIA ORIGINARIA DO TRIBUNAL. COMO MANDA DOS DE-SEGURANÇA. AÇÕES RESCISORIAS. EMBARGOS INFRINGENTES. EM BARGOS DECLARATORIOS. AGRAVOS REGIMENTAIS. MATERIAS ADMINISTRA TIVAS E RECURSOS CRIMINAIS DE QUE.EM CASOS ESPECÍFICOS. TEM.AS VEZES, QUE PARTICIPAR OS INTEGRANTES DAS TURMAS CIVEIS. TAL VO LUME DE TRABALHO EXCEDE A CAPACIDADE FÍSICA DOS INTEGRANTES DES TE TRIBUNAL, AINDA MAIS POR SER CRESCENTE O NUMERO DE FEITOS.

A INSTALAÇÃO DE MAIS UMA TURMA CÍVEL, CRIADA PELA LEI Mº 8.185/91, DE FORMA ALGUMA HAVERA DE CORRIGIRESSE DESEQUILIBRIO, POIS, AIM DA ASSIM, MESMO INSTALADA A NOVA TURMA, O NÚMERO DE PROCESSOS AIMDA RESTARA DESPROPORCIONAL AO NÚMERO DE DESEMBARGADORES.

NÃO SE IGNORA O MOMENTO CRÍTICO PORQUE PASSA A MAÇÃO. EM FACE DA ESCASSEZ DE RECURSOS FINANCEIROS. TODAVIA. NÃO SE PODE COLOCAR AS QUESTÕES DO ACESSO DO CIDADÃO À JUSTIÇA SOB ESSA ÓTICA. O ESTADO NÃO PODE NEGAR AO CIDADÃO O ATENDI MENTO MÍNIMO INDISPENSAVEL A LHE ASSEGURAR O EXERCÍCIO DE SEUS DIREITOS. O INCREMENTO POPULACIONAL, A CRESCENTE COMPLEXIDADE DAS RELAÇÕES SOCIAIS E O ANSEIO FUNDAMENTAL DO EXERCÍCIO DA CIDADANIA IMPOEM UMA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TECNICAMENTE DE ELE VADA QUALIDADE. BEM ASSIM PRONTA E CÊLERE RESPOSTA AS NECESSI DADES DO POVO.

RELEVA APONTAR QUE A AMPLIAÇÃO DA PRIMEIRA ÎNS TANCIA CONSTITUIU FATOR ESPECIFICO DO AUMENTO DO NUMERO DE RECURSOS AO TRIBUNAL. NÃO SE PODE DEIXAR DE CONSIGNAR. AINDA. QUE O PODER JUDICIARIO TEM SIDO SISTEMATICAMENTE CRITICADO PE LA MOROSIDADE E INEFICIENCIA. MUITAS VETES DE FORMA IRRESPONSAVEL POR QUEM NÃO LHE CONHECE A FRAGIL ESTRUTURA, OUTRAS VEZES, E ATÉ MESMO. POR ALTAS AUTORIDADES DA REPUBLICA QUE. CAMUFLANDO A PROPRIA RESPONSABILIDADE NO CONTEXTO DA VIDA NACIONAL, COMO DAMENTE ATRIBUEM À MOROSIDADE DA JUSTIÇA À SUCUMBENCIA DE SUAS PROPOSTAS E DE SEUS DEVERES DESCUMPRIDOS. TODAVIA. A CAUSA MAIOR E DETERMINANTE DESSA MOROSIDADE TÃO DECANTADA. RESIDE NA EXTRA ORDINARIA DESPROPORÇÃO ENTRE O REDUZIDISSIMO NUMERO DE JUIZES E A SEMPRE CRESCENTE AVALANCHE DE AÇÕES JUDICIAIS QUE TEM O DE YER DE PROCESSAR E DECIDIR. NO INDECLINAVEL EMPENHO DE COMPOR OS INTERESSES EM CONFLITO, MISTER INDISPENSAVEL À PAZ SOCIAL E A SOBREVIVENCIA DAS INSTITUIÇÕES.

COM A PRESENTE PROPOSTA, ESTA O JUDICIARIO LOCAL A DAR O PRIMEIRO PASSO, NOS LIMITES DO QUE LHE É DADO FAZER, PARA REVERTER O QUADRO ATUAL E APARELHAR-SE PARA O ADEQUADO E DESEJADO CUMPRIMENTO DE SUAS RELEVANTISSIMAS FUNÇÕES, PELO ME MOS PARA OS PRÓXIMOS ALGUNS ANOS.

ATU' MENTE. APENAS OS DESEMBARGADORES DO TRIBU NAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL. DENTRE OS DIVERSOS ORGAOS INTEGRANTES DA JUSTIÇA DA UNIÃO. CONTAM COM SOMENTE UM ASSES SOR. TODOS OS INTEGRANTES DOS DEMAIS TRIBUNAIS FEDERAIS. CON TAM COM DIVERSOS ASSESSORES. ISTO. ALÉM DE REPRESENTAR VALIOSA AJUDA AOS MAGISTRADOS DAS INSTÂNCIAS REVISORAS. MINIMIZA OS CUSTOS DE CRIAÇÃO. INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE NOVOS GABINETES. EM NÚMERO QUE A REAL NECESSIDADE. EFETIVAMENTE. EXIGE. POR 15 SO. E PARA ATENDER À ANTIGA NECESSIDADE. SUPRINDO A INDISCUTIVEL FALTA EM NOSSO QUADRO. É QUE O PRO ETO CRIA MAIS UM CARGO DE ASSESSOR DE DESEMBARGADOR. ELEVANDO PARA DOIS. QUANTIDADE SABIDAMENTE AINDA INSUFICIENTE PARA O MELHOR DESEMPENHO DAS TARRESSOR MULTIPLAS AFETAS A CADA GABINETE.

CONTEM, AINDA, O ANTEPROJETO, PROPOSTA DE CRIA ÇÃO DA JUSTIÇA MILITAR NA ESTRUTURA DA JUSTIÇA DO DISTRITO FE DERAL E DOS TERRITORIOS. COM A FINALIDADE DE JULGAR E PROCES SAR OS POLICIAIS HILITARES E OS INTEGRANTES DO CORPO DE BOMBEI ROS HILITARES DO DISTRITO FEDERAL, POR PRATICA DE CRIMES MILI TARES.

JUSTIFICA-SE A MEDIDA, POR SINAL DE BAIXO CUS
TO, PELA NECESSIDADE DE, A EXEMPLO DE QUASE TODAS AS UNIDADES
FEDERATIVAS, SUBMETER OS MEMBROS DAQUELES IMPORTANTES SEGMEN
TOS SOCIAIS A UMA JURISDIÇÃO ESPECIALIZADA, EXERCIDA POR UM
JUIZ DE DIREITO E POR OFICIAIS NILITARES CONHECEDORES DA REA
LIDADE ONDE SE INSERE O EVENTUAL INFRATOR. TRATA-SE DE JULGA
MENTO MISTO, ONDE SE ALIA O RIGOR TECNICO, PELA ATUAÇÃO PO JUIZ
AUDITOR, JUIZ DE DIREITO DA CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL JUDICIARIA
DE BRASILIA, DOTADO DE MAIOR EXPERIÊNCIA, AO EXAME DO FATO DE
MANEIRA MAIS PRECISA POR MEIO DA VIVÊNCIA DOS QUATRO MEMBROS MIL
LITARES DOS CONSELHOS DE JUSTIÇA, ADEMAIS, A MEDIDA CONSTITUI
ANSEIO DE LONGA DATA DE TODOS AQUELES MILITARES.

CABE OBSERVAR QUE O ANTEPROJETO DE LEI INTRODUZ ADAPTAÇÕES DE OUTROS DISPOSITIVOS DA LEI Nº 8.185/91 AOS TRES

PONTOS BASICOS DA PROPOSTA. VISANDO TÃO SOMENTE SISTEMATIZAR O TEXTO E LHE DAR COERENCIA.

O ARTIGO 2' FOI ACRESCIDO DOS INCISOS II E X. PA RA INSERÇÃO DO "CONSELHO ESPECIAL" (ART. 93. XI. DA (.F.) E DA "AUDITORIA E CONSELHO DA JUSTIÇA MILITAR".

O TRIBUNAL PASSA A DIVIDIR-SE EM DUAS CAMARAS C: VEIS E UMA CRIMINAL E EM SETE TURMAS, SENDO CINCO LÍVEIS E DUAS CRIMINAIS, NOS TERMOS DO \$ 1° DO ARTIGO 4°, DISPONDO O REGIMENTO INTERNO SOBRE A SUA ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIA, CONFORME ACENTUADO NO ARTIGO 9°.

DA PARA "\$ 2° DO ARTIGO 698 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL". CONFORME NOTA DE "RODAPE".

DO ARTIGO 44. § 1º DO ARTIGO 34. INCISO 11 DO ARTIGO 35. § 1º DO ARTIGO 44. § 1º DO ARTIGO 45. § UNICO DO ARTIGO 60. ARTIGO 51. ARTIGO 75 E INCISO 1 DO ARTIGO 78 SÃO OBJETOS DE PEQUENA ALTERAÇÃO. PARA COMPATIBILIZA-LOS À REDAÇÃO DO INCISO 11 DO ARTIGO 78 (CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA). JA QUE OS VOCABULOS ESPECIAL E JUDICIÁRIA NÃO CONSTA (M) DA REDAÇÃO DAQUELES DISPOSITIVOS. IDENTICA PROVIDENCIA FOI ADOTADA EM RELAÇÃO AO ARTIGO 71. MODIFICANDO A SUA REDAÇÃO.

NO \$ 2º DO ARTIGO 34 FOI INTRODUZIDA A SUBSTITUI ÇÃO DO JUIZ DA VARA DA ÎNFÂNCIA E DA JUVENTUDE. PELO JUIZ DE DI REITO SUBSTITUTO DESIGNADO.

NO ARTIGO 49 FOI ACRESCENTADO O \$ 1º DEFININDO O GOZO DE FERIAS PELOS JUÍZES DE DIREITO SUBSTITUTOS, OBSERVADA A CONVENIENCIA DO SERVIÇO, NOS TERMOS DO PARAGRAFO 2º - ESTE EM SUBSTITUIÇÃO AO \$ UNICO - JA QUE, DIFERENTEMENTE DO QUE PREVIA A LEI Nº 6.750/79, PARA ESSE CASO. A ATUAL E LACUNOSA.

DE ACORDO COM OS ANEXOS. OS QUADROS DE PESSOAL EFETIVO HOJE EXISTENTES (DA SECRETARIA, DOS OFICIOS JUDICIAIS E DOS TERRITORIOS), SÃO UNIFICADOS EM UM SO QUADRO.

NESTA PROPOSTA, ASSIM COMO NA SITUAÇÃO ATUAL.

TAL COMO DEMONSTRADA, NÃO SE COGITOU DO PESSOAL INTEGRANTE DO QUADRO/TABELA ÚNICA DE EMPREGOS. EX-CELETISTAS. HOJE ESTAVEIS E NÃO ESTÁVEIS. NOS TERMOS DO ART. 19 E § 1º DO ADCT. EM NÚME RO DE 325. CONFORME ÂNEXO IV.

A EXISTENCIA DE TRES QUADROS DE PESSOAL. COM LO TAÇÕES PROPRIAS QUE NÃO SE COMUNICAM. CRIA ENTRAVES EN RELAÇÃO À LOTAÇÃO: INTERPRETAÇÃO DIFERENCIADA DA LEGISLAÇÃO VIGENTE RELACIONADA COM PESSOAL: DUAS COMISSÕES DE PROGRESSÃO E ASCEM SÃO FUNCIONAIS UTILIZANDO PROCEDIMENTOS E INTERPRETAÇÃO DIVER GENTES. BEM COMO A NECESSIDADE DE UTILIZAR-SE O INSTITUTO DA TRANSFERÊNCIA PARA DESLOCAR O SERVIDOR DE UM QUADRO PARA OUTRO. QUANDO ESSE PROCEDIMENTO PODERIA SER EFETIVADO MEDIANTE REMOÇÃO. SE FOREM ELES UNIFICADOS. COM A SUBSTITUIÇÃO.NO ÂNEXO II (LEI 8.185/91) DA EXPRESSÃO "SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL" POR TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL. CONFORME É APRESENTADO NO ÂNEXO DO ÂNTEPROJETO.

ESSA SOLUÇÃO TRARIA REFLEXO FAVORAVEL EM OUTRAS SITUAÇÕES DE CUNHO BUROCRATICO, TAIS COMO, ELABORAÇÃO DE ESCA LA DE FERIAS, INFORMAÇÃO, PROPOSTA DE CONCESSÃO DE BENEFICIOS E VANTAGENS AOS SERVIDORES, DUPLICIDADE DO EXERCÍCIO DE FUNÇÕES,

TRINTA CARGOS DE ASSISTENTE DE TAQUIGRAFO, REFERÊNCIA INICIAL NN-26", POR SER OUTRA A NOMENCLATURA, CONFORME CONSTA DO ÂNEXO. FOI SUPRIMIDO O 9 UNICO PORQUE O REGIME JURÍDICO DO SERVIDOR JA ESTA DEFINIDO NO ART. 68.

CERTO DE HAVER CUMPRIDO O HONROSO ENCARGO, RENO VO A VOSSA EXCELÊNCIA PROTESTOS DE ALTO APREÇO E ESPECIAL COM SIDERAÇÃO.

BRASILIA-DF., EM DE DE 1991.

Recuerd Cortono

PL Nº 2211/1991

AREXO I

OUADRO DA, RAGISTRATIRA DO DISTRITO FEDERA

E N O F I-N A Ç Ã O	DE CARBOS
RBARGADOR	31
1	
DE DIREITO	118
SUBSTITUTO	9.5
DE PAZ	15
	Z SUBSTITUTO

A M E X C I I

TRIBURAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

GRUPO DE DIREGRE E ASSESSORAMENTO SUPERIORES

8 1	TUAÇÃO	TUAL		SITUAÇIO	
	SECRETARIA TJDF	OFÍCIOS JUDICIAIS/DF	OFÍCIOS JUDICIAIS TERRITÓRIOS	DENORIBAÇÃO	B DE CAPSOS
DENORINAÇÃO	ED DE CARBOS	NO DE CARGOS	NO DE CARGOS		
IRETOR DE SECRETA-	0.5	104	0.9	DIRETOR DE SECRETARIA	132
ORTADOR-PARTIDOR-DIS		0.4	0.7	CORTADOR-PARTIDOR-DIS- TRIBUIDOR	13
ISSESSOR DE DESEMBARGADOR	23			ASSESSOR DE DESERBARGADOR	62
DEPOSITÁRIO-PÚBLICO		0 7	0.8	DEPOSITÁRIO-PÚBLICO	17

PL Nº 2211/1991

ARTINO 111 SERVIÇOS AUXILIARES DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

	7	8 I T U A Ç	1-0 A T	AL			SITUAGIC PROPOSTA	
£10£404114 £114414114	cóoseo	SECRETARIA TJOF	OFÍCIOS JUDICIAIS - OF	OFÍCIOS TERRI			TRIBUBAL DE JUSTIÇA, CE E TERRITORIOS	
CATEGORIAS PURCIONAIS	1	B. DE CAREOS	Mª DE CARGOS	ARAPÁ RORATRA MB DE CARGOS NO DE CARGOS		TOTAL	m' DE CARGOS	
TÉCNICO JUDICIÁRIO	1JDF-AJ-021 JDF-AJ-021	130	292	15	08	445	473	
OFICIAL DE JUSTIÇA -AVALIADOR	TJDF-AJ-025 JOF-AJ-025 JTF-AJ-025		299	16	07	324	350	
TAQUÍGRAFO JUDICIÁRIO	1J0F-AJ-023	20				20	27	
AUXILIAR JUDICIÁRIO	JDF-AJ-022 JDF-AJ-022 JTF-AJ-022	245	594	59	2.0	925	,:,	
ATENDENTE JUDICIÁRIO	JOF-AJ-024 JOF-AJ-024 JTF-AJ-024	130	249	34	14	+27	-:5	
INSPETOR DE SEGURANÇA JUDICIÁRIA	1JDF-AJ-027	30) u		
AGENTE DE SEGURANÇA JUDICIÁRIA	1JOF-AJ-026 JDF-AJ-026	86	36			: 22	.,.	
ASSISTENTE TAQUÍGRAFO JUDICIÁRIO	1JDF-AJ-028	30				33	••	
MÉDICO	1JDF-85-901	04	03			27	1940	
000h 1 ÓL 0GO 4	1JDF-NS-909 JDF-NS-909	03	01			24-		
ASSISTENTE SOCIAL	1JDF-MS-930	02	13			15		

SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS - DEMONSTRATIVO DE QUADROS

FETE AMETE CONSCIEDA OS DADOS PERTINENTES AOS DEMONSTRATIVOS NºS 01, 02. 03 e 04

A M-E X Q. I I I
SERVIÇOS AUXILIARES DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

	1	ITUAÇ	1-0 A T U	A L			PROPOSTA
		SECRETARIA TJOF	OFÍCIOS JUDICIAIS - DF	offcios .	JUDICIAIS ÓRIOS	TOTAL	TRIBURAL DE JUSTIÇA/OF E TERRITORIOS
CATEGORIAS FURCIONAIS	C60140	MP DE CARGOS	NO DE CARGOS	ANAPÁ NO DE CARGOS	RORAINA RD DE CARGOS		MA DE CANGOS
	TJDF-MS-907	-1	05			05	05
STEDEOGO	TJDF-MS-932	01	01			0.2	÷2
HBLIOTECÁRIO	TJDF-MS-924	08				08	38
CONTADOR	Washington and	15				15	1:
ADMINISTRADOR	TJDF-WS-923	01				01	c.
ENGENHEIRO	TJDF-#5-916	02				02	32
ARQUITETO	TJOF-MS-917	10	01			11	.11
TÉCRICO DE CONTABILIDADE	TJOF-WI-1042	9.90	1			02	ú2
DESEMHISTA	1JOF-HI-1014	02	04			52	52
TELEFONISTA	TJOF-NA-1044	4.6				44	
AGENTE DE TEL. E ELETRICIDADE	TJDF-WA-1027					06	:6
AGENTE CINEFOTOG. E NICROFILMAGEN	TJOF-#1-1033	0.6	1			39	••
AUX. CP. DE SERVIÇOS DIVERSOS	TJOF-MA-1006	33	0.6			36	::
AUXILIAR DE ENFERNAGEN	1JOF-#1-1001	04	02			31	
ANALISTA DE SISTEMA	TJDF-PRO-160	01				1	
PROGRAMADOR	TJDF-PRO-1602	02				1 32	•
OPERADOR DE COMPUTAÇÃO	TJDF-PRO-160	04				34	
	TJOF-PRO-160	1				06	
PERFURADOR DIGITADOR ARTÍFICE DE MECÂNICA-	TJOF - ART-702	1			••	0.5	25

SERVIÇO DE RECURSOS MUNAMOS - DEMONSTRATIVO DE QUADNOS

ARTICOS AUXILIARES DA JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

			3-0 A T I				\$ 1 T U A C 1 0		
CATEGORIAS FUNCIONAIS	cópiso	SECRETARIA TJDF	OFÍCIOS JUDICIAIS - OF	OFÍCIOS TERRIT	JUDICIAIS		TRIBURAL DE JUSTICA DE		
		BO DE CARGOS	BO DE CARBOS	BB DE CARGOS	RORAIRA NO DE CARGOS	TOTAL	R* CE CARGOS		
ARTÍFICE DE ELETRICIDADE E COMU- NICAÇÃO	TJDF-ART-703	09				0.9	39		
ARTÍFICE DE CARPINTARIA E MARCE-	TJDF-ART-704	07				07	L7		
ARTÍFICE DE ARTES GRÁFICAS	TJDF-ART-706	15				15	.5		
SERVENTE		60	••			03			

SERVICO LE ACCURSUS - CAGASTRATISO DE QUALICE

catação ot l	. []	11		114	111	11	1.83	1/80	LEI	11	7.52		111	_	7.994		11:		1:11		_		
C11101	11	JUDICIAIS	CF JUD TERRIT	CIAIS ORIOS	MIA	JUDICIAIS	JUDIO ERRITOR		MIA	JUDICIAIS	TERRI	STAIS CRICKO	SECRETARIA	JUDICIAIS	OF JUDI	RICS	RECRETABLA	100	07 .10	20101	-,		
CAREDS	SCCRETARIA	or Jub	ARAPA	ROBAINA	SECRETARIA	סתר שם	УККАРА	ROBLINA	SCRETARIA	10 TO	ANNA	RORAINA	SICAL	Ur 10	YAVKY	RCRAIR	810	8	7.0	1	101		101
	58				42	91	22	13	56								30	135			422		
CRICO JUDICIÁRIO - *							18	09		56								.11		• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •	. 15		
ROGAL LAVAL TAUL	••	••	••		03										٠		10	•••			20		
CUÍSANFO JUDICIÁRIO	07	••	•••				-	••					30								30	•	
P. SEGURANÇA JUDICIÁRIA			••		218	168	59	32		112							13	228			e - 3		
OFRAIDIOU RALLIX	13	••															30				30		
SIST. TAQ. JUDICIÁRIO	••	••		••	200	•••	36	18		56							28	78		. ,	1.2		
OLENICIANIO DE SIGNOS	28		••		74	78	30		1 1 1 1 1 1												127	1 2	
. SEGURRIÇA JUDICIÁRIA	••	••	•••		01	01													-		27	1	
0100 - •	••	••		••	01	01		••						**							. 63		
00#16f 0C0 - *	••	••	••	••		13	7228					**						•••	-			5	
SSISTERIE SOCIAL	••			••	02																		
stcoroco .	••	**				05	••		1													2 :	
18L101ECÁR10 - *	••	••		**	01	01		••	1 22												. ' :		
- ROGATED:			•••	••	07			••													1	5	
ADMINISTRADOR	••	***			15	•••	••	**	1		-		-	1.	W-2 L		1		٠.			1	
ENGERNE IND		••		••	01	•••	••	**	1		••	•••					1					, !	
ARQUITETO		•••		•••	02	•••	••	••		•••	••			••							. ! 1	1	
IÉC. DE CONTABILIDADE		••			10	•••	••		-			••		••	•						- ; c		
DESCRNISTA - *	01	••				•••	••	••						•	•••	•••							
TELEFORISTA - *	43	04				•••	••	••		•••	••			••	•••						! .	- 1	
AG. TEL. E ELETRICIDADE .					43	***	••	••			•	••		•••		••							
AG. CINEF. HICHOFILMAGER	1							••		***	**				•								
AUX. OP. SERV. DIVERSOS .					27	- 05		••						-	• ••	••					٠ , ،	1	

SERVIÇO DE RECUISOS MUNANOS - DEMONSTRATIVOS - QUAD.

(*) VIDE QUADRO DEMONSTRATIVO - TRANSFORMAÇÃO E TRANSPOSIÇÃO DE CARGOS
(REFERENTE AO ATO 221/73), en anexo -

PL Nº 2211/1991 86

13	Τ.				_					_												
CALAÇÃO DE	-	11 1	0.04		-	LEI	25 6.83			LEI	18 7.5	27/88	ı	1: 1	1 7.8	14/90	1	111		15/5.		
1.	1	JUDICIAIS	TERRIT] . :	JUDICIAIS	OF JUD!	ORIOS	1 41%	JUDICIAIS	OF JU TERRI	CICIAIS TÉRIOS	_ =	JUDICIAIS	OF J	COICIALS RITORIOS	4	1 N 1 S	1544	.:::::::::::::::::::::::::::::::::::::		199.2
CARROS DE	SCRETTIA	or Jub	ANAPA	RORAIRA	-	0f Jubi	ARAPA	RORAINA	SECRETARIA	tone 40	ARAPA	RORAINA	BECRETARJA	or Judic	Уакик	RORAINA	SECRETARIA	0r JUDIC	yatay	REALIPA	1619.	10.1. 61
AUXILIER DE ENFERNAGEN					04	02				-							ļ			(**)	į.	
ARALISTA DE SISTEMA					01	01										;-			**	**	.:	
PROGRAMADOR			***		02			••											**	**	٤.	- [
OPERADOR DE CORPUTAÇÃO		**			04					••	**										;,	
PERFURADOR DIGITADOR		**	•••		06	••					••	••									::	
ARI. DE MECÂBICA - *		••			04	••	••							••							. 01	
ART. DE ELET/COMUNICAÇÃO *		••	••		06					•••											1. cs	
ART. DE CARP. MARCEMARIA .		••			05	••		••			••				••						1 17	
ART. DE ARTES GRÁFICAS		•••	••		15						••			••							: ::	
SERVENTE															••		03		**		; : :	
																					!	
																						!
																						:
																						:
						_										1					1	-

SERVIÇO DE RECURSOS MUNANOS - DENONSTRATIVOS DE QUADROS

CONTROLE DE CARGOS

DENOSSTRATIVO B. 02

03 01 01 01	01	01 01 01 01
01	01	01 01 01
01	01	01
01		01
		202
05	***	05
01		01
03		03
03		0.3
01		01
03		03
02		02.
01		01
	03 01 03 02	03 01 03

SERVIÇO DE RECURSOS MUNANOS" - DEMONSTRATIVO DE QUADRO

DEADESTRATIVE ME 03

CARGOS		T 0 8 A 3					TOTAL	TOTAL TERRITÓRIOS	ofici	03 JUDIO	IĄIS ;	OFICIOS JUDICIAIS
REDISTRIBUIÇÃO	EXISTEN	ECDISTRI BUILDOS		EXTATES.	REDISTR: - BUÍDES		REDISTRI- BUÍDOS	REHABESCEN- TES (A)	125	REDISTRI- BUIDOS	7 0 T A L	TOTAL SERAL
TÉCRICO JUDICIÁRIO	13	03	08	22	07	15	12	23	280	12	292	3:5
GF. JUST. AVALIADOR	09	02	07	19		18	02	25	297	02	299	12.
AUXILIAR JUDICIÁRIO	32	04	28	50		59	04	87	594	04	598	685
ATERDERTE JUDICIÁRIO	18	04	14	36	02	34	06	50	249	06	255	365
	54											

SERVIÇO DE BECURSOS NURABOS - DENORSTRATIVO DE QUADROS REDISTRIBUIÇÃO DE CARGOS

EDBIRGFE DE CVVOS

DERGASTRATIVO RE 04

CONTROLE DE CAPGOS	SCYLENG DC DISTRITO FEDERAL	SECRETARZA	1
000161060	0:	6 1	c .
SERVIÇOS DIVERSOS	0.3	0 3	C 3
AUXILIAR JUDICIÁRIO	G 1	0 1	c:
REDISTRIBUIÇÃO DE CARGOS DE QUE TRATA A PORTARIA GP DO 273, DE 26.06.91, DJ DE 03.07.91.			

Lote: 70 PL Nº 2211/1991 88 REGULRIMENTO DE URGENCIA

Senhor Presidente,

Requeremos, com fundamento no artigo 155, do Regimento Interno, a adoção do regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 2211, de 1991, que "Altera a Iei 8185, de 14 de maio de 1991, que dispõe sobre Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios, e Cria a Auditoria Militar do Distrito Federal".

Sala das Sessões, em

gun 1 fr. a - MOR Situr Facionispos Politica PCE No Bloco Co PSDB

PARTIT DA COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO POBLICO 1 - RELATIVIO

l'ela Mensagem nº 1. de 1991, agora Projeto de Lei nº 2211, de 1991, nesta Casa, o egregio Tribunal de Justica do Distrito l'ederal propõe alterações na Lei nº B.185, de 14 de maio de 1991, com o objetivo de modificor a atual Organização Judiciaria do Distrito Federal e dos Territorios.

A proposta alberga, em sintese, a criação das Circunstitues Judiciárias de Samambaja e do Paranoa, de mais duas formas Cíveis, da Auditoria e Conselho de Justica Militar e dos corgos ir spectivos.

Na Exposição de Motivos, justifica-se a proposta para fadequar a Organização Judiciaria às profundas alterações ocorridas no histrito federal nos ultimos cinco anos, de fai maneira expressiva que tornaram insuficientes e superada a Organização atual. Assimala-se que a ultima modificação consumiu quase cinco anos de estudos e tramitação legislativa, das descorrendo com modificação an apparato atual.

Ememplifica-se com a situação da Cidade Satélite de Samambaia, cuja população ja ultraparsa 200.000 habitantes; também o Paranoa, que conta com população estimada em 80.000 habitantes, fator que foi levado em conta para formulação da proposta e que busca oferecer, no campo da prestação jurisdicional, uma estrutura mínima para que o Poder Judiciario não se coloque em população de omissão perante o novo desenho população nal identificado non aquelas conquidados.

Realça a Emposição de Motivos, ainda, que h implantação das Varis que se propõe triar, devira acompanhar o implementação dos recursos humanos necessarios - juizes e pessoal da infra-estrutura - e os materias, o que devera ocorrer num prazo estimado de dois anos. No que se refere a criació de Juan nova. "Him. Civers, o volume estatístico atual de reitos da ultrapassa da muito até mesmo a capacidade física dos integrantes do Tribunal, anotando se difra de cerca de "eé procesa a anemas do promeiro semestre deste ano, exclusivamente na qualidde de Relator e, por contegiços a processual, dutros tratos dano Revivor, para cada um, ai não arrolando os procesos de competência eristada a da Tribunal, como Mandados de pestrano a acida. Entrato cias, Embargos infringentes, imbardos peste aterios. Agrante cias, Embargos infringentes, imbardos peste aterios. Agrante que, em casos específicos, têm, as vezes, que participar os integrantes das firmas Givers.

i o Relatorio.

II - VOTO DO RELATOR

U crescimento populacional do Distrito Federal é um fato que un ultrapaisa quas frenteiras, transformando núcleos populacionais em assentamentos de tal dimensão que vêm a constituir-re em cidades sutélitir. Duarntor il já se contam na Samambaia: outros 30 mil. na ivolução do "invação" su Parando para Região Administrativo. En casas printações "emantam serviços de educação, saúde, transportes, segurança pública, a descentralização da Organização Judiciaria com atender a uma previsão necessário, suprindo a pretensão de le levar a Justica mais proxima da população, um dado relevante, ao qual se deveriam juntar, também com brevidade, os custos modicos da Justica barata.

Somos, assim, pela aprovação do Projeto de Lei ng 2211, de 1991, quanto ao merito, como de campatestia desta Comissão.

Sala da Comiseão, em

de : e

Deputado AJOUSTO DE THRVALHU.

TIL - PAPECER DA COMISEÑO

A Comissão de Trabalho, de Administração e Servi ço Público, em reunião ordinária realizada hajo opinou, unant memorte, pelo APROVAÇÃO DO Projeto de Lei nº 2.211/91, nos ter mos do parecer do relator.

Estiveram presentes os seguintes senhores Caputa dos: Amaury Müller - Presidente, Carlos Alberta Campista, Cabes Ribeiro, Caire i Cando a Vicenties den a Carvej ra, Beraldo Boaventura, Chico Vigilante, Maria Laura, Paulo Paim, Jair Bolsonaro, Mendes Botelho, Célio de Castro, Augusto Carvalho, Aldo Rebelo, Paulo Rocha, Antônio dos Santos, Wilson Campos, Edésio Passos, Ernosto Gradella, José Lourenço e Jandi ra Feghali.

Sala da Comissão, em 05 de dezembro de 1991.

Deputado AMAURI MOLLER Presidente

Deputado AUGUSTO CARVALHO Relator PARECER DO RELATOR DESIGNADO PELA MESA EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

T- RELATORIO

O projeto de lei, de autoria do Senhor Presidente do Tribunal de Justica do Distrito Federal e dos Territórios, altera vários dispostivos da Lei nº 8.185, de 14 de maio de 1991, que dispõe sobre a organização judiciária do Distrito Federal e, simultaneamente, cria a Auditoria Militar do Distrito Federal.

A matéria veio a esta Comissão para exame da compatibilidade ou adequação financeira e orçamentária públicas e sob este aspecto devem ser ressaltados os dispositivos contidos nos arts. 19 (quando altera o art. 49 da mencionada Lei), 89 e 99 qua dispõem sobre criação de cargos e respectiva execução orçamentária.

De acordo com o projeto são criados 8(oito) cargos de Desembargador, 14(quatorze) de Juiz de Direito, 10(dez) de Juiz Substituto, 57(cinquenta e sete) no Grupo de Direito e Assessoramento Superiores e 204(duzentos e quatro) na tabela de serviços auxiliares do quadro de pessoal permanente do Tribunal de Justica do Distrito Federal e dos Territórios.

Diz ainda o projeto que as despesas decorrentes da execução da lei correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas em favor do mencionado Tribunal, ou de outras para esse fim destinadas.

é o relatório.

T- VOTO DO RELATOR

O parágrafo único do art. 169 da Constituição Federal estabelece que a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreiras, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, só poderá ser feita se houver:

 I - prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - autorização específica na lei de diretrizes organentárias - LDO.

A proposta do Poder Executivo para o orçamento a vigorar no exercício de 1992, em votação no Congresso Nacional, inclui dotações para aquele Tribunal suficientes para atender às despesas decorrentes da aprovação do presente projeto de lei.

Dart. 29, 5 10, da Lei nº 8.211. de 22 de Julho de 1991 - LDO, determina que a inclusão de dotações para atender despesas, no Poder Judiciário, com a criação de cargos e funções decorrentes de novas atribuições constitucionais, fica limitada ao valor correspondente à redução de despesas com pessoal e encargos sociais a ser realizada em cumprimento ao disposto no art. 11 da mesma Lei. A leitura do art. 11 nos conduz, contudo, á conclusão que os limites ali estabelecidos não se aplicam às despesas com pessoal e encargos sociais.

Voto, portanto, pela compatibilidade ou adequação do Projeto de Lei nº 2.211, de 1991, com o Plano Plurianda, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e com o Orçamento shual

Sala das Sessor, em lo de decembro de 1991 Deauthdo Jackston Pereira

PARECER DO RELATOR DESIGNADO PELA MESA EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

T-RELATORIO

O Desembargador-Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios encaminhou à aprecia cão parlamentar este projeto que altera a organização judiciária daquela Justiça. Em síntese, a proposição cria oito cargos de Desembargador, que irão compor duas novas Turmas (uma Criminal e outra Cível) e treze cargos de Juiz de Direito e dez cargos de Juiz de Direito Substituto para atenderem às Circunscrições,ora criadas, de Samambaia e do Para noá. Outrossim, são criados os cargos administrativos neces

sários e compatíveis com essa nova situação além de serem criados vários outros cargos que objetivam suprir deficiências apontadas pela atual estrutura administrativa.

O projeto institui, ainda, a Auditoria Militar do Distrito Federal apresentando a seguinte peculiaridade: não se cria uma nova estrutura, a exemplo do que ocorre em outras unidades da Federação. Haverá apenas uma Vara, especializada, encarregada de julgar os crimes praticados por policiais militares e bombeiros militares do Distrito Federal.

É o relatório.

TI- VOTO DO RELATOR

Estão atendidas, com a ressalva adiante enunciada, as preliminares de admissibilidade previstas na Constitui ção: matéria da competência legislativa da União e da atribui ção do Congresso Nacional (art. 125, § 39, c/c art. 48), de iniciativa exclusiva (art. 96) e a ser regulada por lei ordinária (art. 59, inciso III).

Faço ressalva apenas quanto ao teor do inciso II do art. 67, da Lei nº 8.185, de 14 de maio de 1991, que o art. 2º do projeto oferece nova redação. Diz o citado dispositivo que o pessoal dos serviços auxiliares da Justiça é classifica do em:

" II- serventuários sob regime especial, não remunerados pelos cofres públicos, a saber:

- A) Oficiais de Notas;
- B) Oficiais de Protesto;
- C) Oficiais de Registro Público;
- D) Empregados de Ofícios Extrajudiciais do Distrito Federal;
- E) Empregados de Ofícios Extrajudiciais dos Territórios".

Ainda recentemente, ao relatar o P.L. 4.573-A/89, oriundo do Senado Federal, tive ocasião de estudar detidamente o tema. O art. 236 da Constituição privatizou as atividades no tariais e de registro. Não há pois, como se permitir que a Lei de Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios venha a disciplinar a matéria, que passou a ser exclusivamente da alçada federal. Assim, para fazer cumprir o texto desse dispositivo constitucional, ofereço Emenda a esse citado artigo do projeto.

Quanto à técnica legislativa utilizada, nada a opor.

Relativamente ao mérito, entendo que a proposição é oportuna e conveniente, merecendo ser aprovada.

A agilização da prestação jurisdicional, mormente nos dias atuais, é meta prioritária a ser alcançada. A demora nessa prestação, sobretudo nas áreas menos favorecidas pela fortuna, tem sido motivo de crescentes críticas. Creio que este projeto busca, adequadamente, superar parte desse problema.

Vale salientar, ainda, que a criação da Justiça Militar, no âmbito de cada unidade federativa, é matéria prevista no art. 125, § 39, da Carta Política:

" § 39 A lei estadual poderá criar, mediante proposta do Tribunal de Justiça, a Justiça Militar estadual, constituída, em primeiro grau, pelos Conselhos de Justiça e, em segundo, pelo própria Tribunal de Justiça, ou por Tribunal de Justiça Militar nos Estados em que o efetivo da polícia militar seja superior a vinte mil integrantes".

Nao se trata, como poderia parecer a quem examinasse a questão superficialmente, de se restaurar qualquer procedimento arbitrário ou que relembrasse períodos de ditadura. A Justiça Militar, no caso presente, destina-se a processar e julgar policiais militares e bombeiros militares, do Distrito Federal, em infrações que lhe sejam típicas.

DIANTE DO EXPOSTO, voto pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mexito, pela aprovação (com uma Emenda) deste P.K. 2.211/91.

Sala de Reuniões, em/10 12

MENATO. DEPUTADO

EMENDA AO P.L. 2.211/91

Dē-se ao texto proposto para constituir o art. 7 da Lei nº 8.185, de 14.5.91, constante do art. 1º do pro eto, a seguinte redação:

Art. 67. O pessoal dos serviços auxiliares da Justiça é constituído pelos funcio nários do Quadro da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios".

Sala de Reuniões em 10.

DEPUTADO RENATO

Relator



N:1

Arda 11.12,91

EMENDA DE PLENÁRIO AO PL Nº 2.211/91

Altera a Lei nº 8.185, de 14 de maio de 1991, que dispõe sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios, e cria a Auditoria Militar do Distrito Federal.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se à tabela constante do ANEXO II do Projeto de Lei nº 2.211/91, a seguinte redação:

ANEXO II

GRUPO DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES

				000
SITUAÇÃO PROPOSTA				;
DENOMINAÇÃO	МΘ	DE.	CARGOS	-
DIRETOR DE SECRETARIA CONTADOR-PARTIDOR-DISTRIBUIDOR ASSESSOR DE DESEMBARGADOR DEPOSITÁRIO-PUBLICO			132 13 31 17	: :
I DELOGATIONAL I SOMETHI				***

JUSTIFICAÇÃO

A emenda objetiva manter a atual relação entre o número de Desembargadores e o quantitativo de Assessores de Desembargador.

O Quadro atual da Magistratura do DF e do Grupo de Direção e Assessoramento Superiores do Tribunal de Justiça do DF contemplam o quantitativo de 23 Desembargadores e de 23 Assessores de Desembargador (1 Desembargador : 1 Assessor).

Pelos Quadros, constantes dos Anexos I e II do Projeto de Lei, verifica-se a criação de 8 cargos de Desembargador e 39 cargos de Assessor, havendo, portanto, elevação desproporcional do número de cargos de Assessores.

Assim sendo, o número de 31 Assessores, proposto pela presente emenda, busca restituir a atual proporcionalidade entre o quantitativo de cargos de Desembargadores e Assessores.

Sala das Sessões, em

de

de

المراه رة

43

Lever - PDT

11 0

PROJETO DE LEI Nº 2.211, DE 1991

Altera a Lei nº 8.185, de 14 de maio de 1991, que dispõe sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios, e cria a Auditoria Militar do Distrito Federal.

Autor: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DIS

TRITO FEDERAL E DOS TERRI-

TÓRIOS

Relator: DEP. RENATO VIANNA

RELATÓRIO

O Desembargador-Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios encaminhou à aprecia ção parlamentar este projeto que altera a organização judiciária daquela Justiça. Em síntese, a proposição cria oito cargos de Desembargador, que irão compor duas novas Turmas (uma Criminal e outra Cível) e treze cargos de Juiz de Direito e dez cargos de Juiz de Direito Substituto para atenderem às Circunscrições,ora criadas, de Samambaia e do Para noá. Outrossim, são criados os cargos administrativos neces sários e compatíveis com essa nova situação além de serem criados vários outros cargos que objetivam suprir deficiências apontadas pela atual estrutura administrativa.

O projeto institui, ainda, a Auditoria Militar do Distrito Federal apresentando a seguinte peculiaridade:



não se cria uma nova estrutura, a exemplo do que ocorre em outras unidades da Federação. Haverá apenas uma Vara, especializada, encarregada de julgar os crimes praticados por policiais militares e bombeiros militares do Distrito Federal.

É o relatório.

VOTO DO RELATOR

Estão atendidas, com a ressalva adiante enunciada, as preliminares de admissibilidade previstas na Constitu<u>i</u>
ção: matéria da competência legislativa da União e da atribu<u>i</u>
ção do Congresso Nacional (art. 125, § 39, c/c art. 48),
de iniciativa exclusiva (art. 96) e a ser regulada por lei
ordinária (art. 59, inciso III).

Faço ressalva apenas quanto ao teor do inciso II do art. 67, da Lei nº 8.185, de 14 de maio de 1991, que o art. 2º do projeto oferece nova redação. Diz o citado dispositivo que o pessoal dos serviços auxiliares da Justiça é classifica do em:

" II- serventuários sob regime especial, não remunerados pelos cofres públicos, a saber:

- A) Oficiais de Notas;
- B) Oficiais de Protesto;
- C) Oficiais de Registro Público;
- D) Empregados de Ofícios Extrajudiciais do Distrito Federal;
- E) Empregados de Ofícios Extrajudiciais dos Territórios".

Ainda recentemente, ao relatar o P.L. 4.573-A/89, oriundo do Senado Federal, tive ocasião de estudar detidamente o tema. O art. 236 da Constituição privatizou as atividades no tariais e de registro. Não há pois, como se permitir que a Lei de Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios venha a disciplinar a matéria, que passou a ser exclusivamente da alçada federal. Assim, para fazer cumprir o texto desse



dispositivo constitucional, ofereço Emenda a esse citado artigo do projeto.

Quanto à técnica legislativa utilizada, nada a opor.

Relativamente ao mérito, entendo que a proposição é oportuna e conveniente, merecendo ser aprovada.

A agilização da prestação jurisdicional, mormente nos dias atuais, é meta prioritária a ser alcançada. A demora nessa prestação, sobretudo nas áreas menos favorecidas pela fortuna, tem sido motivo de crescentes críticas. Creio que este projeto busca, adequadamente, superar parte desse problema.

Vale salientar, ainda, que a criação da Justiça Militar, no âmbito de cada unidade federativa, é matéria prevista no art. 125, § 39, da Carta Política:

" § 39 A lei estadual poderá criar, mediante proposta do Tribunal de Justiça, a Justiça Militar estadual, constituída, em primeiro grau, pelos Conselhos de Justiça e, em segundo, pelo própria Tribunal de Justiça, ou por Tribunal de Justiça Militar nos Estados em que o efetivo da polícia militar seja superior a vinte mil integrantes".

Não se trata, como poderia parecer a quem examinasse a questão superficialmente, de se restaurar qualquer procedimento arbitrário ou que relembrasse períodos de ditadura.
A Justiça Militar, no caso presente, destina-se a processar e
julgar policiais militares e bombeiros militares, do Distrito
Federal, em infrações que lhe sejam típicas.

DIANTE DO EXPOSTO, voto pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação (com uma Emenda) deste P.L. 2.211/91.

Sala de Reuniões, em/10 12

DEPUTADO / REMATO VIANNA

Relator

EMENDA AO P.L. 2.211/91

Dê-se ao texto proposto para constituir o art. 67 da Lei nº 8.185, de 14.5.91, constante do art. 1º do projeto, a seguinte redação:

" Art. 67. O pessoal dos serviços auxiliares da Justiça é constituído pelos funcio nários do Quadro da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios".

VIANNA

Sala de Reuniões, em 10

7 101

RENATO

Relator

DEPUTADO

PROJETO DE LEI Nº 2.211/91

PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, em reunião ordinária realizada hoje opinou, unanimemente, pela APROVAÇÃO DO Projeto de Lei nº 2.211/91, nos temos do parecer do relator.

Estiveram presentes os seguintes senhores Deputados: Amaury Müller - Presidente, Carlos Alberto Campista, Jabes Ribeiro, Zaire Rezende - Vice-Presidentes, Mário de Oliveira, Beraldo Boaventura, Chico Vigilante, Maria Laura, Paulo Paim, Jair Bolsonaro, Mendes Botelho, Célio de Castro, Augusto Carvalho, Aldo Rebelo, Paulo Rocha, Antônio dos Santos, Wilson Campos, Edésio Passos, Ernesto Gradella, José Lourenço e Jandira Feghali.

Sala da Comissão, em 05 de dezembro de 1991.

Deputado AMAURY MULLER

Presidente

- many will

Deputado AUGUSTO CARVALHO

Relator

PROJETO DE LEI Nº 2211, DE 1991 (Mensagem nº 01/91)

Altera a Lei nº 8.185, de 14

de maio de 1991, que dispõe sobre a

Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios, e cria a Auditoria Militar do Distrito Federal.

Autor: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRI-

TO FEDERAL

Relator: Deputado AUGUSTO DE CARVALHO.

I - RELATÓRIO

Pela Mensagem nº 1, de 1991, agora Projeto de Lei nº 2211, de 1991, nesta Casa, o Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal propõe alterações na Lei nº 8.185, de 14 de maio de 1991, com o objetivo de modificar a atual Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios.

A proposta alberga, em síntese, a criação das Circunscrições Judiciárias de Samambaia e do Paranoá, de mais duas Turmas Cíveis, da Auditoria e Conselho de Justiça Militar e dos cargos respectivos.

Na Exposição de Motivos, justifica-se a proposta para "adequar a Organização Judiciária às profundas alterações



ocorridas no Distrito Federal nos últimos cinco anos, de tal maneira expressiva que tornaram insuficientes e superada a Organização atual. Assinala-se que a última modificação consumiu quase cinco anos de estudos e tramitação legislativa, daí decorrendo sua inadequação ao momento atual.

Exemplifica-se com a situação da Cidade Satélite de Samambaia, cuja população já ultrapassa 200.000 habitantes; também o Paranoá, que conta com população estimada em 80.000 habitantes, fator que foi levado em conta para formulação da proposta e que busca oferecer, no campo da prestação jurisdicional, uma estrutura mínima para que o Poder Judiciário não se coloque em posição de omissão perante o novo desenho populacional identificado por aquelas comunidades.

Realça a Exposição de Motivos, ainda, que a implantação das Varas que se propõe criar, deverá acompanhar a implementação dos recursos humanos necessários - juízes e pessoal da infra-estrutura - e os materias, o que deverá ocorrer num prazo estimado de dois anos.

No que se refere à criação de duas novas Turmas Cíveis, o volume estatístico atual de feitos já ultrapassa de muito até mesmo a capacidade física dos integrantes do Tribunal, anotando-se cifra de cerca de 500 processos apenas no primeiro semestre deste ano, exclusivamente na qualidde de Relatore, por consequência processual, outros tantos como Revisor, para cada um, aí não arrolando os processos de competência originária do Tribunal, como Mandados de Segurança, Ações Rescisórias, Embargos Infringentes, Embargos Declaratórios, Agravos Regimentais, matérias administrativas e recursos criminais de que, em casos específicos, têm, as vezes, que participar os integrantes das Turmas Cíveis.

é o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O crescimento populacional do Distrito Federal é um fato que já ultrapassa suas fronteiras, transformando núcleos populacionais em assentamentos de tal dimensão que vêm a constituir-se em cidades satélites. Duzentos mil já se contam na Samambaia; outros 80 mil, na evolução da "invasão" do Paranoá para Região Administrativa. E se essas populações demandam serviços de educação, saúde, transportes, segurança pública, a descentralização da Organização Judiciária vem atender a uma previsão necessária, suprindo a pretensão de se levar a Justiça mais proxima da população, um dado relevante, ao qual se deveriam juntar, também com brevidade, os custos módicos da Justiça barata.

Somos, assim, pela aprovação do Projeto de Lei nº 2211, de 1991, quanto ao mérito, como de competência desta Comissão.

Sala da Comissão, em

de 1991

Deputado AUGUSTO DE CARVALHO.

Relator

9104pilj.011

N=1

Anda 11-12,91

EMENDA DE PLENÁRIO AO PL Nº 2.211/91

Altera a Lei nº 8.185, de 14 de maio de 1991, que dispõe sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios, e cria a Auditoria Militar do Distrito Federal.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se à tabela constante do ANEXO II do Projeto de Lei nº 2.211/91, a seguinte redação:

ANEXO II

GRUPO DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES

		*** **** **** *		***
SITUAÇÃO PROPOSTA				;
				- 1
DENOMINAÇÃO	NO	DE	CARGOS	1
				- ;
DIRETOR DE SECRETARIA	l		132	1
CONTADOR-PARTIDOR-DISTRIBUIDOR			13	1
ASSESSOR DE DESEMBARGADOR	1		31	-
DEPOSITÁRIO-PUBLICO	1		17	1

JUSTIFICAÇÃO

A emenda objetiva manter a atual relação entre o número de Desembargadores e o quantitativo de Assessores de Desembargador.

O Quadro atual da Magistratura do DF e do Grupo de Direção e Assessoramento Superiores do Tribunal de Justiça do DF contemplam o quantitativo de 23 Desembargadores e de 23 Assessores de Desembargador (1 Desembargador : 1 Assessor).

Pelos Quadros, constantes dos Anexos I e II do Projeto de Lei, verifica-se a criação de 8 cargos de Desembargador e 39 cargos de Assessor, havendo, portanto, elevação desproporcional do número de cargos de Assessores.

Assim sendo, o número de 31 Assessores, proposto pela presente emenda, busca restituir a atual proporcionalidade entre o quantitativo de cargos de Desembargadores e Assessores.

Sala das Sessões, em

cl e

10

PT 3

43

Cecel - PDT

11 0



CÁMARA DOS DEPUTADOS

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Orador - PRES. Here 18132 Quarto Nº 13

Taquigrafo -

Revisor -

7EVISAA (1.12/91) Them 5

A SRA. MARIA LAURA (PT-DF. Para emitir parecer.) - Sr. Presiden te, na verdade, esta emenda visa alterar a Lei nº 8.185, que dispõe sobre a organização judiciária do Distrito Federal e dos Territórios e cria au ditoria militar no Distrito Federal.

Assim sendo, essa emenda objetiva manter a atual relação entre o número de desembargadores e o quantitativo de assessores de desembargador.

O número de 31 assessores, proposto pela presente emenda, na verdade, bus ca restituir a atual proporcionalidade entre o quantitativo de cargos de desembargadores e assessores.

Nesta medida, pela Comissão do Trabalho, Administração e Serviço Público, damos o parecer favorável à emenda.

1º VIA - PLENÁRIO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Orador -

Zilfa

Hora - 18h34 Quarto Nº 138/1

Taquigrafo -

Revisor -

Neusinha

O SR. JACKSON PEREIRA(PSDB-CE.Para emitir parecer.)

Sr. Presidente, o parecer da Comissão de Finanças e Tributação é favorável.

AUTOR de 19 91 PROJETO DE LEI N.º 2.211 CÂMARA DOS DEPUTADOS SEÇÃO DE SINGPSE Altera a Lei nº 8.185, de 14 de maio de 1991, que dispõe sobre a Organiza-TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO ção Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios, e cria a Auditoria Militar do Distrito FEDERAL E DOS TERRITORIOS deral. (Incluindo na composição da justiça do Distrito Federal e dos Territórios o Conselho Especial de (MENSAGEM Nº 1/91) Justiça e a auditoria e Conselho de Justiça Militar e incluindo na Justiça de Primeiro grau circuscrição judiciária de Samambaia e Paranoá). Sancionado ou promulgado ANDAMENTO Publicado no Diário Oficial de MESA Despacho: Às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Vetado Finanças e Tributação (Art. 54); e de Constituição e Justiça e de Redação. Razões do veto-publicadas no PLENARIO É lido e vai a imprimir. DCN COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO Distribuido ao relator, Dep. AUGUSTO DE CARVALHO. 03.12.91

DCN



Senhor Presidente,

Anglo .9/

Requeremos, com fundamento no artigo 155, do Regimento Interno, a adoção do regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 2211, de 1991, que "Altera a Lei 8185, de 14 de maio de 1991, que dispõe sobre Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios, e Cria a Auditoria Militar do Distrito Federal".

Sala das Sessões, em

Ebliva - Elevores Broro - PTE

Guy 1 - 1 - MIDR

Guy 1 - 1 - PADS

PDC

PAND Com - PCD D

Rohab Cuin PCB

My 2 (1)

Senhor Presidente

Nos termos regimentais, requeiro o adiamento, por duas sessões, da discussão do Projeto de Lei nº 2.211, de 1991, que "altera a Lei nº 8.185, de 14 de maio de 1991, que dispõe sobre a organização judiciária do Distrito Federal e dos Territórios, e cria a Auditoria Militar do Distrito Federal."

Sala das Sessões, em 10 de dezembro de 1991

Deputado VIVALDO BARBOSA

Lider do PDT

ge Ceris



COMISSÃO DE FINANÇAS E TRRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 2.211, DE 1991

ALTERA A LEI Nº 8.185, DE 14 DE MAIO DE 1991, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO JUDI-CIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓ-RIOS, E CRIA A AUDITORIA MILITAR DO DISTRI-TO FEDERAL.

EXAME DE COMPATIBILIDADE OU ADEQUAÇÃO COM O PLANO PLURIANUAL, A LEI DE DIRETRIZES ORÇA-MENTÁRIAS E O ORÇAMENTO ANUAL.

AUTOR: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FE-DERAL E DOS TERRITÓRIOS

RELATOR: DEPUTADO JACKSON PEREIRA

RELATÓRIO

O projeto de lei, de autoria do Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, altera vários dispostivos da Lei nº 8.185, de 14 de maio de 1991, que dispõe sobre a organização judiciária do Distrito Federal e, simultaneamente, cria a Auditoria Militar do Distrito Federal.

A matéria veio a esta Comissão para exame da compatibilidade ou adequação financeira e orçamentária públicas e sob este aspecto devem ser ressaltados os dispositivos contidos nos arts. 19 (quando altera o art. 49 da mencionada Lei), 89 e 99 qua dispõem sobre criação de cargos e respectiva execução orçamentária.

De acordo com o projeto são criados 8(oito) cargos de Desembargador, 14(quatorze) de Juiz de Direito, 10(dez) de Juiz Substituto, 57(cinquenta e sete) no Grupo de Direção e Assessoramento Superiores e 204(duzentos e quatro) na tabela de serviços auxiliares do quadro de pessoal permanente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Diz ainda o projeto que as despesas decorrentes da execução da lei correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas em favor do mencionado Tribunal, ou de outras para esse fim destinadas.

é o relatório.

VOTO DO RELATOR

O parágrafo único do art. 169 da Constituição Federal estabelece que a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreiras, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, só poderá ser feita se houver:

I - prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias - LDO.

A proposta do Poder Executivo para o orçamento a vigorar no exercício de 1992, em votação no Congresso Nacional, inclui dotações para aquele Tribunal suficientes para atender às despesas decorrentes da aprovação do presente projeto de lei.

O art. 29, § 10, da Lei nº 8.211, de 22 de julho de 1991 - LDO, determina que a inclusão de dotações para atender despesas, no Poder Judiciário, com a criação de cargos e funções decorrentes de novas atribuições constitucionais, fica limitada ao valor correspondente à redução de despesas com pessoal e encargos sociais a ser realizada em cumprimento ao disposto no art. 11 da mesma Lei. A leitura do art. 11 nos conduz, contudo, á conclusão que os limites ali estabelecidos não se aplicam às despesas com pessoal e encargos sociais.

Voto, portanto, pela compatibilidade ou adequação do Projeto de Lei nº 2.211, de 1991, com o Plano Plurianza, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e com o Orçamento Anual.

Sala das Søssøes, em / de dezembro de 1991

Deputado Jackson Pereira

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 2.211-B, DE 1991

Altera a Lei nº 8.185, de 14 de maio de 1991, que dispõe sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios, e cria a Auditoria Militar do Distrito Federal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - Os arts. 2º; 4º e § 1º; 9º; 18; com o acréscimo dos inciso IX e X e seu § 2º; 25, incisos V e VI; 34, §§ 2º, 4º e 5º; 35, inciso II e § 4º; 44, § 1º; 45 e §§ 1º e 2º; 49, com o acréscimo de um § 1º e renumeração de seu parágrafo único para § 2º; 60, parágrafo único; 61, caput; 67; 71; 75 e 78, inciso I, da Lei nº 8.185, de 14 de maio de 1991, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º - Compõem a Justiça do Distrito Federal e dos Territórios:

I - O Tribunal de Justiça;

II - o Conselho Especial;

III - o Conselho de Magistratura;

IV - os Tribunais do Júri;

V - os Juízes de Direito do Distrito Federal;

VI - os Juízes de Direito Substitutos do Distrito Federal;

VII - os Juízes de Direito dos Territórios;

VIII - os Juízes de Paz do Distrito Federal;

IX - os Juizes de Paz dos Territórios;

X - Auditoria e Conselho de Justica Militar.

Art. 4º - O Tribunal de Justiça, com sede no Distrito Federal, compõe-se de trinta e um Desembargadores e exerce sua jurisdição no Distrito Federal e nos Territórios.

§ 1º - O Tribunal divide-se em duas Câmaras Cíveis e uma Criminal e em sete Turmas, sendo cinco Cíveis e duas Criminais.

Seção II

DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO ESPECIAL, DAS CÂMARAS E DAS TURMAS

Art. 9º - O Regimento Interno do Tribunal disporá sobre a organização, competência e funcionamento do Tribunal Pleno, do Conselho Especial, das Câmaras e das Turmas, obser-



vadas as respectivas especializações e o disposto na Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

Art. 18 - A Justiça de Primeiro Grau do Distrito Federal compreende:

- IX Circunscrição Judiciária de Samambaia:
 - a) três Varas Civeis;
 - b) três Varas de Família, Órfãos e Sucessões;
- c) três Varas Criminais e dos Delitos de Trânsito;
- d) um Tribunal do Júri;
- X Circunscrição Judiciária de Paranoá:
- a) uma Vara Civel;
- b) uma Vara de Família Órfãos e Sucessões;
- c) uma Vara Criminal, do Tribunal do Júri e dos Delitos de Trânsito.
- § 2º As áreas de Jurisdição das Circunscrições de Brasília, Taguatinga, Gama, Sobradinho, Planaltina, Brazlândia, Ceilândia, Samambaia e Paranoá correspondem as das respectivas Regiões Administrativas do Distrito Federal, compreendendo-se as do Núcleo Bandeirante, Guará e Cruzeiro na Circunscrição Especial Judiciária de Brasília.
- Art. 25 Ao Juiz da Vara de Execuções Criminais compete:
- V expedir as normas de que trata o § 2º do art. 698 do Código de Processo Penal;
- VI prosseguir a execução de medidas de tratamento impostas pelo Juiz da Vara da Infância e da Juventude, desde que o infrator tenha completado dezoito anos.
- Art. 34 O Juiz de Direito, em suas faltas e impedimentos ocasionais, é substituído pelo da Vara da mesma competência e de numeração imediatamente superior.
- § 2º O Juiz da Vara de Órgãos e Sucessões será substituído pelo da 1ª Vara de Família; o da Vara de Execuções Criminais, pelo da 1ª Vara Criminal da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília; o da Vara de Registros Públicos e Precatórias e o da de Falências e Concordatas da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília substituem-se mutuamente; o da Vara de Acidentes do Trabalho, pelo da 1ª Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília e o Juiz da Vara da Infância e da Juventude, pelo Juiz de Direito Substituto designado.

2.



3.

- § 4º Os Juízes do Tribunal do Júri e Delitos de Trânsito do Gama e de Samambaia serão substituídos pelos das Primeiras Varas Criminais do Gama e Samambaia, respectivamente.
- § 5º O Juiz da Vara Criminal de Sobradinho será substituído pelo da 1ª Vara Cível; os Juízes das Varas Cível e de Família de Paranoá substituem-se mutuamente; o Vara Criminal, do Tribunal do Júri e dos Delitos de Trânsito de Paranoá será substituído pelo Juiz da Vara Cível da mesma Circunscrição Judiciária.

Art. 35 - Compete aos Juízes de Direito Substitutos:

- II efetuar a distribuição dos feitos às Varas de competência em todo o Distrito Federal e na Circunscrição Especial Judiciária de Brasília e ao Tribunal do Júri nesta sediado.
- § 4º A distribuição dos feitos às Varas da Circunscrição Judiciária de Taguatinga, Gama, Sobradinho, Planaltina, Ceilândia, Samambaia e Paranoá será efetuada pelo respectivo Diretor do Foro.

- § 1º - Os cargos de Juiz de Direito da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília serão providos por remoção dos Juízes de Direito das demais Circunscrições do Distrito Federal ou promoção de Juiz Substituto, caso remanesça vaga não provida por remoção.
- Art. 45 - O provimento dos cargos de Desembargadores far-se-á por promoção de Juízes de Direito do Distrito Federal por antigüidade e merecimento, alternadamente, reservado um quinto de lugares que será preenchido por membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e advogados em efetivo exercício da profissão.
- § 1º Tratando-se de promoção por antigüidade, a ela concorrerão os Juízes de Direito da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília. No caso de merecimento, a lista triplice compor-se-á de nomes escolhidos dentre todos os Juízes, observado o disposto nas alíneas b e c, do inciso II, do art. 93 da Constituição Federal.
- § 2º Os lugares reservados a membros do Ministério Público ou da Ordem dos Advogados do Brasil serão preenchidos dentre aqueles de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.



Art. 49 - § 1º - Aos Juízes de Direito Substitutos se aplica o regime de férias deste artigo, observada a conveniência do serviço, nos termos do parágrafo seguinte. § 2º - Parágrafo único - A distribuição da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília será presidida por Juiz de Direito Substituto designado por ato do Presidente do Tribunal; nas Circunscrições do Distirto Federal e nos Territórios, quando houver mais de uma Vara, incumbirá ao Diretor do Foro. Art. 61 - Na Circunscrição Especial Judiciária Brasília haverá um serviço de Distribuição de Mandados, qual compete: Art. 67 - O pessoal dos serviços auxiliares da Justiça é constituído pelos funcionários do Quadro da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Art. 71 - Os cargos de Diretor de Secretaria dos Ofícios Judiciais serão preenchidos por bacharéis em Direito, dentre os Técnicos Judiciários com exercício naqueles Oficios, ressalvadas as situações existentes até 01 de março de 1980. Art. 75 - Será considerada especial a Circunscrição Judiciária de Brasilia. Art. 78 - I - Circunscrição Especial Judiciária de Brasília: Art. 2º - A Justiça Militar do Distrito Federal e dos Territórios será exercida: I - pelo Tribunal de Justiça em segundo grau;

Oficiais e Praças da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

§ 2º - Os feitos de competência da Justiça Militar serão processados e julgados de acordo com o Código de Processo Penal Militar (Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969) e, no que couber, respeitada a competência do Tribunal de Justiça,

gamento dos crimes militares, definidos em Lei, praticados por

pela Lei de Organização Judiciária Militar (Decreto-Lei nº 1.003, de 21 de outubro de 1969).

Art. 3º - A Justiça Militar será composta de uma Audi-

II - pelo Juiz Auditor e pelos Conselhos de Justiça. § 1º - Competem à Justiça Militar o processo e o j



toria e dos Conselhos de Justiça, com sede em Brasília e jurisdição em todo o Distrito Federal.

5.

Parágrafo único - O cargo de Juiz Auditor será preenchido por Juiz de Direito da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília, ao qual caberá presidir os Conselhos de Justiça e relatar todos os processos perante os mesmos.

Art. 4º - Os Conselhos de Justiça serão de duas espécies:

a) Conselho Especial de Justiça, para processar e julgar os Oficiais;

 b) Coselho Permanente de Justiça, para processar e julgar os Praças.

Art. 5º - O Conselho Especial de Justiça será composto por quatro Juízes Militares, de patente igual ou superior à do acusado, e do Juiz Auditor. Na falta de Oficial da ativa com a patente exigida, recorrer-se-á aos Oficiais em inatividade. O Conselho Permanente de Justiça compor-se-á de quatro Juízes Militares, escolhidos dentre Oficiais da ativa, e do Juiz Auditor.

Parágrafo único - Os Juízes Militares do Conselho Permanente de Justiça servirão pelo período de quatro meses seguidos, e só poderão ser de novo sorteados após o decurso do prazo de seis meses, contados da dissolução do Conselho em que hajam figurado.

Art. 6º - Cada Juiz Militar do Conselho Especial ou Permanente de Justiça terá um suplente e será escolhido, juntamente com seu suplente, por sorteio presidido pelo Juiz Auditor em sessão pública.

§ 1º - Os Juízes Militares dos Conselhos Especial e Permanente de Justiça serão sorteados dentre os Oficiais constantes da relação que deverá ser remetida ao Juiz Auditor pelo Comando-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal e pelo do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

§ 2º - Não serão incluídos na relação os Comandantes-Gerais, os Oficiais em serviço fora da respectiva Corporação, inclusive os Assistentes Militares e os Ajudantes de Ordem.

Art. 7º - Ao Juiz Auditor, além da competência de que trata o art. 21 da Lei nº 8.185, de 14 de maio de 1991, compete:

a) instalar, juntamente com os Comandantes-Gerais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal a Auditoria da Justiça Militar;

 b) expedir alvarás, mandados e outros atos, em cumprimento às decisões dos Conselhos, ou no exercício de suas próprias funções;

c) conceder habeas corpus, quando a coação patir de autoridade administrativa ou judiciária militar, ressalvada a competência do Tribunal de Justiça;

d) exercer supervisão administrativa dos serviços da Auditoria e o poder disciplinar sobre servidores que nela estive-



6.

rem lotados, respeitada a competência da Corregedoria de Justiça.

Parágrafo único - O Juiz Auditor e o Presidente do
Tribunal do Júri da Circunscrição Judiciária de Brasília substituem-se mutuamente.

Art. 8º - A Justiça do Distrito Federal e serviços auxiliares compõem-se dos cargos discriminados nos Anexos desta Lei.

Art. 90 - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas em favor do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, ou de outras para esse fim destinadas.

Art. 10 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1991.

Relator Vital Do Réga

ANEXO I QUADRO DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL

SITUAÇÃO PRO	OPOSTA
DENOMINAÇÃO	Nº DE CARGOS
DESEMBARGADOR	31
JUIZ DE DIREITO	118
JUIZ SUBSTITUTO	95
JUIZ DE PAZ	15

ANEXO II GRUPO DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES

SITUAÇÃO PROPOSTA	
DENOMINAÇÃO	Nº DE CARGOS
DIRETOR DE SECRETARIA	132
CONTADOR-PARTIDOR-DISTRIBUIDOR	13
ASSESSOR DE DESEMBARGADOR	31
DEPOSITÁRIO-PÚBLICO	17

ANEXO III SERVIÇOS AUXILIARES DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

SITUAÇÃO PROPOSTA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

CATEGORIAS FUNCIONAIS	CÓDIGO	Nº DE CARGOS
Técnico Judiciário	TDDF-AJ-021	473
Oficial de Justiça Avaliador	TJDF-AJ-025	350
Taquígrafo Judiciário	TJDF-AJ-023	27
Insp. de Segurança Judiciária	TJDF-AJ-027	30
Auxiliar Judiciário	TJDF-AJ-022	958
Assist. Taq. Judiciário	TJDF-AJ-028	40
Atendente Judiciário	TJDF-AJ-024	455
Ag. Segurança Judiciária	TJDF-AJ-026	190
Médico	TJDF-NS-901	07
Odontólogo	TJDF-NS-909	04
Assistente Social	TJDF-NS-930	15
Psicólogo	TJDF-NS-907	05
Bibliotecário	TJDF-NS-932	02
Contador	TJDF-NS-924	08
Administrador	TJDF-NS-923	15
Engenheiro	TJDF-NS-916	01
Arquiteto	TJDF-NS-917	02
Técnico de Contabilidade	TJDF-NI-1042	11
Desenhista	TJDF-NI-1014	02
Telefonista	TJDF-NA-1044	52
Ag. Tel. e Eletricidade	TJDF-NA-1027	44
Ag. Cinef. Microfilmagem	TJDF-NI-1033	06
Aux. Op. Serv. Diversos	TJDF-NA-1006	42
Auxiliar de Enfermagem	TJDF-NI-1001	06
Analista de Sistema	TJDF-PRO-1601	01
Programador	TJDF-PRO-1602	02
Operador de Computação	TJDF-PRO-1603	04
Perfurador Digitador	TJDF-PRO-1604	06
Art. de Mecânica	TJDF-ART-702	05
Art. de Elet/Comunicação	TJDF-ART-703	09
Art. de Carp. Marcenaria	TJDF-ART-704	07
Art. de Artes Gráficas	TJDF-ART-706	15

PS-GSE/ 001 /91

Brasilia, 8 de janeiro de 1992.

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência ter sido constatado erro no encaminhamento dos autógrafos do Projeto de Lei nº 2.211-B, de 1991, que "altera a Lei nº 8.185, de 14 de maio de 1991, que dispõe sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios, e cria a Auditoria Militar do Distrito Federal", na parte a que se refere ao Anexo IV do Projeto.

Dando conhecimento do fato a Vossa Excelência, encaminho, como complemento dos autógrafos, o referido Anexo omitido, bem como cópia das emendas aprovadas pela Câmara dos Deputados.

Etevaldo Nogueira
Segundo Secretário

A Sua Excelência o Senhor Senador DIRCEU CARNEIRO DD. Primeiro-Secretário do Senado Federal N E S T A

da

ANEXO IV

SERVIÇOS AUXILIARES DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

SITUAÇÃO PROPOSTA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

CATEGORIAS FUNCIONAIS	CÓDIGO	Nº DE CARGOS
MÉDICO	TJDF-NS-901	04
ANALISTA DE SISTEMA	TJDF-PRO-1601	03
OPERADOR DE COMPUTAÇÃO	TJDF-PRO-1603	0.4
PROGRAMADOR	TJDF-PRO-1602	08
DIGITADOR-PERFURADOR	TJDF-PRO-1604	21
AG. CINEF. E MICROFILMAGEM	TJDF-NM-1033	03
ODONTÓLOGO	TJDF-NS-909	01
TÉCNICO JUDICIÁRIO	TJDF-AJ-021	16
OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR	TJDF-AJ-025	10
AUXILIAR JUDICIÁRIO	TJDF-AJ-022	137
ATENDENTE JUDICIÁRIO	TJDF-AJ-024	57
AGENTE DE SEGURANÇA	TJDF-AJ-026	11
PSICÓLOGO	TJDF-NS-907	19
ASSISTENTE SOCIAL	TJDF-NS-930	15
TÉC. EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	TJDF-NS-927	11

OBSERVAÇÃO:

SERVIDORES DO QUADRO/TABELA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL (EX-CELETISTAS), DOS QUAIS 144 SÃO ESTÁVEIS E 176 NÃO-ESTÁVEIS, NOS TERMOS DO ART. 19, § 1º DO ADCT, A PARTIR DE 12.12.90. SÃO REGIDOS PE-LA LEI Nº 8.112/90.

PS-GSE/ 389 /91

Brasilia, // de dezembro de 1991.

Senhor Secretário,

Tenho a honra de enviar a Vossa Excelência, nos termos do art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 2.211, de 1991, que "altera a Lei nº 8.185, de 14 de maio de 1991, que "dis põe sobre a organização judiciária do Distrito Federal e dos Territórios e cria a Auditoria Militar do Distrito Federal", aprecia do pela Câmara dos Deputados.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e apreço.

Deputado INOCÉNCIO OLIVEIRA

Primeiro Secretário

A Sua Excelência o Senhor Senador DIRCEU CARNEIRO DD. Primeiro Secretário do Senado Federal N E S T A

Altera a Lei nº 8.185, de 14 de maio de 1991, que dispõe sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios, e cria a Auditoria Militar do Distrito Federal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - Os arts. 2º; 4º e § 1º; 9º; 18; com o acréscimo dos inciso IX e X e seu § 2º; 25, incisos V e VI; 34, §§ 2º, 4º e 5º; 35, inciso II e § 4º; 44, § 1º; 45 e §§ 1º e 2º; 49, com o acréscimo de um § 1º e renumeração de seu parágrafo único para § 2º; 60, parágrafo único; 61, caput; 67; 71; 75 e 78, inciso I, da Lei nº 8.185, de 14 de maio de 1991, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º - Compõem a Justiça do Distrito Federal e dos Territórios:

I - O Tribunal de Justica;

II - o Conselho Especial;

III - o Conselho de Magistratura;

IV - os Tribunais do Júri;

V - os Juízes de Direito do Distrito Federal;

VI - os Juízes de Direito Substitutos do Distrito Federal;

VII - os Juízes de Direito dos Territórios;

VIII - os Juízes de Paz do Distrito Federal;

IX - os Juízes de Paz dos Territórios;

X - Auditoria e Conselho de Justica Militar.

Art. 4° - O Tribunal de Justiça, com sede no Distrito Federal, compõe-se de trinta e um Desembargadores e exerce sua jurisdição no Distrito Federal e nos Territórios.

§ 1º - O Tribunal divide-se em duas Câmaras Cíveis e uma Criminal e em sete Turmas, sendo cinco Cíveis e duas Criminais.

Seção II

DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO ESPECIAL, DAS CÂMARAS E DAS TURMAS

Art. 99 - O Regimento Interno do Tribunal disporá sobre a organização, competência e funcionamento do Tribunal Pleno, do Conselho Especial, das Câmaras e das Turmas, obser-

vadas as respectivas especializações e o disposto na Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

Art. 18 - A Justiça de Primeiro Grau do Distrito Federal compreende:

IX - Circunscrição Judiciária de Samambaia:

- a) três Varas Civeis;
- b) três Varas de Família, Órfãos e Sucessões;
- c) três Varas Criminais e dos Delitos de Trânsito;
- d) um Tribunal do Júri;
- X Circunscrição Judiciária de Paranoá:
- a) uma Vara Civel;
- b) uma Vara de Família Órfãos e Sucessões;
- c) uma Vara Criminal, do Tribunal do Júri e dos Delitos de Trânsito.
- § 2º As áreas de Jurisdição das Circunscrições de Brasília, Taguatinga, Gama, Sobradinho, Planaltina, Brazlândia, Ceilândia, Samambaia e Paranoá correspondem as das respectivas Regiões Administrativas do Distrito Federal, compreendendo-se as do Núcleo Bandeirante, Guará e Cruzeiro na Circunscrição Especial Judiciária de Brasília.

Art. 25 - Ao Juiz da Vara de Execuções Criminais compete:

V - expedir as normas de que trata o § 2º do art. 698 do Código de Processo Penal;

VI - prosseguir a execução de medidas de tratamento impostas pelo Juiz da Vara da Infância e da Juventude, desde que o infrator tenha completado dezoito anos.

Art. 34 - O Juiz de Direito, em suas faltas e impedimentos ocasionais, é substituído pelo da Vara da mesma competência e de numeração imediatamente superior.

§ 2º - O Juiz da Vara de Órgãos e Sucessões será substituído pelo da 1ª Vara de Família; o da Vara de Execuções Criminais, pelo da 1ª Vara Criminal da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília; o da Vara de Registros Públicos e Precatórias e o da de Falências e Concordatas da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília substituem-se mutuamente; o da Vara de Acidentes do Trabalho, pelo da 1ª Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília e o Juiz da Vara da Infância e da Juventude, pelo Juiz de Direito Substituto designado.

- § 4° Os Juízes do Tribunal do Júri e Delitos de Trânsito do Gama e de Samambaia serão substituídos pelos das Primeiras Varas Criminais do Gama e Samambaia, respectivamente.
- § 5º O Juiz da Vara Criminal de Sobradinho será substituído pelo da lª Vara Cível; os Juízes das Varas Cível e de Família de Paranoá substituem-se mutuamente; o Juiz da Vara Criminal, do Tribunal do Júri e dos Delitos de Trânsito de Paranoá será substituído pelo Juiz da Vara Cível da mesma Circunscrição Judiciária.

Art. 35 - Compete aos Juízes de Direito Substitutos:

- II efetuar a distribuição dos feitos às Varas de competência em todo o Distrito Federal e na Circunscrição Especial Judiciária de Brasília e ao Tribunal do Júri nesta sediado.
- § 4º A distribuição dos feitos às Varas da Circunscrição Judiciária de Taguatinga, Gama, Sobradinho, Planaltina, Ceilândia, Samambaia e Paranoá será efetuada pelo respectivo Diretor do Foro.

Art. 44 -

- § 1º Os cargos de Juiz de Direito da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília serão providos por remoção dos Juízes de Direito das demais Circunscrições do Distrito Federal ou promoção de Juiz Substituto, caso remanesça vaga não provida por remoção.
- Art. 45 O provimento dos cargos de Desembargadores far-se-á por promoção de Juízes de Direito do Distrito Federal por antigüidade e merecimento, alternadamente, reservado um quinto de lugares que será preenchido por membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e advogados em efetivo exercício da profissão.
- § 1º Tratando-se de promoção por antigüidade, a ela concorrerão os Juízes de Direito da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília. No caso de merecimento, a lista triplice compor-se-á de nomes escolhidos dentre todos os Juízes, observado o disposto nas alíneas b e c, do inciso II, do art. 93 da Constituição Federal.
- § 2º Os lugares reservados a membros do Ministério Público ou da Ordem dos Advogados do Brasil serão preenchidos dentre aqueles de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

§ 1º - Aos Juízes de Direito Substitutos se aplica o regime de férias deste artigo, observada a conveniência do serviço, nos termos do parágrafo seguinte. Art. 60 - Parágrafo único - A distribuição da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília será presidida por Juiz de Direito Substituto designado por ato do Presidente do Tribunal; nas Circunscrições do Distirto Federal e nos Territórios. quando houver mais de uma Vara, incumbirá ao Diretor do Foro. Art. 61 - Na Circunscrição Especial Judiciária Brasília haverá um serviço de Distribuição de Mandados, qual compete: Art. 67 - O pessoal dos serviços auxiliares da Justiça é constituído pelos funcionários do Quadro da Justica do Distrito Federal e dos Territórios. Art. 71 - Os cargos de Diretor de Secretaria dos Ofícios Judiciais serão preenchidos por bacharéis em Direito, dentre os Técnicos Judiciários com exercício naqueles Ofícios, ressalvadas as situações existentes até 01 de março de 1980. Art. 75 - Será considerada especial a Circunscrição Judiciária de Brasília. Art. 78 - I - Circunscrição Especial Judiciária de Brasília: Art. 29 - A Justiça Militar do Distrito Federal e dos

Territórios será exercida:

I - pelo Tribunal de Justiça em segundo grau;

II - pelo Juiz Auditor e pelos Conselhos de Justiça.

§ 1º - Competem à Justiça Militar o processo e o julgamento dos crimes militares, definidos em Lei, praticados por Oficiais e Praças da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

§ 2º - Os feitos de competência da Justiça Militar serão processados e julgados de acordo com o Código de Processo Penal Militar (Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969) e, no que couber, respeitada a competência do Tribunal de Justiça, pela Lei de Organização Judiciária Militar (Decreto-Lei nº 1.003, de 21 de outubro de 1969).

Art. 3º - A Justiça Militar será composta de uma Audi-

toria e dos Conselhos de Justiça, com sede em Brasília e jurisdição em todo o Distrito Federal.

Parágrafo único - O cargo de Juiz Auditor será preenchido por Juiz de Direito da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília, ao qual caberá presidir os Conselhos de Justiça e relatar todos os processos perante os mesmos.

Art. 4º - Os Conselhos de Justiça serão de duas espécies:

- a) Conselho Especial de Justiça, para processar e julgar os Oficiais;
- b) Coselho Permanente de Justiça, para processar e julgar os Praças.
- Art. 50 O Conselho Especial de Justiça será composto por quatro Juízes Militares, de patente igual ou superior à do acusado, e do Juiz Auditor. Na falta de Oficial da ativa com a patente exigida, recorrer-se-á aos Oficiais em inatividade. O Conselho Permanente de Justiça compor-se-á de quatro Juízes Militares, escolhidos dentre Oficiais da ativa, e do Juiz Auditor.

Parágrafo único - Os Juízes Militares do Conselho Permanente de Justiça servirão pelo período de quatro meses seguidos, e só poderão ser de novo sorteados após o decurso do prazo de seis meses, contados da dissolução do Conselho em que hajam figurado.

Art. 6º - Cada Juiz Militar do Conselho Especial ou Permanente de Justiça terá um suplente e será escolhido, juntamente com seu suplente, por sorteio presidido pelo Juiz Auditor em sessão pública.

§ 1º - Os Juízes Militares dos Conselhos Especial e Permanente de Justiça serão sorteados dentre os Oficiais constantes da relação que deverá ser remetida ao Juiz Auditor pelo Comando-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal e pelo do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

§ 2º - Não serão incluídos na relação os Comandantes-Gerais, os Oficiais em serviço fora da respectiva Corporação, inclusive os Assistentes Militares e os Ajudantes de Ordem.

Art. 7º - Ao Juiz Auditor, além da competência de que trata o art. 21 da Lei nº 8.185, de 14 de maio de 1991, compete:

- a) instalar, juntamente com os Comandantes-Gerais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal a Auditoria da Justiça Militar;
- b) expedir alvarás, mandados e outros atos, em cumprimento às decisões dos Conselhos, ou no exercício de suas próprias funções;
- c) conceder habeas corpus, quando a coação patir de autoridade administrativa ou judiciária militar, ressalvada a competência do Tribunal de Justiça;
- d) exercer supervisão administrativa dos serviços da Auditoria e o poder disciplinar sobre servidores que nela estive-

rem lotados, respeitada a competência da Corregedoria de Justiça. Parágrafo único - O Juiz Auditor e o Presidente do Tribunal do Júri da Circunscrição Judiciária de Brasília substituem-se mutuamente.

Art. 8º - A Justiça do Distrito Federal e serviços auxiliares compõem-se dos cargos discriminados nos Anexos desta Lei.

Art. 99 - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas em favor do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, ou de outras para esse fim destinadas.

Art. 10 - Esta Lei entra em vigor na data de sua blicação.

Art. 11 - Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, em // de dezembro de 1991.

13 section 5

ANEXO I

QUADRO DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL

SITUAÇÃO PR	OPOSTA
DENOMINAÇÃO	Nº DE CARGOS
DESEMBARGADOR	31
JUIZ DE DIREITO	118
JUIZ SUBSTITUTO	95
JUIZ DE PAZ	15

ANEXO II

GRUPO DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES

SITUAÇÃO PROPOSTA	
DENOMINAÇÃO	Nº DE CARGOS
DIRETOR DE SECRETARIA	132
CONTADOR-PARTIDOR-DISTRIBUIDOR	13
ASSESSOR DE DESEMBARGADOR	31
DEPOSITÁRIO-PÚBLICO	17

jos.

ANEXO III

SERVIÇOS AUXILIARES DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS

SITUAÇÃO PROPOSTA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

CATEGORIAS FUNCIONAIS	código	Nº DE CARGOS
Técnico Judiciário	TDDF-AJ-021	473
Oficial de Justiça Avaliador	TJDF-AJ-025	350
Taquígrafo Judiciário	TJDF-AJ-023	27
Insp. de Segurança Judiciária	TJDF-AJ-027	30
Auxiliar Judiciário	TJDF-AJ-022	958
Assist. Taq. Judiciário	TJDF-AJ-028	40
Atendente Judiciário	TJDF-AJ-024	455
Ag. Segurança Judiciária	TJDF-AJ-026	190
Médico	TJDF-NS-901	07
Odontólogo	TJDF-NS-909	04
Assistente Social	TJDF-NS-930	15
Psicólogo	TJDF-NS-907	05
Bibliotecário	TJDF-NS-932	02
Contador	TJDF-NS-924	08
Administrador	TJDF-NS-923	15
Engenheiro	TJDF-NS-916	01
Arquiteto	TJDF-NS-917	02
Técnico de Contabilidade	TJDF-NI-1042	11
Desenhista	TJDF-NI-1014	02
Telefonista	TJDF-NA-1044	52
Ag. Tel. e Eletricidade	TJDF-NA-1027	44
Ag. Cinef. Microfilmagem	TJDF-NI-1033	06
Aux. Op. Serv. Diversos	TJDF-NA-1006	42
Auxiliar de Enfermagem	TJDF-NI-1001	06
Analista de Sistema	TJDF-PRO-1601	01
Programador	TJDF-PRO-1602	02
Operador de Computação	TJDF-PRO-1603	04
Perfurador Digitador	TJDF-PRO-1604	06
Art. de Mecânica	TJDF-ART-702	05
Art. de Elet/Comunicação	TJDF-ART-703	09
Art. de Carp. Marcenaria	TJDF-ART-704	07
Art. de Artes Gráficas	TJDF-ART-706	15

.) Ne.

CÂMARA DOS DEPUTADO SEÇÃO DE SINOPSE	de 19 91	AUTOR
EMENTA ão Judiciária do Dis eral.	Altera a Lei nº 8.185, de 14 de maio de 1991, que dispõe sobre a Organiza- trito Federal e dos Territórios, e cria a Auditoria Militar do Distrito Fe-	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
Justiça e á auditori	ção da justiça do Distrito Federal e dos Territórios o Conselho Especial de a e Conselho de Justiça Militar e incluindo na Justiça de Primeiro grau a ria de Samambaia e Paranoá).	(MENSAGEM Nº 1/91)
ANDAMENTO .	•	Sancionado ou promulgado
		Publicado no Diário Oficial de
	MESA	
	Despacho: As Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de	14
	Finanças e Tributação (Art. 54); e de Constituição e Justiça e de Redação.	Vetado
	PLENÁRIO	Razões do veto-publicadas no
	É lido e vai a imprimir.	
	DCN	g.
	COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO	a a
03.12.91	Distribuido ao relator, Dep. AUGUSTO CARVALHO. COMISSÃO DE TRABALHO DE ADMINISTRAÇÃO E SEVIÇO PÚBLICO	S V.
04.12.91	Parecer favoravel do relator, Dep. AUGUSTO CARVALHO.	
05 12 01	PLENÁRIO	531
05.12.91	Aprovado requerimento dos Dep. Eurides Brito, líder do PTR; Genebaldo Correia, líder do PMDB; Victor Faccioni, líder do PDS; José Maria Eymael,	*
	na qualidade de líder do PDC; Haroldo Lima, líder do PC do B; Roberto	* V
	Freire, lider do PCB; Ricardo Fiúza, lider do BLOCO; e José Serra, lider	
28	do PSDB, solicitando, nos termos do art. 155 do R.I., URGÊNCIA para a	9
	votação deste projeto.	.157
9	vocação deste projeco.	*
		¥:

PRONTO PARA A ORDEM DO DIA

09.12.91 É lido e vai a imprimir, tendo parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação.

Pendente de pareceres das Comissões de Finanças e Tributação; e, de Constituição e Justiça e de Redação.

(PL. 2.211-A/91)

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

10.12.91 Distribuido ao relator, Dep. JACKSON PEREIRA.

PLENARIO

10.12.91 O Sr. Presidente anuncia a Discussão em Turno Unico.

O Sr. Presidente designa o Dep. Jackson Pereira para proferir parecer a este projeto, em substituição à CFT, que conclui pela adequação financeira.

O Sr. Presidente designa O Dep. Renato Vianna para proferir parecer a este projeto, em substituição à CCJR, que conclui pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com emenda.

Aprovado requerimento do Dep. Vivaldo Barbosa, líder do PDT, solicitandp, nos termos do art.177 do R.I., o adiamento da discussão por 02 sessões.

PRONTO PARA A ORDEM DO DIA

11.12.91 É lido e vai a imprimir, tendo parecer, da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação; e dos Relatores designados pela Mesa em substituição às Comissões: de Finanças e Tributação, pela adequação financeira; e, de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, (PL. 2.211-B/91)

continua...

no data man.

AMARA DOS DEPUTADOS

CEL - Seção de Sinópse

PROJETO NO 2.211/91 Continuação

f1.02

ANDAMENTO

PLENARIO

11.12.91

O Sr. Presidente anuncia a Discussão em Turno Único.

Encerrada a discussão.

Apresentação de 01 Emenda pelo Dep.

O Sr. Presidente designa a Dep. Maria Laura para proferir parecer à Emenda de Plenário, em substituição

à CTASP, que conclui pela aprovação.

O Sr. Presidente designa o Dep. Jackson Pereira para proferir parecer à Emenda de Plenário, em substituição

à CFT, que conclui pela adequação financeira.

O Sr. Presidente designa o Dep. Renato Vianna para proferir parecer à Emenda de Plenário, em substituição

à CCJR, que conclui pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Em votação a Emenda da CCJR: APROVADA.

Em votação a Emenda de Plenário: APROVADA.

Em votação o projeto: APROVADO.

Vai à REdação Final.

PLENÁRIO

Em votação a REdação Final oferecida pelo relator, Dep. 11.12.91

:APROVADA;

Vai ao Senado Federal.

(PL. 2.211-C/91)

AO SENADO FEDERAL, ATRAVÉS DO OF.

CAMARA DOS DEPUTIDOS

18 DEZ 1727 5 042350

PROTOCOLO GERAL

SM/Nº1289

Em 18 de dezembro de 1991

Senhor Primeiro Secretário

Comunico a Vossa Excelência que, aprovado sem alterações pelo Senado Federal, em revisão, foi encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, para os fins constantes do art. 66 da Constituição Federal, o Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 1991 (PL nº 2.211-B, de 1991, nessa Casa), que "altera a Lei nº 8.185, de 14 de maio de 1991, que dispõe sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios, e cria a Autoria Militar do Distrito Federal".

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

SECRETARIA

7/91. Ao Senhor

Secretário - Geral da Mesa.

Deputade INOCENCIO OLIVEIRA

Primeire Secretário -

SENADOR RACHID SALDANHA DERZI

Primeiro Secretário, em exercício

A Sua Excelência o Senhor Deputado INOCÊNCIO OLIVEIRA DD. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados JV/.

ARQUIVE-SE

Secretário - Geral da Mesa